

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Há quatro séculos, a obra-prima de Miguel de Cervantes encanta “as crianças, que ainda não conhecem a vida, e os outros, duramente experimentados por ela”

DOM QUIXOTE - 400 ANOS

Afonso Romano de Sant'Anna
Bernardo Joffily
Ferreira Gullar

Maria Augusta Vieira
Otto Maria Carpeaux
Romilda Mochiuti



Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



ACRE
governo da floresta

**Investimentos Potenciais
Acre e Região**

www.ac.gov.br

Dom Quixote – 400 anos

Há quatro séculos um cavaleiro com o olhar preso nas estrelas e a lança sempre pronta ao combate, ladeado de um escudeiro de pés bem atados ao chão, cavalga pela vastidão dos continentes e do pensamento.

Como bem disse o erudito escritor Otto Maria Carpeaux, “os ideais extravagantes” e o poder de imaginação tresloucado do Quixote em contraste com o realismo da gente simples que simboliza Sancho dão à obra um humorismo irresistível de tal maneira que o *Dom Quixote* “conservará para sempre suas duas classes de leitores: as crianças, que ainda não conhecem a vida, e outros, duramente experimentados por ela”.

Segundo a Unesco, *Dom Quixote de la Mancha*, um dos cânones da literatura universal, obra-prima do espanhol Miguel de Cervantes Saavedra, que, em janeiro último, completou 400 anos de sua primeira publicação, é um dos livros mais traduzidos até hoje.

Este dado é apenas um dos sinais de sua repercussão no âmbito da cultura mundial. Considerado um marco fundador do romance moderno, seus ecos transcendem a literatura, estendendo-se ao resto das formas de manifestações artísticas. O belo quadro de Candido Portinari estampado na capa desta edição de *Princípios* é apenas um indício de suas ressonâncias em nosso país.

Para além da arte, a sociologia, a filosofia, a ciência política, dentre outras, muitas esferas da produção intelectual, ao longo do tempo, dialogam com a obra de Cervantes.

Ilustrativo dessa afirmação foi o fato de um dos principais eventos do V Fórum Social Mundial, recentemente realizado em Porto Alegre, em janeiro de 2005, ter sido uma conferência que debateu *Dom Quixote* à luz da “utopia e da política”.

Dada essa influência que persiste e que continua a se esparramar, em inúmeros países realizam-se variadas atividades comemorativas deste quarto centenário do *Dom Quixote*. Sucedem-se, nos diferentes idiomas, novas edições e adaptações.

É auspicioso que nesta quadra histórica – de retrocessos e iniquidades – uma obra de arte de fina qualidade estética e densa de valores humanísticos seja assim enaltecida em várias partes do mundo.

Vive-se um tempo em que a singularidade e a beleza cultural de cada povo, base da diversidade e riqueza do acervo cultural da humanidade, são poluídas ou pressionadas ao desaparecimento pela estratégia de dominação ideológica e mercadológica da globalização neoliberal. Presencia-se, ainda, a ciência sob o cerco de uma onda obscurantista que se alastra.

Neste contexto, simultaneamente em que se rejeita a avalanche da indústria “cultural” do imperialismo que impõe “obras de brilho intenso, mas falso”, ressalta-se que a originalidade e a criatividade da cultura brasileira sempre se enriqueceu e continuará a se enriquecer interagindo com a cultura de outros povos, assimilando criativamente os aportes estéticos, técnicos e humanísticos de obras como a de Cervantes.

O movimento transformador e o pensamento progressista, sobretudo agora, quando as contradições e os paradoxos do capitalismo trazem, novamente, a barbárie à cena da história, precisam mais do que nunca valorizar o papel indispensável da cultura e da arte na jornada libertária dos trabalhadores e da humanidade.

É importante ao pensamento avançado que o cavaleiro cativo das estrelas, da imaginação, afeito ao combate e indignado ante as injustiças, e o seu leal e simples escudeiro, amante da realidade e conhecedor de sua dureza, continuem a cavalgar pelos domínios da subjetividade humana. Essa dialética encerra a própria essência da prática transformadora.

Os Editores

revista.principios@terra.com.br



Reformar
para fortalecer
a democracia
Renildo
Calheiros..... **6**

**Projeto nacional de desenvolvimento:
o debate atual**
Dilermando Toni..... **11**

**A não-renovação do acordo
com o FMI**
David Fialkow Sobrinho..... **16**

**Pesquisa com células-tronco
embrionárias**
Aldo Rebelo..... **20**

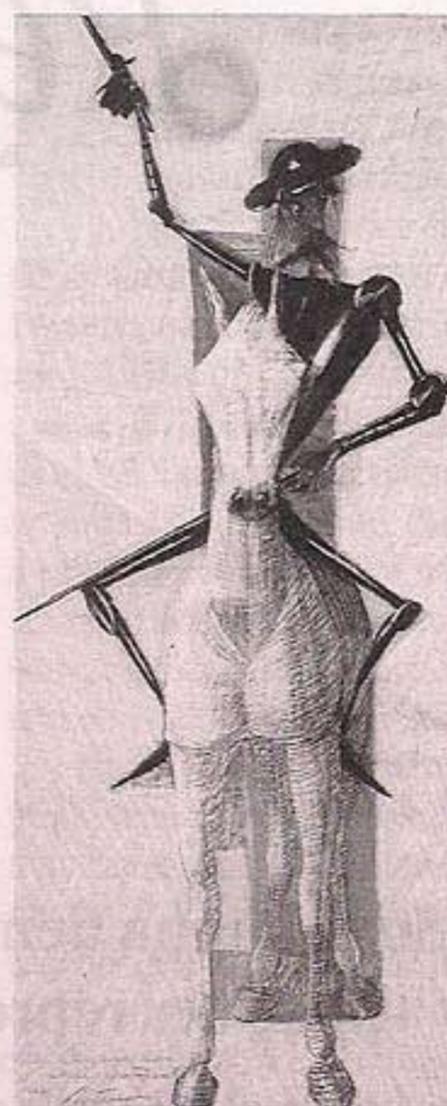
**O desafio de governar
bem**
Ronald Freitas..... **22**

**A experiência do PCdoB no
governo de Olinda**
Luciana Santos..... **27**



CAPA

Cervantes: um homem entre os séculos Otto Maria Carpeaux.....	31
Sancho Pança tem razão: “O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia” Bernardo Joffily.....	34
“Ordem no mundo a partir de valores humanitários” Entrevista com Maria Augusta Vieira.....	42
Cervantes: o falso e o verdadeiro Affonso Romano de Sant’Anna.....	44
Quixote: um maluco beleza Ferreira Gullar.....	48
A realidade e seus simulacros Romilda Mochiutti.....	50



INTERNACIONAL

MULHER

“Se a revolução não for cultural, não é revolução” Entrevista com Hector Sotto.....	55
---	-----------

Impacto da ideologia neoliberal na subjetividade feminina Ana Rocha.....	68
--	-----------

CULTURA

TEORIA

Uma Cultura Viva desescondendo o Brasil profundo Célio Turino.....	59
--	-----------

Questão agrária e o desenvolvimento brasileiro Fernando Sampaio e Marlon Medeiros.....	74
--	-----------

REFORMA SINDICAL

RESENHAS

79

A Reforma Sindical: pluralidade e autonomia privada para os acordos trabalhistas João Batista Lemos e Flávio Tonelli.....	63
---	-----------

Capa: arte de Flávio Nigro; imagem de Portinari; citação de Otto Maria Carpeaux

Reformar para fortalecer a democracia

Somos uma democracia em formação cuja diversidade não pode ser representada por apenas duas ou três legendas

RENILDO CALHEIROS

Câmara dos Deputados.



Arquivo

A democracia brasileira é jovem, mas já deu demonstrações de maturidade e solidez. Os acontecimentos do passado recente são testemunhos incontestes disso. Em 1992, o Congresso Nacional abriu um processo de impeachment contra o então presidente da República, Fernando Collor. Três meses depois, Collor foi afastado. Tivemos inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito, sendo a mais famosa a CPI do Orçamento, que culminou com a cassação de parlamentares. Juízes federais, envolvidos em corrupção, foram investigados pelo Ministério Público e acabaram atrás das grades. Recentemente, pela primeira vez na história, foi eleito e empossado um presidente de origem operária.

Nenhum desses fatos históricos provocou qualquer real ameaça ao Estado de Direito. Em outros tempos de triste memória as instituições democráticas por muito menos foram duramente golpeadas.

O Brasil é hoje um modelo no que diz respeito à organização eleitoral. Somos capazes de promover eleições para inúmeros cargos e de apresentarmos, no mesmo dia, os resultados do pleito, sem que haja qualquer contestação. Os EUA operam um sistema no qual o menos votado é eleito, os resultados levam semanas para serem anunciados e, muitas vezes, geram controvérsias jurídicas intermináveis.

Apesar dessa vitalidade juvenil, o aprofundamento da democracia exige que sejam enfrentados os problemas do sistema político-eleitoral brasileiro – parte deles herança do período autoritário. É nesse contexto que o debate em torno da Reforma Política ganha relevância na agenda de mudanças estruturais prioritárias para o país.

É possível distinguir claramente duas correntes opostas nessa discussão. Cada qual faz um diagnóstico distinto e propõe soluções igualmente diferenciadas para as disfunções que identificam na organização política nacional. Uma delas pretende

aperfeiçoar a democracia na direção do fortalecimento dos partidos políticos, na garantia da expressão plural da sociedade e na criação de instrumentos que coíbam a influência do poder econômico no processo eleitoral.

Do outro lado, há setores interessados em engessar o sistema político-eleitoral, de modo a preservar os espaços de poder que já ocupam. Esses atores políticos vêem as mudanças nas regras eleitorais como instrumentos de manutenção do status quo e, por isso mesmo, buscam introduzir amarras na legislação para impedir o surgimento, e o crescimento, de novas forças políticas.

Na nossa história, infelizmente, foram feitos inúmeros arremedos de reforma política que, em sua maioria, privilegiaram o viés restritivo das liberdades e tiveram por objetivo impor dificuldades aos adversários eleitorais, sufocando o desejo de renovação política da sociedade. É só lembrar o famoso Pacote de Abril (senador biônico, ampliação do mandato presidencial e outros), patrocinado pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, que tinha por objetivo impedir a vitória da oposição nas eleições seguintes.

Os setores mais conservadores da política nacional, geralmente abrigados em grandes partidos, evocam periodicamente a necessidade de promover alterações na legislação partidária. Na contramão da visão democrática e sistêmica, eles propõem intervenções pontuais que pretendem estabelecer verdadeiras “reservas de mercado” para os grandes partidos, condenando os pequenos e médios à extinção.

Três são os elementos essenciais desse discurso conservador. Primeiro, confundem fidelidade partidária com aumento do tempo necessário de filiação ao partido, como condição para que o indivíduo possa se candidatar a cargos eletivos. A legislação atual exige um ano de filiação, tenta-se ampliar esse prazo para até quatro anos, o que daria aos grandes partidos uma verdadeira “reserva de mercado”.

A legislação em vigor prevê que, a partir de 2007, só terão direito ao funcionamento parlamentar os partidos que atingirem, nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2006, 5% dos votos válidos

Nessas condições, “congela-se” o quadro partidário de modo a preservar os espaços de poder dos grandes partidos, que deixam de submeter-se à dinâmica natural do jogo político, acobertados pela legislação. O que já é uma aberração por si só, agiganta-se quando ocorre em um ambiente no qual a democracia está em formação, em processo de consolidação.

Vejamos o caso de um governador que consiga uma vitória acachapante na eleição. A tendência natural dele será atrair o apoio das lideranças locais, históricas e emergentes. Valendo a regra dos quatro anos de filiação, terá o governador assegurado com essa estratégia o aniquilamento da possibilidade de ter novos líderes para fazer-lhe oposição na eleição seguinte.

A proibição das coligações é outro objetivo desses setores. Tal medida, na prática, torna quase impossível a eleição, em certos estados, de parlamentares cujos partidos não apresentarem candidaturas majoritárias. Ora, muitas vezes, o partido sente-se perfeitamente representado por um candidato de outra legenda, tornando legítima a formação de aliança político-eleitoral.

Por fim, há a tentativa de criar dificuldades à sobrevivência dos pequenos e médios partidos. Isso é feito através da elevação do percentual de votos necessários para que uma agremiação partidária tenha direito ao funcionamento parlamentar, a conhecida cláusula de barreira. A legislação em vigor prevê que, a partir de 2007, só terão direito ao funcionamento parlamentar os partidos que atingirem, nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2006, 5% dos votos válidos (não computados os brancos e os nulos) distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total em cada um deles. Se prevalecer essa regra, apenas três ou quatro partidos atingirão a quantidade de votos exigida pela legislação.

Sobre essa questão, vale a pena discutir alguns dos argumentos utilizados na defesa desse dispositivo legal. Costuma-se alegar que a proliferação de legendas favorece a criação de “partidos de aluguel”, aqueles que negociam no varejo apoio aos governos de turno. Tal prática redundaria em problemas de governabilidade, à medida que exigiria constantes e desgastantes negociações não em torno de acordos

políticos, mas sim, envolvendo o atendimento de pequenos e grandes pleitos.

A análise é consistente; porém, falta dizer que não são, em geral, os pequenos e médios partidos os responsáveis pela criação dos “balcões de negócios”. São as grandes legendas, PFL e PMDB entre outras, que não possuem unidade ideológica e consistência programática, que acabam protagonizando cenas explícitas de “troca-troca”. Se lembrarmos as últimas eleições presidenciais, veremos que metade do PMDB apoiou José Serra e a outra metade, cerrou fileiras com Lula. Já o PFL dividiu-se entre Ciro e Serra no primeiro turno e Serra e Lula no segundo. Ou seja, a metade do partido apoiou um candidato e a outra ficou com aquele que lhe fazia oposição.

Somos uma democracia em formação, assentada em uma sociedade plural, cuja diversidade não pode ser representada por duas ou três legendas apenas. Além disso, quem deve decidir qual partido irá crescer e qual irá diminuir de tamanho, ou desaparecer, é a sociedade pela via eleitoral. Há partidos que já foram pequenos e hoje estão no poder por obra e graça da vontade popular. Longe de ser uma distorção, esse movimento explicita o dinamismo e a vitalidade da nossa democracia.

Para produzirmos uma reforma política de corte democrático, e ampla, temos que identificar e enfrentar os problemas do sistema político-eleitoral. A influência do poder econômico nas eleições é um dos pontos fundamentais que precisa ser prontamente combatido. Promover alterações na legislação para fortalecer os partidos políticos é outra necessidade imperiosa. Sem esquecermos, é claro, de remover os entulhos autoritários introduzidos por reformas anteriores.

Participei da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados (2003/2004), na qual coube ao deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) fazer a relatoria das proposições e venho acompanhando a continuidade desses debates na Comissão de Constituição e Justiça, cujo relator é o deputado Rubens Otoni (PT-GO). Acredito que, em essência, a abordagem dos relatores vem sendo democrática e focada nos principais problemas da nossa estrutura político-eleitoral. Resultado de um acordo político, o texto em discussão na Câmara dos Deputados traz

uma abordagem sistêmica e democrática da reforma política. A seguir, faremos uma análise e reflexão sobre os principais aspectos dessa proposta.

O Sistema eleitoral brasileiro estabelece o voto uninominal que consagra o indivíduo em detrimento da formação de uma cultura partidária. O eleitor é compelido a se identificar com o candidato, pessoalmente, e não com a orientação partidária que sustenta a candidatura. Por isso, o parlamentar busca a visibilidade pessoal para justificar individualmente o voto que recebeu e para credenciar-se novamente como opção do eleitor.

A votação em nomes provoca uma polêmica: a quem deve o parlamentar ser fiel, ao eleitor, ou ao partido ao qual pertence? Como se comportará quando o seu partido exigir um voto contrário aos interesses da região, ou da categoria, que o elegeu? Deveria o parlamentar, primordialmente, ser fiel ao compromisso com a sua organização partidária. Ocorre que essa não é a realidade do sistema político assentado no voto uninominal. O eleitor não exige fidelidade partidária. De 2003 a 2004, na Câmara dos Deputados, 215 parlamentares mudaram de partido. Eles até poderão perder a eleição em decorrência de outros fatores, mas não por terem mudado de partido.

Em contraposição ao voto uninominal, a proposta de reforma política em tramitação na Câmara prevê a introdução do voto em lista pré-ordenada. Quer dizer, o eleitor vota não em indivíduos, mas em uma lista de nomes determinados pela Convenção do Partido, dispostos em ordem decrescente de prioridade. A grande vantagem desse dispositivo é que ele induz a fidelidade partidária, não por decreto, e sim por compromisso programático.

Enquanto o voto uninominal traz dentro de si o gene da divisão e da disputa interna – já que o seu adversário eleitoral não está no outro partido, mas dentro da sua própria legenda –, a lista pré-

ordenada traz dentro de si o gene da unidade e da solidariedade partidária.

No desenho atual, há candidatos que chegam mesmo a excluir os colegas de partido das atividades na sua base eleitoral, receosos de sofrerem baixas nos seus redutos. Instaura-se um clima de desconfiança entre companheiros de legenda. Com a lista pré-ordenada, a realidade é outra. Os candidatos terão interesse em capitalizar a influência das lideranças do partido na conquista de votos para o conjunto das candidaturas. Afinal de contas, quanto mais votos o partido conquistar, maiores serão as chances daqueles que estão na lista.

Com as listas, os potenciais candidatos precisarão se credenciar junto ao partido se pretendem ocupar uma boa posição no rol das candidaturas. O filiado terá de se envolver com a vida partidária, discutir as teses políticas e demonstrar sintonia com a orientação programática da sua agremiação. Fatalmente, serão criados laços fortes com o partido e será desencadeado um processo de educação política da militância, que conduzirá a maior organicidade estrutural e coerência ideológica da legenda.

A lista pré-ordenada, também uma exigência para que seja adotado o financiamento público exclusivo de campanha, pode diminuir a influência do poder econômico. Hoje, alguns candidatos com muito dinheiro (próprio ou de financiadores) valem-se disso para conseguir apoios de vereadores, prefeitos, ex-prefeitos e lideranças, a fim de tornarem-se os candidatos mais votados do partido, superando os seus concorrentes dentro da legenda. Ou seja, com muito dinheiro é possível ultrapassá-los. Com a lista, esse poder econômico é estéril já que não produzirá mudança na posição relativa da lista.

O financiamento público exclusivo é outra importante conquista, sem a qual, continuaremos a assistir impotentes ao crescimento da interferência do poder do dinheiro no resultado eleitoral. Também previsto no texto em discussão, o financiamento público impede que os interesses privados – dos finan-

O financiamento público exclusivo é outra importante conquista, sem a qual, continuaremos a assistir impotentes ao crescimento da interferência do poder do dinheiro no resultado eleitoral.

ciadores – influenciem a tomada de decisões do Legislativo e/ou do Executivo.

E não só isso, a disputa será mais igual e transparente. Primeiro, porque vai ser do conhecimento prévio do eleitor a quantidade de recursos públicos de que cada partido disporá na eleição. Ainda, a fiscalização do uso desses recursos se dará ao longo da campanha e não ao final dela, como é hoje.

Aos que consideram um contra-senso um país, com tantas necessidades básicas ainda não atendidas, disponibilizar recursos públicos para financiar campanhas eleitorais, é útil lembrar que hoje, por vias transversas, é o contribuinte quem custeia algumas candidaturas, embora não haja mecanismos de acompanhamento e controle desse processo.

Isto ocorre porque em uma campanha eleitoral os interesses privados e públicos se fundem, gerando os escândalos que acontecem em todos os governos. Financiamento privado é uma porta aberta à corrupção que precisa ser fechada. O financiamento público de campanha acabará saindo mais barato para o contribuinte que manter o formato atual.

Aqueles que se contrapõem à adoção da lista pré-ordenada, argumentam que esse instituto pode permitir que indivíduos apropriem-se do partido, controlando-o e reservando aos seus apaniguados os lugares na lista fechada. Refuta-se facilmente essa hipótese. Se as pessoas escolhidas como candidatos não tiverem representatividade política, simplesmente não serão eleitas.

Por outro lado, no sistema uninominal há uma forte tendência para “familiarizar” o poder. Em outras palavras, como o compromisso dos eleitos com os que o apoiaram é pessoal (não-institucional), portanto sujeito a mudanças de “humores”, existe sempre o risco da “traição”. Para precaver-se, então, quem está no posto de comando procura ser substituído por “pessoas confiáveis”, em geral, os seus familiares. Visam com isso diminuir a chance de serem traídos. O que é muito comum na política brasileira. A lista pré-ordenada é também um instrumento para se opor a essa “oligarquização” da política.

Há ainda dois outros pontos bastante positivos da reforma. Um deles é a institucionalização da fe-

deração partidária – uma espécie de coligação mais sólida e permanente. A federação será nacional e poderá atuar como uma agremiação partidária inclusive no registro de candidatos e no funcionamento parlamentar. O outro aspecto positivo é a mudança no cálculo das sobras de votos na eleição. Determinando-se que, mesmo o partido que não atinja o quociente eleitoral possa participar da disputa das sobras no preenchimento das vagas restantes.

É imprescindível que se aprove uma reforma política que, se não extinguir, pelo menos reduza bastante a imposição de números de votos previstos na cláusula de barreira. Além disso, não se pode aceitar a proibição das coligações partidárias, que é uma medida de reforço da cláusula de barreira, visando à redução do número de partidos com representação parlamentar. Tais dispositivos afastariam do processo político as correntes de pensamento ideológico e doutrinário, comprometendo a legitimidade da nossa democracia e constituindo-se um verdadeiro retrocesso político.

A tese da reforma fatiada, defendida principalmente pelo Partido da Frente Liberal, representa um grande risco. A idéia é desmembrar as medidas dispostas nos textos e aprová-las isoladamente. Com isso, haverá a possibilidade de determinado partido abandonar a reforma assim que conseguir aprovar um ou outro dispositivo do seu interesse. As forças democráticas que compreendem a necessidade de remover a cláusula de barreira em vigor sabem que fora do ambiente da reforma será improvável, de maneira isolada, negociar esse item.

Para facilitar a construção de consensos em torno da reforma política, nada impede que seja discutida uma outra proposta: aprovar o texto de maneira global, mas determinar o escalonamento da vigência de cada conjunto de medidas. Assim sendo, os partidos políticos poderiam dispor de mais tempo para se adequarem às novas exigências legais. Do mesmo modo, a sociedade teria um período maior para absorver e melhor compreender as mudanças.

Renildo Calheiros é deputado federal (PCdoB-PE) e líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

Projeto nacional de desenvolvimento: o debate atual

Ou o Brasil avança no rumo do desenvolvimento ou regressa ao projeto neoliberal com prejuízos incalculáveis à sua soberania econômica

DILERMANDO TONI

Nestes pouco mais de dois anos após a posse do governo Lula, ampliaram-se significativamente os debates em torno de um novo projeto nacional de desenvolvimento – por meio do qual o Brasil poderia avançar no sentido da superação do neoliberalismo. Essas discussões vão ocorrendo numa situação em que tendências contraditórias – seja de continuidade ou de mudança em relação ao que se passou no tempo de Fernando Henrique Cardoso –, convivem e se chocam no interior do governo e da sociedade. Isso explica a existência

tanto de críticas a posturas ortodoxo-liberais no terreno da macroeconomia, ou à ausência de uma clareza maior de tal projeto por parte do governo Lula, quanto torna evidente haver claros pontos positivos a expressar um caminho alternativo – na nova política externa, na postura política democrática, nas tentativas de políticas públicas com vista a melhorias sociais, entre outras práticas do governo.

De uma maneira geral as polêmicas concentram-se no modelo econômico ou, como se tem convencionalmente chamado, na macroeconomia, que é apenas um dos – com toda sua importância –

pontos integrantes de um projeto de desenvolvimento. Mas partindo daí encerram uma visão diferente do rumo que se pretende para o país como um todo. Está no centro dos debates concretos e marca o conteúdo da presente transição a luta pela superação do neoliberalismo ou a volta ao passado recente, retomando o neoliberalismo em toda sua plenitude.

Mas a busca de tal alternativa por parte das forças progressistas encerra muitas dificuldades que se somam a uma correlação de forças que lhes é por enquanto desfavorável, não obstante o país passar por uma nova situação política com a vitória de Lula em 2002. Porque não se trata simplesmente de reeditar o projeto de desenvolvimento da era Vargas, mas de trilhar um caminho inédito que leve em conta a nova situação do mundo e do Brasil e que pode ser sintetizado na fórmula de desenvolvimento com soberania e democracia, com geração de empregos e valorização do trabalho – geração de empregos e distribuição de renda –, com altas taxas de crescimento econômico duradouro. Um projeto assim concebido ultrapassa em muito os limites do governo atual, adquire dimensão histórica e caráter estratégico, requer, antes de qualquer coisa, a hegemonia política das forças verdadeiramente interessadas na sua consecução.

Há – grosso modo –, dois grandes campos de pensamento em luta. De um lado, o bloco das idéias progressistas, antincoliberal, genericamente chamado de desenvolvimentista; de outro, o das idéias neoliberais, conservador, de viés ortodoxo e monetarista no que toca à orientação econômica. Em torno deles se situa todo o espectro de forças políticas e sociais. Obviamente, esses campos não são homogêneos; ao contrário, comportam nuances bem marcadas, facilmente identificadas, nas idéias ou na diferença de força de representação política.

O primeiro bloco é bastante amplo e aí podem ser incluídos intelectuais da UFRJ e da Unicamp; o núcleo situado em torno de Bresser-Pereira; das opiniões de Paulo Nogueira Batista Jr.; assim como de diversas outras academias brasileiras, ou, ainda, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); setores da tendência majoritária e as chamadas tendências de esquerda (notadamente Democracia Socialista, Articulação de Esquerda e

Ação Popular Socialista) dentro do PT; parcelas do PMDB, onde se pode destacar o governador do Paraná, Roberto Requião; PDT, PSB, PCdoB, parte do PL, do PPS e do PTB, no âmbito partidário; setores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em nível da representação empresarial; CUT, MST, UNE e muitas outras organizações sindicais e populares de representação dos trabalhadores; integrantes de vários ministérios do governo Lula, com destaque para o Itamaraty. Como se vê, todo um leque de forças de esquerda, centro-esquerda e centro – desde os trabalhadores, passando pelos setores médios, até empresários interessados no desenvolvimento.

Um dos pontos mais salientes do pensamento desenvolvimentista é a crítica à política macroeconômica posta em prática pelo governo. Crítica que tem como objetivo central buscar meios e formas de recuperar a autonomia para traçar a política econômica brasileira, assim como elevar a capacidade de investimento, sobretudo em infraestrutura e na indústria de bens de capital como alavanca para um novo ciclo de desenvolvimento – com altas taxas, duradouro, voltado para o bem-estar da população trabalhadora.

Argumenta-se que este debate estaria sendo superado pelo crescimento de 5,2% do PIB em 2004, que esta taxa comprovaria o acerto da política até aqui adotada. Entretanto os desenvolvimentistas insistem em questionar – baseados na própria experiência brasileira dos anos 30 aos 80 do século findo – a sustentabilidade desse processo, mesmo levando em consideração o saldo positivo na conta corrente do balanço de pagamentos, alicerçado no superávit comercial, fator de atenuação da vulnerabilidade externa. Outros fatores de instabilidade continuam a atuar pesadamente. Assim é que aparece com destaque a contestação:

- à política de juros altos – atualmente com as mais altas taxas do mundo – e de metas de inflação muito restritas;
- à falta de controle sobre o câmbio, cuja valorização prejudica a performance das exportações;
- à abertura crescente da conta de capitais (vide resolução 3.265 do CMN, de 4/3/05) que fomenta as

ameaças constantes de fuga de capitais em caso de qualquer mudança de orientação;

- à política de superávits primários extremamente elevados, que tem implicado em cortes sucessivos dos dispêndios sociais do governo previstos no Orçamento público;
- aos volume e perfil da dívida pública, vis-à-vis com a falta de capacidade de investimento do Estado;
- à possibilidade de renovação do acordo com o FMI;
- às tentativas para institucionalizar a autonomia do Banco Central.

Ao fazer estas ponderações críticas surgem logo argumentos contrastantes, originados tanto de representantes do mercado financeiro quanto da Fazenda e BC, de que não haveria alternativas viáveis. Acontece que, além da experiência brasileira recente, aparecem, no cenário internacional, casos de países que vão conseguindo retomar o crescimento. Alguns após graves crises, adotando políticas econômicas alternativas ao modelo ortodoxo-liberal. Têm chamado a atenção dos estudiosos os casos da Malásia, Coréia do Sul, Índia, Rússia e mesmo da vizinha Argentina, que vem de um processo vitorioso de renegociação de sua dívida. Isso para não falar na China, país socialista, que tem apresentado as taxas mais altas e duradouras de crescimento econômico desde quando se começou a mensurá-lo. Outros olhos examinam a interessante experiência do Vietnã.

Por isso a recorrente insistência na busca de alternativas à política macroeconômica atual em torno de idéias tais como:

- redução substancial das taxas de juros reais;
- certo controle da conta de capitais visando coibir a especulação dos capitais de curtíssimo prazo, ponto sobre o qual recaem crescentes simpatias até mesmo de setores conservadores;
- metas mais flexíveis de inflação com maior

controle sobre mecanismo de reajuste dos preços de bens e serviços administrados ou regidos por contratos prévios;

- câmbio controlado de forma a implementar crescentemente as exportações;
- renegociação das dívidas e alongamento dos seus prazos;
- diminuição da carga tributária;
- reforço ao papel do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal como importantes instrumentos de financiamento do desenvolvimento;
- democratização da composição do Conselho Monetário Nacional atualmente integrado por apenas três pessoas;
- não-renovação do acordo com o FMI e aumento do controle público sobre o BC.

A conclusão é de que o problema não está na falta de alternativas, mas na decisão política que se tem de tomar para aplicá-las – o que contrariaria poderosos interesses do capital financeiro nacional e internacional. E, para se tomar uma opção de tal magnitude, mesmo que gradualmente, a maioria da nação precisa estar unida e as forças interessadas em mudar fortalecidas politicamente.

De outra parte, se sobressai a política externa do governo Lula, baseada nos postulados do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. Seu pilar central está na busca continuada da integração da América do Sul, no fortalecimento e ampliação do Mercosul, assim como na adoção de iniciativas estratégicas de aproximação com países de perfil parecido ao do Brasil. É uma política de caráter anti-hegemonista, uma forma concreta de se antepor aos interesses imperialistas dos EUA, particularmente à Alca, por eles concebida como forma de consolidação de sua hegemonia sobre as Américas. Os resultados práticos já se fazem sentir, os impasses sobre a Alca permanecem, o Mercosul começa a reestruturar-se

O problema não está na falta de alternativas, mas na decisão política que se tem de tomar para aplicá-las – o que contrariaria poderosos interesses do capital financeiro.

com a adesão dos demais países sul-americanos, entre os quais o Brasil vai se firmando como referência. Tudo isso tem seu reflexo positivo na geopolítica mundial, é a consequência da novidade dos projetos nacionais dos países periféricos: eles não podem se concretizar autarquicamente, necessitam de complementação, somando-se com países vizinhos e assemelhados.

Cabe registro, igualmente positivo, do novo desenho que se procura dar às agências reguladoras, o modelo energético, o projeto das PPPs e as diretrizes de uma nova política industrial – algo absolutamente imprescindível para um projeto nacional de desenvolvimento e que o Brasil havia abandonado desde meados da década de 70 –, cujas prioridades recaem sobre os fármacos e medicamentos, semicondutores, softwares e bens de capital. Em todas e em cada uma dessas frentes, a todo instante, trava-se um renhido embate entre o passado neoliberal e a mudança desenvolvimentista.

O Partido Comunista do Brasil integra o bloco desenvolvimentista e não reivindica para si o monopólio das idéias avançadas. Ao contrário, procura formular seus próprios pontos de vista em unidade e crítica dentro do campo progressista, apoiando e participando do governo Lula, e em luta oposta ao campo conservador. Os comunistas, diferentemente de outros setores críticos à política econômica do governo, consideram a disputa de rumos como uma questão de natureza política, submetida às condições políticas, à correlação de forças de classe. Criticam a política macroeconômica predominante, mas não a entendem como sinônimo de um projeto de conjunto. Destacam com grande importância, neste novo projeto, questões políticas e sociais como a ampliação da liberdade política, partidária e sindical, recomposição do valor dos salários, entre outras. Ademais têm buscado permanentemente a unificação do campo mudancista, chegando a propor há mais de um ano um Pacto Nacional pelo Desenvolvimento e pelo Emprego. Pretendem, neste momento, o estancamento do que seria a continuidade da aplicação do projeto neoliberal e, por outro lado, a adoção de medidas que visem à acumulação – sobretudo com a reconstrução do papel do Estado brasileiro – para uma nova ruptura.

O PCdoB estrategicamente postula um “novo projeto nacional, expressando o interesse da maioria da nação, orientado para a construção de uma nova sociedade, de liberdade, progresso e justiça social”, ou seja, luta por um projeto socialista. Isto é o que diz o Programa Socialista do Partido, concebido como um programa de transição do capitalismo ao socialismo. Entretanto, tal transição é impossível sem a superação do neoliberalismo, num processo constituído por uma série de transições e fases transitórias.

Em lado oposto se encontra o projeto conservador defendido pela velha, e nova, direita do espectro político, ou seja, pelo esquema de forças derrotado em 2002, sobretudo o PSDB que continua agindo sob a batuta de Fernando Henrique Cardoso.

No governo Lula esse projeto tem representação no Banco Central e no Ministério da Fazenda, instituições que atuam como um “superpoder” sobre as demais. Merece registro, pela influência de seus integrantes e pelo que tem produzido de propostas, o surgimento no Rio de Janeiro do Instituto de Estudos de Pesquisas Econômicas (IEPE/Casa das Garças), reunindo banqueiros, economistas de bancos e intelectuais, muitos dos quais ex-técnicos de governos passados, com vínculos com a PUC/Rio. Esta corrente de opinião tem uma vasta articulação internacional com instituições que representam a matriz de seu pensamento – o FMI, o Banco Mundial, o Institute for International Economics (IIE), The Institute of International Finance (IIF) e uma série de universidades norte-americanas.

Segundo a tese geral dessa gente, o crescimento seria gerado automaticamente pelo equilíbrio fiscal e pela estabilidade monetária. Para tanto, seria preciso, de um lado, um superávit primário vultoso, garantindo a sustentabilidade do pagamento das dívidas, e, de outro, metas de inflação garantidas pelas taxas de juros, prontas a inibir quaisquer arroubos de demanda, mesmo que fictícios. Isso ganharia a confiança do mercado que conseqüentemente passaria a investir. Para garantir o superávit primário é preciso aumentar sucessivamente a arrecadação ao tempo em que se cortam as despesas do governo, algumas

absolutamente indispensáveis para o país e seu povo. Como consequência o país hoje vive sob o terror do Conselho de Política Monetária (Copom/BC) e praticando uma das maiores cargas tributárias do mundo comparando-as à de países assemelhados.

A dinâmica de tal modelo acumula problemas ao invés de resolvê-los. Os juros altos atraem capital estrangeiro de curto prazo que vêm em busca de uma rápida valorização, baseada no diferencial das taxas externas e interna de juros. Diante disso, para evitar uma valorização excessiva do câmbio, que prejudicaria mais ainda a performance das exportações, o governo compra dólares injetando bilhões de reais no mercado. Para evitar o efeito nocivo disso, o governo troca os reais por títulos da dívida pública, que só acham colocação se forem bem remunerados... E assim segue a ciranda, resultando em mais dívida, elevado passivo externo, crescimento contido, concentração de renda e instabilidades.

Recentemente, para além da política macroeconômica conservadora, apareceu o discurso da

“boa governança”, pelo qual seria possível diminuir o chamado custo-Brasil, aumentar a disponibilidade do crédito de longo prazo, reduzir os spreads e criar um clima favorável aos investimentos através das faladas garantias jurisdicionais. Para tanto, seriam necessárias: a imediata autonomia do BC, a mudança do papel do BNDES e de sua Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), privatizando-se a administração dos fundos de poupança compulsória, moldando aos interesses do capital financeiro as reformas sindical e trabalhista. Neste diapasão surgem também as propostas de plena conversibilidade da moeda brasileira em dólares para dar mais garantias ao capital internacional, assim como as pressões pela renovação do acordo com o FMI e pela implementação do projeto da Alca. Em síntese, o regresso ao projeto neoliberal em novas bases, com prejuízos incalculáveis à soberania econômica do país.

Dilermando Toni é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.

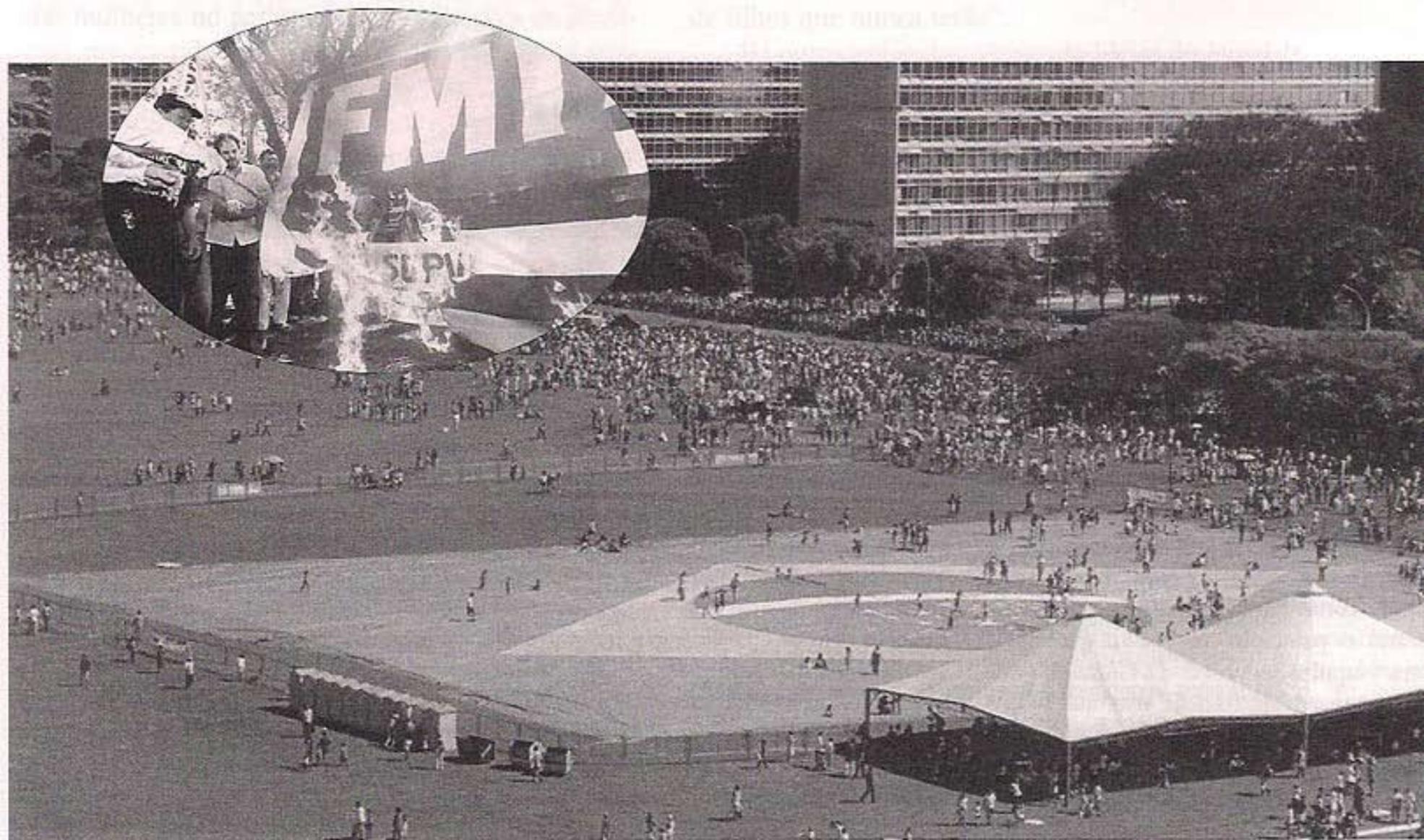
Referências

- UNICAMP, Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia, *Boletim quadrimestral Política Econômica em Foco*.
- SICSÚ, J. e outros. *Agenda Brasil – políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*, Manole, 2003.
- SICSÚ, J. e outros. *Novo-desenvolvimentismo – um projeto nacional de crescimento com equidade social*, Manole, 2005.
- LESSA, C., BATISTA JR., P. N., BELLUZZO, L. G. e outros em diversos periódicos.
- IEDI. Publicações diversas.
- CARTA aos petistas, DS e outras correntes, jan. 2005.
- SICSÚ, J. *Liberdade para o Brasil através do controle do fluxo de capitais*, jan. 2005.
- BELLUZZO, L. G. e CARNEIRO, R. *Conversibilidade, críticas a Arida e Bacha, o mito da conversibilidade*, Revista de Economia Política, 2004.
- LESSA, C. e outros. *O Brasil tem saída, manifesto*, jan. 2005.
- COSTA, D. *Estratégia Nacional. A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*, Ed. Coppe/UFRJ, 1999.
- MINISTÉRIO da Fazenda do Brasil. *Reformas Microeconômicas e Crescimento de Longo Prazo*, dezembro de 2004. *Política Econômica e Reformas Estruturais*, abril de 2003.
- BACHA, E., ARIDA, P. e LARA RESENDE, A. *Credit, interest and jurisdictional uncertainty: conjectures on the case of Brazil*, MIT, 2005.
- BACHA, E. *Incerteza jurisdicional e crédito de longo prazo*, dez. 04.

A não-renovação do acordo com o FMI

Essa decisão cria a possibilidade de o país retomar a condução de sua política econômica

David Fialkow Sobrinho



Repercutiu, como era de se esperar, a decisão do governo Lula, em março último, de não renovar o Acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ajuda a compreender o porquê dessa repercussão, uma passada de olhos pela gênese, desenvolvimento e condicionantes dos acordos vigentes até aqui.

Na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire, EUA, surgia o FMI, como parte de um acordo mais amplo, firmado na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada nas primeiras três semanas de julho de 1944. O *Tratado de Bretton Woods*, como ficou conhecido, montou a arquitetura de uma nova ordem econômica mundial do pós-II Guerra Mundial, na qual, no mundo capitalista, os EUA eram largamente hegemônicos, com mais da metade do PIB e 80% das reservas de ouro mundiais, sendo a única potência que possuía forças armadas poderosas e a bomba atômica, frente a uma Europa e Japão arrasados econômica e militarmente. Nessas condições, apesar de resistências, inclusive de John Maynard Keynes, representante do governo inglês, os EUA lograram impor as novas normas e instituições que passaram a regular a economia mundial, executando o bloco socialista.

Como maior potência industrial, os EUA eram os que mais tinham a ganhar com a abertura comercial de todo o planeta. William Clayton, seu Secretário Assistente de Assuntos Econômicos, declarou: “nós precisamos de mercados – grandes mercados – pelo mundo afora nos quais possamos comprar e vender”. Interessava ao país capitalista mais competitivo a redução de barreiras comerciais dos demais; daí preconizar o livre-comércio, que levou à criação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), em 1946-47. Em Bretton Woods, entre outras questões, foi fixado o dólar como moeda padrão, seu valor garantido com reserva equivalente

em ouro pelo governo norte-americano, ficando todas as moedas em câmbio fixo em relação ao dólar (única moeda conversível em ouro).

Deve-se notar que os Estados Unidos eram superavitários no comércio com quase todos os países, ou seja, quase todos tinham exportações menores que importações (balança comercial negativa). Como passaram a ser os maiores exportadores de capital, os EUA tinham a receber dos demais países: a) juros e amortizações (de empréstimos); e b) remessas de lucros (das filiais). Ora, somadas as coisas, percebiam os EUA os riscos eventuais de não receberem esses pagamentos, uma vez que, além dos saldos comerciais negativos, os países da periferia não tinham moeda forte

para pagar as obrigações internacionais. O FMI surge, assim, para, entre outras coisas, “ajudar” com empréstimos esses países em dificuldades de pagar suas contas, ou seja, garantir os recursos para aqueles que não conseguissem pagar saldos negativos das transações comerciais e financeiras com o exterior (leia-se com os EUA). O FMI é concebido, não com enfoque desenvolvimentista, como desejavam os países periféricos (e, de alguma forma, Keynes), mas com missão monetária, “saneadora”, francamente favorável aos Estados Unidos.

Keynes afirmou a respeito do *Tratado de Bretton Woods*: “Vim participar de uma negociação e assisti a uma imposição”. Após o grande calote dos EUA, em 1971, quando seu presidente, Richard Nixon retira a conversibilidade do dólar em ouro (rompendo unilateralmente o Tratado multilateral que impôs), a profusão de empréstimos às nações subdesenvolvidas (com cláusulas de juros flutuantes), a gradativa e rápida elevação dos juros dos EUA até o final da década de 70 (elevando a dívida dos países periféricos de US\$ 56 bilhões em 1974 a US\$ 400 bilhões em 1982) e eclode a crise da dívida dos países periféricos. Sem maior papel até então, o FMI imaginando ser uma mera questão de iliquidez de curto prazo, de 1982 a 1985 atuou como prestamista de última instância. Junto com o Banco

Para a decisão de não renovar com o FMI, além de se enfrentar dificuldades estruturais existentes, como nossa fragilidade externa, foi preciso vencer a pressão ideológica e política.

Mundial, agiu rápido emprestando dinheiro aos países em crise, evitando não só um colapso do sistema financeiro internacional (efeito do não-pagamento de débitos no balanço dos bancos credores, que estavam um tanto “a descoberto”) como também a formação de um cartel de devedores. Diga-se de passagem, o dinheiro dessa “ajuda” ia direto aos cofres dos bancos credores, sem sequer passar pelos países em crise, deixando-os mais endividados que antes. Aqui a instituição formalmente multilateral e técnica, o FMI (e também o Bird), atua claramente como instituição de defesa dos interesses dos credores, em especial dos EUA.

Especialmente a partir de 1985, o FMI, para conceder empréstimos, passa a exigir o que Aldo Arantes (*Princípios 70*, “O FMI e a soberania nacional”) denomina “condicionalidades ampliadas”, pelas quais, além da receita ortodoxa de superávit comercial (gerando saldos para pagar a dívida), acrescenta variáveis de abertura comercial (eliminando proteção à indústria nacional) e reforma do sistema financeiro. Essa fase dá início às conhecidas Cartas de Intenções, que os devedores devem assinar com o FMI. Mesmo os empréstimos concedidos têm seus recursos liberados aos poucos, à medida que equipes do órgão, periodicamente, vão fiscalizando o cumprimento do “dever de casa”. Ou seja, nações inteiras submetem sua política econômica às determinações desse organismo e são fiscalizadas permanentemente.

Uma terceira fase do FMI é a das “condicionalidades estruturais”, implementada desde o final da década de 80 e intensificada a partir de 1995, com a crise do México. Sintonizado com o “Consenso de Washington”, passa a exigir, nas Cartas de Intenções, mais que políticas macroeconômicas neoliberais, mas alterações de fundo, estruturais, dos países devedores, como liberalização comercial, maior controle de patentes, privatizações, determinada estrutura de impostos e gastos públicos (superávit primário elevado, Lei de Responsabilidade Fiscal etc), abertura aos fluxos de capitais, câmbio flutuante, reforma no setor financeiro (privatização, adequação às normas de Basileia, independência do Bacen) etc.

É ilustrativo exemplificar com a exigência de superávit primário elevado. É sabido que o nível de investimento, especialmente em infra-estrutura, tem efeito multiplicador no crescimento econômico. E,

quanto maior o PIB, maior a capacidade de o país pagar suas contas. Tomando como exemplo, a obrigação do FMI de o país gerar superávits elevados para pagar débitos financeiros restringe o investimento nacional, fazendo “baturar” o crescimento e dificultando até mesmo os pagamentos alegados. Os juros elevados atuam no mesmo sentido do superávit primário.

Além dessa, todas as condicionalidades são bem conhecidas dos brasileiros, implementadas ao longo dos governos de FHC, com conseqüências em baixíssimas taxas de crescimento, de 2.025% ao ano, em média, no período, desmonte do parque produtivo nacional e desnacionalização da economia. No caso da Argentina, cujo comportamento “exemplar” rendeu-lhe abrupta queda do PIB e acentuada crise econômico-social. Várias das condicionalidades reduziram consideravelmente a capacidade de ação do Estado brasileiro na defesa do desenvolvimento soberano e com progresso social, vide as privatizações e a liberação dos fluxos de capital e do câmbio.

A grande questão é que, além dos prejuízos que acarretam, já mencionados, os acordos com o FMI retiram capacidade de formulação de estratégias e políticas econômicas em consonância com os interesses nacionais dos países em desenvolvimento. Não se pode achar de pouca monta o fato de um país com as riquezas, o grau de desenvolvimento e as dimensões do Brasil, submeta-se permanentemente às diretrizes de um órgão que defende interesses opostos aos nossos.

Dada a importância da decisão adotada pelo governo de não renovar o acordo, no período que a antecedeu, houve um acirramento da luta política e de idéias sobre o tema. Até a última hora os setores conservadores pressionaram no sentido de que a tutela do Fundo continuasse.

Entre os campos que se conflitaram, destacaram-se dois. Num primeiro, estavam os que preconizam a não-renovação, a partir não só da melhora das posições do país em relação ao final do governo FHC, mas que pensam o Brasil estrategicamente, defendendo um projeto soberano de desenvolvimento nacional. Num segundo, encontravam-se os defensores da renovação do acordo, por sua vez subdivididos em dois blocos, um de ingênuos embebedos da ideologia neoliberal que, ao enxergarem as dificuldades como intransponíveis, via ação soberana do país, só vislumbram a submissão maior e continuada como o

caminho (que seria único). E, ainda outro, dos que pressionam pela renovação por interesses bem definidos, já mencionados.

Para a decisão de não renovar com o FMI, além de se enfrentar dificuldades estruturais existentes, como nossa fragilidade externa, foi preciso vencer a pressão ideológica e política. Houve e haverá luta, cada vez maior, para fazer valer os interesses ou do país ou dos credores internacionais, com o imperialismo norte-americano à frente, em cuja agressiva e unilateral orientação de dominação do planeta, tem como elo-chave impedir o desenvolvimento do Brasil. E são interesses colossais, com tentáculos poderosos internamente. Há a força brutal da ofensiva conservadora internacionalmente, cuja magnitude obrigou inclusive governos social-democratas a aplicarem o receituário neoliberal. Como há o peso do conservadorismo neoliberal no Brasil, com força no Congresso, nos meios de comunicação, nos meios acadêmicos, impregnados de teses elaboradas nas instituições norte-americanas de ensino, martelados à exaustão pela mídia, até em filmes e meros comerciais, aparentemente inofensivos, sob formas bastante sofisticadas.

Havia uma terceira posição, que procurava conciliar as duas em luta. Reconhece a necessidade de marchar sem o FMI, mas considerava que, no momento, o país não reuniria condições para um caminho soberano. O problema é que através do FMI dificilmente o país reunirá condições melhores para buscar sua ação soberana. Além do que o Brasil já superou a gravíssima situação financeira herdada do governo passado, voltou a crescer, a ter superávits comerciais e na Balança de Pagamentos.

A decisão correta do governo brasileiro, embora agora apareça como uma "unanimidade nacional", constitui-se, sem dúvida, numa vitória do campo político e social da base de apoio do governo que luta pelo avanço das mudanças, pela implementação de um projeto de desenvolvimento soberano e democrático. Por outro lado, trata-se de um revés do campo conservador que pressionava para que houvesse a

renovação do acordo com o Fundo.

Neste episódio, Fernando Henrique Cardoso teve o cinismo de afirmar que ao final de seu governo o país não precisava mais do Fundo e que à época o acordo fora renovado tão somente pelo efeito "do risco da eleição de Lula". Isso é o que se chama tentar "tapar o sol com a peneira".

A supressão da tutela do Fundo é um o mérito do governo Lula, que soube, inicialmente, contornar a grave crise herdada do governo FHC e, agora, alicerçado nos êxitos econômicos auferidos, teve a coragem política de tomar uma decisão que resgata compromissos que ele assumiu com o eleitorado brasileiro.

É verdade que a austeridade fiscal e as metas de inflação continuarão sendo implementadas conforme anunciou o ministro da Fazenda. De fato, sete

anos de tutela contínua e décadas de submissão ao FMI sedimentaram o receituário do Fundo tanto em setores da sociedade quanto em áreas do próprio governo. Estes anos e anos de domínio possibilitaram ao FMI disseminar como verdade absoluta os seus fundamentos macroeconômicos.

Mas o que não se pode negar é que a luta pela mudança, pelo redirecionamento da política macroeconômica ortodoxa e monetarista, obteve uma importante

vitória com a não-renovação do acordo, uma vez que a tutela externa foi eliminada.

A luta, de fato, continua, venceu-se apenas uma grande batalha. Mas, ela continua agora em melhores condições. A jornada para que o governo conduza o país a um ciclo duradouro de desenvolvimento com valorização do trabalho prossegue, agora, como já foi dito, em melhores circunstâncias. Como falou o presidente Lula, o Brasil conquista a oportunidade de "andar com suas próprias pernas e com sua própria orientação".

*A luta
continua, venceu-se
apenas uma
grande batalha.
Mas, ela continua
agora em
melhores
condições.*

David Fialkow Sobrinho é mestre em Economia pela UFRGS, professor de Economia na UFRGS e na FACCA/FUNDASUL, e Conselheiro da Agergs.



Arquivo

Grupo de familiares e portadores de patologias no Congresso.

Pesquisa com células-tronco embrionárias

**Aprovação do Projeto de Lei
da Biossegurança: a vitória foi da ciência
e da sociedade em favor da vida**

Aldo Rebelo

O intenso debate em torno da autorização para a pesquisa com células-tronco embrionárias e a posterior aprovação do projeto de lei de Biossegurança pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal demonstram o amadurecimento na sociedade da idéia de tratar-se de uma coisa boa para a vida.

O fato de a proposta colocar a vida no centro da discussão e a ciência como instrumento para melhorar a qualidade de vida e buscar solução para diversas patologias fez com que alguns grupos religiosos, mesmo os mais conservadores, se manifestassem claramente favoráveis à proposta.

A necessidade da inclusão do tema no projeto do Executivo nº 2401, ainda em 2003, foi apontada como essencial por vários cientistas durante audiências públicas na Câmara dos Deputados. Os especialistas queriam anular a Lei nº 8.974, que desde 1995 proibia o armazenamento de embriões para utilização com material biológico disponível, o que na prática inviabilizava a terapia com células-tronco embrionárias.

Se nada tivesse sido feito naquele momento, muito provavelmente hoje estaríamos convivendo com a proibição, pois dificilmente uma outra lei de forma isolada teria condições de aprofundar na sociedade e no Congresso Nacional um debate dessa proporção. Por esse motivo, na condição de relator do projeto na Câmara, achei por bem apoiar e reconhecer como justa a reivindicação dos cientistas em favor da tramitação conjunta dos temas relativos aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e as células-tronco.

O relatório por mim apresentado na Câmara retirou do projeto de lei qualquer restrição ao uso de embriões com material biológico disponível e na prática abriu a possibilidade de serem feitas pesquisas com células dessa natureza.

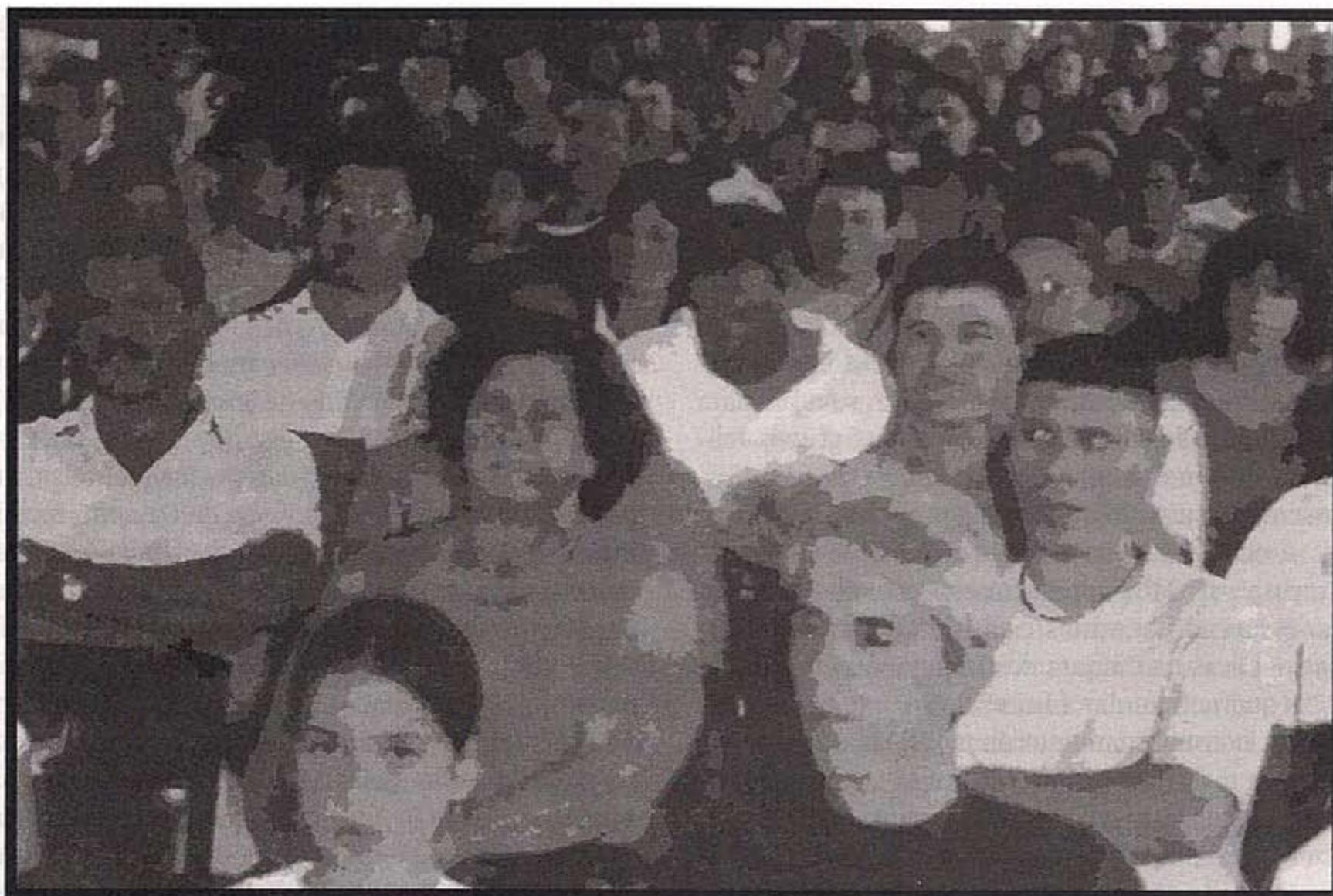
Quando o deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE) assumiu a relatoria foi necessário fazer um acordo com as diversas bancadas, principalmente com as religiosas, uma vez que o tema ainda não estava suficientemente amadurecido na Câmara. O texto apresentado por Renildo vedava a pesquisa com células-tronco embrionárias e permitia a pesquisa com células-tronco adultas. A mudança foi importante

naquele momento porque evitou o confronto com segmentos contrários à pesquisa, o que poderia resultar até mesmo na rejeição da proposta, e permitiu aprofundar a discussão do tema no Senado, contando com a colaboração de outras entidades e também dos próprios pacientes e familiares de pessoas cujas patologias potencialmente pudessem merecer tratamento a partir da aprovação da lei.

Ao chegar ao Senado, o debate evoluiu muito intensamente, com uma grande mobilização de vários senadores, entre eles Tasso Jereissati (PSDB/CE), Lúcia Vânia (PSDB/GO) e ainda Jonas Pinheiro (PFL/MT), que se empenharam pessoalmente em favor da mudança do projeto vindo da Câmara. Permitiu-se assim um avanço no Senado e o relatório final mostrou-se como uma solução intermediária, que não liberou completamente a pesquisa como sugeria o texto original, mas permitiu a pesquisa e a terapia em embriões congelados há mais de três anos, com no máximo 15 dias de vida. Essas células, que seriam descartadas pelas clínicas de fertilização *in vitro*, passam então a ser potencialmente uma grande esperança para milhões de portadores de doenças genéticas até hoje incuráveis. Isso sem dúvida demonstra o amadurecimento do Poder Legislativo ao ouvir a sociedade e ser capaz de tomar essa decisão avançada até mesmo em comparação com outros países.

Sabemos que os resultados práticos não aparecerão em curtíssimo prazo por se tratar de um novo ramo do conhecimento. A previsão é de que apenas daqui a cinco anos isso possa efetivamente ser utilizado para terapia em escala geral, mas a utilização para uso terapêutico de células-tronco embrionárias abre todo um leque de possibilidades para a medicina, por serem células que podem se transformar em quaisquer tipos de células. Moléstias poderão ser tratadas com a substituição de tecidos por essas células e isso vai significar um grande avanço tanto para as pessoas que sofrem com essas doenças como para seus familiares. Portanto, a vitória foi da ciência e da sociedade em favor da vida.

Aldo Rebelo é deputado federal (PCdoB-SP) e ministro da Coordenação Política do Governo Lula, foi relator do Projeto de Biossegurança na Câmara dos Deputados.



A participação do povo é fundamental a um governo democrático.

O desafio de governar bem

O significado, possibilidades e limites das atuais administrações municipais comunistas

Ronald Freitas

O Município é a unidade básica do Sistema Federativo brasileiro. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Título III, Capítulo I, Artigo 18, que trata Da Organização do Estado, “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos dessa Constituição”. Essa disposição constitucional coloca o município em grande evidência na estrutura de poder da República e realça o significado da conquista de governos municipais pelo Partido Comunista do Brasil no último pleito eleitoral.

O prefeito e vice-prefeito de uma cidade exercem a mais importante fatia do poder político municipal. Como governantes de municípios os comunistas exercem na esfera executiva um conjunto de tarefas que dizem respeito à gestão municipal, tanto no que se refere à administração do município *stritu sensu*, como no sentido de orientar a vida do município e da administração no rumo do desenvolvimento econômico e do combate às desigualdades sociais existentes.

Porém, convém ter sempre presente que o fato de uma pessoa ter sido eleita prefeito ou vice significa ter conquistado uma parte do poder, não todo o poder. O exercício do governo municipal, além do Executivo (prefeito), conta com uma série de outros órgãos de poder, como Câmara de Vereadores (Poder Legislativo); Tribunal de Contas Municipal, onde houver; Ministério Público; Controladoria Geral da União (que fiscaliza a aplicação de verbas federais no município); etc. A Constituição Federal (nos art. 29 a 31) e a Lei Orgânica do Município normatizam os poderes e deveres dos municípios e de seus órgãos e agentes de poder.

Aspecto importante que deve balizar a atual ação na gestão municipal é que se chega ao governo

por meio de eleições estabelecidas de acordo com as regras do Estado burguês que nos dirige e do qual somos parte – e isso por si só é um significativo marco balizador da atuação e desempenho dos comunistas.

Significado dessas vitórias

O fato de o PCdoB ter eleito 10 prefeitos e 29 vice-prefeitos foi um importante feito nas atuais condições em que se trava a luta e disputa política em nosso país.

Convém destacar que embora não tenha eleito prefeito de capital, o PCdoB reelegera a prefeita de Olinda, o que tem uma grande importância política nacional – seja pela cidade (uma das mais des-

tacadas e conhecidas do país) seja pelo fato de a reeleição ter significado que, no julgamento do povo de Olinda, os comunistas cumpriram de forma vitoriosa o mandato a eles confiado. Além disso, o PCdoB conquistou prefeituras de cidades de porte médio, como Barra do Garças (MT) e Camaragibe (PE), e elegeu vice-prefeitos de importantes capitais: Recife (PE), Aracaju (SE), Porto Velho (RO), Macapá (AP), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR).

O fato de essas conquistas terem se dado sob a legenda do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) constitui uma novidade na história recente de nosso país. Há menos de três décadas, quando vivíamos sob o regime ditatorial, era impensável tal situação, pois os comunistas atuavam de forma clandestina na luta pelas liberdades democráticas, pela soberania nacional e por justiça social. Do ponto de vista estritamente partidário, significa que vivemos em um novo momento político em que as regras da disputa política estão estabelecidas de acordo com a democracia liberal. E do ponto de vista tático, as disputas por postos executivos em prefeituras e

*Antes
de tudo, é
necessário
não descurar
do caráter
amplo e
frentista
que deve
ter o
governo.*

governos estaduais passam a ter significativa importância no processo de acumulação de força política.

Estar à frente de uma prefeitura ou exercer as funções de vice-prefeito é uma importantíssima tarefa que os eleitos estão desafiados a cumprir da melhor forma possível.

Antes de tudo, é necessário não descurar do caráter amplo e frentista que deve ter o governo. Vivemos em um momento político no país em que é necessário agrupar o maior número de forças progressistas, democráticas e populares, na tarefa hercúlea de superar os obstáculos à retomada do desenvolvimento nacional, da afirmação de nossa soberania e ao combate às desigualdades sociais. Não tenhamos dúvida, os municípios, por menores que sejam, são a unidade de base da nação e o exercício do poder local, sintonizado com a solução dos problemas gerais do país, em muito contribuirá para uma administração exitosa. Como exemplo citamos os constrangimentos a que estão submetidas as finanças municipais, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal e de exigências indevidas de agentes financiadores como BIRD e Banco Mundial.

Nesses postos há a possibilidade e a responsabilidade de se realizar uma série de políticas públicas que expressem as propostas de cuidar corretamente do bem público; administrar de forma transparente; ter presente as necessidades dos setores menos favorecidos da municipalidade; e, particularmente, buscar, dentro dos marcos da competência municipal, ser a prefeitura um fator de dinamização da economia do município.

A gestão comunista nessas prefeituras será uma espécie de cartão postal do PCdoB para a sociedade e suas ações e omissões serão acompanhadas pela população. Isso exige um constante contato com o povo: ouvi-lo em suas reivindicações, buscando atendê-las dentro dos limites da competência da pre-

feitura. Não vender ilusões, mas não poupar esforços no sentido de melhorar as condições de vida dos munícipes.

O exercício das administrações municipais que se inicia será também – sem dúvida – uma grande oportunidade para a acumulação de força política na sociedade para a construção de uma pátria soberana, independente e socialmente justa. Essa afirmação pode parecer abstrata, mas é prenhe de realidade. Na atual situação política no mundo e no país, a luta pela construção de uma sociedade mais justa, passa por um complexo processo de acumulação de forças políticas e sociais – onde a mobilização e a organização da população, mormente dos seus setores mais carentes, tem um papel decisivo. E onde vivem essas pessoas? Onde trabalham ou procuram empregos esses cidadãos? É na cidade, no município. Uma gestão municipal que se esmere em administrar bem a comuna, que procure elevar o nível de participação e consciência dos munícipes, contribuirá para a citada acumulação de forças. E isso será tanto mais exitoso se for um objetivo claramente perseguido.

Além dos aspectos acima levantados, devemos compreender que as prefeituras administradas pelos comunistas devem ser postos avançados na luta de apoio ao governo Lula no rumo da realização das mudanças que o país precisa.

Possibilidades que se abrem

Com a conquista da prefeitura abrem-se amplas possibilidades de trabalho político por parte do prefeito e do vice. Como as mais importantes autoridades do município, passam a ter amplo acesso aos círculos políticos, sociais e empresariais da cidade. Essa nova posição permitirá que seja alargada a influência do PCdoB em todos os terrenos, que se estabeleçam contatos em todas as esferas da so-

As prefeituras administradas pelos comunistas devem ser postos avançados na luta de apoio ao governo Lula no rumo da realização das mudanças.

cidade – o que possibilitará consolidar uma corrente política avançada no município.

Existem também condições para uma convivência democrática com os demais partidos. É necessário cuidar de forma sincera e eficaz e garantir uma real participação dos partidos da base no governo. Para isso não basta que ocupem postos políticos, seja de primeiro, segundo, ou terceiro escalão, na administração municipal. Acreditamos que deva ser examinada, de acordo com as condições concretas de cada município, a formação de um conselho político composto pelos partidos da base aliada, de caráter consultivo, que deva ter como objetivo ajudar o prefeito na condução das grandes linhas político-administrativas da sua gestão.

Aqui cabe um comentário acerca da relação entre partido político e poder político. Tema muito complexo, mas que no geral se presta a análises e interpretações demagógicas de certos analistas e círculos políticos. Primeiramente existe, para nós, uma clara linha divisória entre o público e o privado, e que a administração pública se situa no terreno dos interesses públicos, sendo em certo sentido a expressão concentrada desses interesses. Quanto aos partidos, são também instituições de caráter público, que surgiram como uma das formas de afirmação da República contra o poder absolutista do fim da Idade Média, mas não representam toda a sociedade e sim parte dela. A relação entre partido político e poder político é uma relação dialética entre a legítima disputa de poder na sociedade por partes desta e do exercício desse poder após a sua conquista. Nesse sentido embora entes públicos com esferas de competências bem delimitadas não são antagônicos entre si, mas complementares. Assim se coloca o desafio de estabelecermos uma correta relação entre o PCdoB e os prefeitos e vices eleitos.

Como já abordamos, deverão ser as gestões

municipais conduzidas pelos comunistas exemplos de competência, eficiência e zelo público. Mas devemos acrescentar que nos marcos dos parâmetros acima citados, devemos estabelecer uma sinergia entre o exercício do mandato e o Partido, no sentido de fortalecê-lo e ampliar suas fileiras.

Pelo arcabouço legislativo hoje existente, o município é um ente público autônomo, mas isso não significa que possa existir isoladamente – muito pelo contrário. Com a Constituição de 1988, várias responsabilidades administrativas de serviços públicos passaram a ser de competência do município e para que esses serviços tivessem garantias de execução foi estipulada em lei a dotação de recursos específicos para esse fim, como no caso da educação fundamental. Além disso, são inúmeras as parcerias que podem ser estabelecidas, entre outros, com Ministérios da República, Secretarias de Estado, SEBRAE e Agências Oficiais Internacionais, com o objetivo de se realizarem projetos concretos de desenvolvimento das comunas (tais como os de preservação de patrimônios culturais, ecológicos, ambientais, de treinamento de mão de obra etc), que abrem um imenso leque de possibilidades para se atrair recursos para o município.

Isso gera a necessidade de as prefeituras se tornarem tecnicamente capacitadas para elaborar projetos de acordo com as exigências legais – que não são poucas. Sendo essa uma das frentes de atuação que deve merecer um tratamento preferencial pelos novos prefeitos.

Concretamente, o fato de o PCdoB ser da base do governo central e de ter relações políticas com todas as áreas da administração pública federal, cria condições para potenciar os dispositivos legais que permitem o estabelecimento dessas parcerias.

Particularmente nos ministérios e outros órgãos

Pelo arcabouço legislativo hoje existente, o município é um ente público autônomo, mas isso não significa que possa existir isoladamente.

federais existem vários programas de “ajuda aos municípios” que deverão ser procurados para o estabelecimento de parcerias e convênios.

Limites

O fato de serem, o prefeito e o vice, autoridades máximas do município, não significa que esse poder seja muito grande, principalmente neste momento de dificuldades econômicas que o país vive, com o seu desenvolvimento contido e/ou estagnado. Isso reduz as receitas municipais, sejam próprias, sejam as derivadas de repasses estaduais e federais. Assim a tarefa de “engordar” as receitas do município, será uma das mais importantes – se não a mais.

Além disso, torna-se necessário colocar de forma explícita que se governam cidades regidas por um conjunto de Leis, que vai da Constituição Federal à Lei Orgânica dos Municípios e Lei de Responsabilidade Fiscal. Há, ainda, o controle do Tribunal de Contas da União, de Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, quando houver, do Ministério Público. Todas essas leis e órgãos fiscalizadores são orientados não de acordo com os pressupostos de um Estado democrático popular ou socialista, mas sim de um Estado burguês.

Politicamente também é necessário ter presentes dois elementos fundamentais que, em certa medida, balizarão objetivamente o exercício de nossos mandatos. O primeiro deles é a correlação de forças políticas da sociedade, em nível mundial e nacional. Vivemos um período de resistência política por parte das forças mais conseqüentes. Desde o fim da URSS, o mundo passou a viver sob o tacão do imperialismo estadunidense que, de forma arrogante e militar, impõe sua hegemonia. E internamente, vivemos um período de ameaça de nossa existência como Estado nacional soberano, que resiste às investidas do neoliberalismo, e que

com o governo Lula nutre esperanças de redirecionar seu rumo.

O segundo diz também respeito à correlação de forças políticas, não mais na sociedade como um todo, mas no seio mesmo do governo do qual o PCdoB faz parte. Aqui, é necessário ainda ter presente que o governo Lula é um governo onde existem contradições e disputas que, no mais das vezes, o prejudicam. Carece de um comando unificado e é continuamente vítima de inexperiência administrativa. Acrescentemos a isso ser o PCdoB uma força pequena do ponto de vista parlamentar e institucional. Tem 11 deputados federais e dois ministros de Estado. Isso tudo pesa no tipo de jogo político atualmente jogado.

Nosso poder vai até aonde a correlação de forças políticas da sociedade e do governo permitir.

Assim, nos é necessário ter presente que se irá realizar uma administração municipal fortemente condicionada pelos fatores acima descritos, e que se deve ter muita habilidade política no trato com os aliados, procurar incorporar novas forças no campo político, mesmo que elas tenham estado neutras ou em oposição, e ter paciência no trato com os adversários. Ou seja, nosso poder vai até aonde a correlação de forças políticas da sociedade e do governo permitir.

Forçar esses limites é agir voluntariamente, é perder o contato com a realidade objetiva e ficar politicamente isolados. Isso, no entanto, não é sinônimo de acomodação diante desse tipo de limitações. É necessário, com ousadia, criatividade e coragem política, criar as condições para se avançar no rumo do fortalecimento das tendências políticas progressistas que atuam na sociedade e no governo. É aqui que a política é ciência e arte, e não mero exercício de autoridade ou força.

Ronald Freitas é advogado e secretário nacional de Relações Institucionais e Políticas Públicas do PCdoB.

A experiência do PCdoB no governo de Olinda

Passarinho



Luciana Santos.

Reeleita prefeita de Olinda já no primeiro turno em 2004, Luciana Santos demonstra que o PCdoB sabe governar

LUCIANA SANTOS

Olinda é uma cidade com forte tradição cultural e de lutas libertárias. Nesse terreno fértil para mudanças desde janeiro de 2001 desenvolvemos um modelo de gestão em que se busca estimular a participação popular, o debate de idéias, a relação direta do governo com o povo e a elevação do nível de consciência política e social da população. Uma gestão comprometida com o desenvolvimento e o progresso, a universalização das políticas de garantias de direitos e a transparência administrativa, articulada e participante na luta nacional para fazer vingar no Brasil um novo projeto de desenvolvimento econômico e social, que supere o neoliberalismo e nos aproxime do socialismo. Tudo isso, aliado à forte convicção de que é preciso governar incorporando amplas forças políticas e sociais e a cultura local; convicção essa que perseguimos com muita determinação.

Para isso, o PCdoB tem envidado esforços no sentido de desenvolver políticas de frente ampla que nos levem a um acúmulo de forças cada vez maior, o que já pode ser percebido hoje, não só em Olinda, mas em todo o estado de Pernambuco. Essa trajetória teve início com a vitória eleitoral de 2000, quando o PCdoB conquistou a Prefeitura de Olinda, a vice-prefeitura do Recife – com a eleição de Luciano Siqueira – e elegeu um vereador no Recife.

A partir desse êxito, dessa vitória, passamos a conquistar outros espaços concretos na política pernambucana, um avanço significativo para o partido que antes contava com apenas uma deputada estadual. Na eleição seguinte, em 2002, o PCdoB elegeu Renildo Calheiros, candidato a deputado federal mais votado de Olinda, e reelegeu Nelson Pereira, deputado estadual, vindo do PT para nosso partido. Agora, em 2004, esse êxito consolidou-se quando, em Pernambuco, nos reelegemos em Olinda, elegemos 23 vereadores e passamos a administrar mais três cidades, enquanto, até então, tínhamos apenas Olinda.

Também realizamos avanços importantes no que se refere à correlação de forças na Câmara Municipal, garantindo ainda mais a governabilidade. Em 2005 passamos a contar com nove dos 16 vereadores eleitos, graças as nossas coligações, tornando a situação atual muito diferente. Hoje, em Olinda, o PCdoB é o maior partido do município e, na eleição

do ano passado, conquistou, sozinho, 30 mil votos. Elegemos três dos 16 vereadores que nos dão sustentação na Câmara, a bancada do PCdoB; os comunistas participam ativamente do movimento popular da cidade e têm papel importante no município em todos os aspectos da vida social e cultural. Todavia em nenhum momento buscamos impor qualquer tipo de hegemonismo.

Além de ampliar nosso leque de forças e aumentar nossa influência no município e no estado, também superamos preconceitos. E isso foi muito importante. A campanha de 2000, por exemplo, foi marcada por um anticomunismo muito ferrenho, que relacionava o comunismo ao terror, ao medo. Outro aspecto desse preconceito se referia a nossa capacidade administrativa, a nossa capacidade de gerir o poder local, o governo. E nós quebramos esses preconceitos. Um exemplo de que o nosso partido consegue ter êxito administrativo é o fato de, após quatro anos, continuarmos governando uma cidade tão difícil como Olinda. Essa é uma grande vitória, que consolida a superação de preconceitos em relação à possibilidade, à capacidade de um partido comunista governar uma cidade, ou até mesmo o país.

Vimos ainda desenvolvendo esforços no sentido de atrair para nosso governo técnicos e pensadores identificados com nossa proposta de governo e dispostos a mergulhar fundo na realidade do município ou que já a conheçam bem, de forma a poderem enfrentar o desafio de formular políticas públicas capazes de responder às reais demandas da população. Isso porque acreditamos somente ser possível formular políticas públicas capazes de responder a esses desafios, quando passarmos a vivenciá-los e a aprender como superá-los. Também buscamos desenvolver um modelo próprio de administração pública que contribua para a formação de uma corrente de pensamento que reflita a política e os objetivos estratégicos do PCdoB.

Outra disposição do nosso governo é exercitar um forte debate com a população para que ela entenda as causas da crise em que vive. Esse é um grande desafio, que sempre nos motivou a debater a realidade, a falar a verdade e a nunca praticar demagogia com o povo – ainda hoje vivendo o drama do desemprego e da falta de perspectiva, cujo principal responsável é o modelo econômico e social perverso e injusto que ainda vigora no país.

Por isso, nós sempre relacionamos a possibilidade de satisfazer as necessidades da população às mudanças, à alteração dos rumos dos modelos econômicos e sociais que sempre imperaram no Brasil. O debate de idéias é exercitado em todos os espaços, inclusive nas escolas públicas municipais, onde procuramos elevar o nível cultural e de consciência política da população.

No âmbito do Poder Público, buscamos também criar mecanismos de participação popular, como os conselhos representativos de segmentos sociais: da mulher, da criança e do adolescente, dos idosos e da juventude, e realizar conferências e seminários setoriais, além de instituir o Orçamento Participativo, uma experiência inédita na cidade, que tem oportunizado um exercício muito positivo de participação popular. Além disso, hoje em Olinda cresce o número de associações de moradores, de artistas e de empresários. Ou seja, a cidade fervilha com iniciativas que demonstram a retomada da organização popular, da sua intervenção na vida cotidiana da cidade. Esse é um setor no qual nós temos alcançado também bastante êxito.

O desafio de administrar

Outro aspecto importante da nossa experiência no governo de Olinda é nosso trabalho árduo no sentido de melhorar as condições de vida do nosso povo e avançar nas políticas públicas que promovam a inclusão social e a melhoria da qualidade dos serviços básicos para a população, como saneamento, saúde, transporte e infra-estrutura urbana.

Isso porque, como sabemos, a maioria das cidades brasileiras vive basicamente da captação de recursos externos, seja junto ao Banco Mundial ou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ou de emendas do Orçamento Geral da União (OGU), sendo as capitais as únicas cidades com alguma capacidade de investimento capaz de criar o ambiente

propício ao desenvolvimento econômico e social.

Em Olinda, a situação não é diferente e, da mesma forma, para fazermos investimentos de fôlego em infra-estrutura urbana tivemos de nos empenhar na captação de recursos junto a bancos internacionais e do Orçamento Geral da União, tarefa na qual temos obtido êxito. Como exemplo podemos citar o investimento de R\$ 16 milhões obtidos junto ao governo federal, no primeiro ano do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um salto significativo para uma cidade como Olinda, que tem uma capacidade de investimento inferior a R\$ 3 milhões por ano.

Esses recursos, captados junto aos ministérios ou fruto de convênios desses ministérios com bancos internacionais, foram investidos em obras importantes para a melhoria da qualidade de vida da população do município, como a urbanização da orla marítima, o saneamento do Bairro Novo, as intervenções em encostas, reduzindo, em 113, as áreas de risco nos morros e revitalizando o Sítio Histórico.

Nesse esforço, também nos habilitamos a implantar em Olinda o Prometrópole, o principal programa de investimentos que a cidade terá nos próximos cinco anos. Recursos da ordem de R\$ 55 milhões, captados junto ao Banco Mundial, e de R\$ 45 milhões, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), serão investidos na implantação de redes de esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem, pavimentação, construção de escadarias, equipamentos sociais e áreas de lazer, programas de educação ambiental e desenvolvimento comunitário, bem como o reassentamento de famílias em condições de risco, em comunidades localizadas na Bacia do Rio Beberibe, onde estão concentrados 60% das pessoas de baixa renda do município.

É sem dúvida o programa de maior impacto a ser realizado no município, em médio prazo, que vai melhorar, de maneira significativa, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. Isso, principalmente, em virtude da execução das obras de saneamento básico, previstas no projeto, que, quando concluídas, significarão um aumento de 19,45% na

Este tem sido o nosso projeto: um governo comprometido com o desenvolvimento econômico associado à inclusão social e com a proposta de fazer do Brasil um país cada vez mais soberano.

área saneada do município.

Em relação ao patrimônio histórico, Olinda foi, em 2001, a cidade que mais apresentou projetos ao programa Monumenta/BID, entre eles o do Parque do Carmo – uma área de lazer com 4,5 hectares –, que ao ser concluído será o maior conjunto paisagístico da cidade. Iniciativas como essas livraram Olinda da ameaça de perda do título de Patrimônio da Humanidade, que pairava sobre a cidade até 2001. Hoje nós presidimos a Organização das Cidades Patrimônio Nacional.

Em termos culturais, três grandes iniciativas marcam nossa gestão: a revitalização do Carnaval, com o resgate de seu caráter democrático e popular; o Cinema na Praça, projeto premiado nacionalmente, que nos últimos quatro anos leva diversão e inserção cultural a milhares de pessoas de baixa renda; e o Olinda, Arte em Toda Parte, que abre ao público mais de cem ateliês localizados no Sítio Histórico, democratizando o acesso às artes plásticas.

Também buscamos desenvolver políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida de crianças e jovens, com a implantação de diversos programas sociais em convênio com o governo federal, empresas privadas e organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef. Isso nos garantiu a instalação em Olinda do primeiro Espaço Criança Esperança do Nordeste e o título de Prefeito Amigo das Crianças, concedido pela Fundação Abrinq em 2004.

Também aumentamos os investimentos nas áreas de Saúde e Educação, com a reforma e ampliação de unidades de saúde e escolas e a contratação de mais médicos, agentes de saúde e professores. Desenvolvemos, ainda, um programa de construção de casas populares, que, até agora, beneficiou 359 famílias com moradias construídas em lotes urbanizados. Uma conquista significativa, se considerarmos que há sete anos não se construía nenhuma casa popular na cidade.

Ao assumir o governo, em janeiro de 2001, encontramos uma dívida no valor de R\$ 68 milhões referentes a salários atrasados, dívidas com fornecedores e prestadores de serviço, repasses ao Fundo de Pensão dos servidores atrasados, e as contas bancárias do município bloqueadas. Hoje as finanças públicas estão em melhor situação, aumentamos as receitas próprias e reduzimos as despesas de custeio,

com a modernização da máquina administrativa. Também iniciamos um processo de resgate do funcionalismo público, implantando medidas saneadoras, algumas delas representando conquistas históricas da categoria, como a fixação de data-base, a realização de concursos públicos e a instituição do Regime próprio de Previdência Social. Os salários dos servidores são pagos em dia e dentro do mês. No início de ano divulgamos o calendário de pagamentos, inclusive do 13º salário.

Apesar desse desempenho, administrar Olinda não é uma tarefa fácil, haja vista sermos uma cidade com uma das maiores densidades demográficas do país, cerca de 9.800 habitantes por quilômetro quadrado, com arrecadação de cidade pequena e problemas de cidade grande. Problemas causados, particularmente, pela falta de crescimento econômico que paralisou o país por mais de 20 anos e pelas limitações impostas pelas políticas tributária e fiscal ainda vigentes no país.

Para 2005, a estimativa é de uma receita de R\$ 169 milhões. Além dos recursos do Prometrópole, a expectativa é de que sejam captados recursos externos da ordem de R\$ 16 milhões a serem investidos em obras de infra-estrutura urbana, saúde, cultura, turismo e preservação do Sítio Histórico.

Esses são, portanto, os dois grandes esteios do governo popular de Olinda: de um lado, a mobilização e participação popular em torno de uma coalizão ampla de forças políticas e sociais, que governa a cidade lutando por um novo Brasil, e, de outro, um trabalho muito duro para poder atender, minimamente e nos limites do poder local, às necessidades da população, dotando a cidade de um ambiente estimulador do desenvolvimento econômico e social.

Este tem sido o nosso projeto político de administração municipal, reforçado a partir de 2003 com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um governo comprometido com o desenvolvimento econômico associado à inclusão social e com a proposta de fazer do Brasil um país cada vez mais soberano, democrático e socialmente justo que todos nós tanto queremos.

Luciana Santos é prefeita reeleita de Olinda (PE), cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Cervantes: um homem entre os séculos

**Em uma ambigüidade intencional se
esconde o sentido universal da humanidade inteira**

Otto Maria Carpeaux

Na opinião geral, Cervantes é tão exclusivamente o autor do *Dom Quixote* que autor e obra quase se confundem. Cervantes só parece ter vivido a sua desgraçada vida de soldado, cativo dos mouros e literato pobre para acumular as experiências das quais aquela grande obra é o resumo, o julgamento e a transfiguração. O resto da sua atividade literária parece apenas preparação da obra principal. Ainda no *Don Quijote*, certos episódios lembram a literatura pastoril que Cervantes enriqueceu com a *Galatea*, sua obra de estréia. O humorismo algo primitivo, pré-lopiano, dos entremeses, prepara o humorismo superior do romance. Quanto às peças sérias e ao último romance, *Persiles*

Cervantes.



Juan de Juaregui

y *Segismunda*, a posteridade condenou-os a um quase esquecimento, porque não se harmonizam bem com a “tese” humorística do *Don Quijote*. Enfim, à coleção das *Novelas Exemplares* ninguém negou jamais o título de uma das maiores obras narrativas da literatura universal. Mas esses contos são desiguais; alguns ao gosto italiano da época, outros tão românticos que só mesmo os românticos alemães e ingleses podiam gostar deles; novelas da mesma espécie encontram-se insertas no *Don Quijote* (*El curioso impertinente*, *Las bodas de Camacho*), e as duas obras primas da novelística cervantina, a picaresca *Novela de Ronconete y Cortadillo* e a fisiologia melancólica do *Colóquio de los perros Cipión y Berganza*, preparam imediatamente o realismo e o humorismo de *Don Quijote*, síntese da arte e do pensamento de Cervantes. A visão da obra na memória da humanidade restringe-se até, principalmente, à primeira parte do romance: as aventuras do fidalgo Alonso Quijano na taverna que tomou por castelo, com os moinhos de vento que combateu como se fossem gigantes, com a bacia do barbeiro que lhe pareceu elmo de Mambrino; as conversas do improvisado cavaleiro errante com Sancho Pança, que mobiliza todo o realismo seco dos provérbios castelhanos para convencer o seu dono da loucura daqueles erros, acompanhando-o, no entanto, na esperança de conquistas imaginárias. O contraste é de um humorismo irresistível: e o *Don Quijote* conservará para sempre as suas duas classes de leitores: as crianças, que ainda não conhecem a vida, e, os outros, duramente experimentados por ela. Mas, enquanto as simpatias do público se inclinavam para o lado do cavaleiro perfeito e comovedoramente ridículo, a literatura universal ouviu de preferência a lição de Sancho Pança e do seu realismo razoável. O “método” cervantino do contraste entre ideais extravagantes e obsoletos, por um lado, e, doutro lado, o bom senso comum da gente, sugeriu inúmeras imitações e versões, das quais o *Hudibras*, de Samuel Butler, é o primeiro espécime, e o *Tom Jones*, de Fielding, o primeiro resultado definitivo. Disse bem o crítico americano Trilling que o contraste entre as aparências e a realidade é a própria substância do gênero “romance”. Nesse sentido, é o *Don Quijote* “o romance dos romances”.

Dele deriva o romance realista, em que as duras realidades do ambiente se opõem às idéias e atos subjetivos do homem; quer dizer, o romance moderno, e logo o maior de todos os romances. Porque em uma ambigüidade intencional se esconde o sentido universal da humanidade inteira, representada pelas duas figuras de Don Quijote e Sancho Pança.

Mais um episódio da primeira parte do *Don Quijote* se gravou na memória universal: a cena em que o vigário e o barbeiro julgam os romances de cavalaria, responsáveis pela loucura anacrônica de Dom Quixote. Esse episódio constitui a base da interpretação realística da obra, correspondente à repercussão do *Don Quijote* na literatura universal: a obra foi compreendida como sátira contra o entusiasmo apaixonado dos espanhóis pelos romances de cavalaria. Na elaboração, estendeu-se a sátira a todas as formas de “idealismo” extravagante que perde de vista a realidade; e a paródia transformou-se em panorama da vida humana, na qual os ideais sempre são derrotados pela famosa “teimosia dos fatos”. Essa interpretação antiga não explica bem a simpatia do autor pelo seu herói louco, simpatia que se comunica a todos os leitores, e baseada no fato de que não somente os ideais falsos são derrotados na vida e no *Don Quijote*, mas também os ideais verdadeiros; o cavaleiro à antiga, que defende a fé, a justiça e os indefesos, tem de desaparecer num mundo de fé, sem justiça e muito utilitário. Heine foi – parece – o primeiro a compreender a tragédia comovente do idealismo desiludido por trás do sorriso humorístico. E logo resultou uma conclusão importante: na literatura universal é o *Don Quijote* a primeira grandiosa obra de arte em prosa porque o humorismo é o sentimento da poesia em face da prova da vida. Eis a interpretação romântica do *Don Quijote*; e essa dialética entre poesia e prosa já garante a Cervantes o sentido universal e à sua obra o valor permanente. Depois, tornou-se possível salientar, alternadamente, o elemento poético ou o elemento prosaico; e originam-se daí duas séries de interpretações. O primeiro caminho é o de Turgenev, explicando a derrota de Dom Quixote como sendo a da fé num mundo sem fé; a essa interpretação Unamuno deu a feição do paradoxo, compreendendo a obra de

Cervantes como protesto da Vida contra a Razão, celebrando Dom Quixote como herói da fé idealista contra o racionalismo utilitário. Por isso, Unamuno emprestou a devida importância à segunda parte do romance, na qual o tom é mais solene, quase religioso, e o “caminho de muerte” do idealista se parece com a paixão de um mártir de fé. O ponto fraco da interpretação unamunesca é a identificação do herói com o seu autor; já se criticou a transformação do cervantismo em quixotismo. A outra possibilidade de interpretação, a realista, foi indicada por Menéndez y Pelayo: Cervantes teria restabelecido os direitos da realidade; e o seu caso literário teria sido análogo ao do romance picaresco. E, chamando a atenção para o excelente conto picaresco *Rinconete y Cortadillo*, o grande crítico chegou a lamentar que Cervantes não houvesse escrito um novo *Lazarillo de Tormes* ou um *Guzmán de Alfarache*.

Essa observação foi o ponto de partida da nova interpretação de Américo Castro. O verdadeiro pícaro de Cervantes aparece na comédia *El rufián dichoso*: pícaro que se torna santo, mas sem a feição ascética do Guzmán. Tampouco é possível ignorar a imparcialidade da distribuição de sombras e luzes em *Rinconete y Cortadillo*, enquanto Alemán é o pregador do pessimismo barroco. O otimismo, embora melancólico, de Cervantes provém da superposição do idealismo platônico, que ele deveu à sua formação renascentista, sobre o realismo picaresco, resultado da sua origem plebéia. Daí a grandiosa imparcialidade de Cervantes, a sua capacidade de fazer jus igualmente a Dom Quixote e a Sancho Pança. É possível acompanhar a aquisição gradual dessa imparcialidade nas *Novelas Ejemplares*. Ejemplar quer dizer “moral”, “que dá lições morais”; mas também que dizer: “são exemplos do que acontece”, “a vida é assim”. E o “assim” de Cervantes nem sempre foi o mesmo. Nos contos de tipo italiano, renascentistas (*La Señora Cornelia*, *La española inglesa*, *El amante liberal*, *La fuerza de la*

sangre), Cervantes é tão idealista, no sentido do neoplatonismo de Leone Ebreo, como na sua obra de estréia, o romance pastoril *Galatea*. O realismo já intervém em *La gitanilla*, *La ilustre fregona*, *El celoso extremeño*; e leva ao naturalismo picaresco de *Rinconete y Cortadillo* e do *Colóquio de los perros*. A primeira síntese encontra-se em *El licenciado Vidriera*, retrato do idealismo que sabe que a sua fé é mera ilusão em face da realidade. No *Don Quijote*, essa convicção chegará à profundidade do idealismo filosófico, quase cartesiano ou kantiano: “Eso que a ti te parece bacía de barbero, me parece a mi el yelmo de Mambrino, y a otro le parecerá otra cosa”. Na verdade, trata-se de um perspectivismo

erasmiano ou pré-cartesiano. Eis a base sobre a qual Cervantes foi capaz de transformar o seu protesto, de humanista plebeu contra o Barroco aristocrático, em panorama imparcial, humorístico, da vida. Cervantes é, segundo a interpretação de Américo Castro, um homem da época de Carlos V, o último adepto de Erasmo. Américo Castro e seus sucessores provaram que López de Hoyos, o mestre de Cervantes, foi erasmiano e que Cervantes deve a ele seu perspectivismo “liberal” e céptico. O patriotismo romântico da tragédia Numancia é o ponto de partida da viagem pela vida que o levará à desilusão no *Don Quijote*: um conto humorístico à maneira das “facezie” da Renascença italiana tomou o vulto de um símbolo da decadência espanhola sob os Filipes; derrotada, a Espanha tem de reconhecer que moinhos de vento não são castelos; e que os castelos do inimigo não são moinhos de vento. Cervantes foi um homem entre os séculos, o último dos erasmianos e o precursor do movimento regenerador de 1898.

Cervantes foi capaz de transformar o seu protesto, de humanista plebeu contra o Barroco aristocrático, em panorama imparcial, humorístico, da vida.

que não é possível ignorar a imparcialidade da distribuição de sombras e luzes em *Rinconete y Cortadillo*, enquanto Alemán é o pregador do pessimismo barroco. O otimismo, embora melancólico, de Cervantes provém da superposição do idealismo platônico, que ele deveu à sua formação renascentista, sobre o realismo picaresco, resultado da sua origem plebéia. Daí a grandiosa imparcialidade de Cervantes, a sua capacidade de fazer jus igualmente a Dom Quixote e a Sancho Pança. É possível acompanhar a aquisição gradual dessa imparcialidade nas *Novelas Ejemplares*. Ejemplar quer dizer “moral”, “que dá lições morais”; mas também que dizer: “são exemplos do que acontece”, “a vida é assim”. E o “assim” de Cervantes nem sempre foi o mesmo. Nos contos de tipo italiano, renascentistas (*La Señora Cornelia*, *La española inglesa*, *El amante liberal*, *La fuerza de la*

Otto Maria Carpeaux, escritor (1900-1978). Este texto é trecho do livro *História da Literatura Ocidental*, v.3, Rio de Janeiro: Alhambra, 1980.

Sancho Pança

“O que transforma necessidade e



Manoel Victor Filho

tem razão: o mundo é a não a utopia”



Bernardo Joffily

Comentários à margem de um debate no Fórum Social Mundial

Como todo evento que marca sua época, o Fórum Social Mundial vai produzindo, ao longo das cinco edições que teve até hoje, também

a sua épica, seus heróis, seus episódios míticos que depois passam de boca em boca e de site em site, traduzidos para incontáveis idiomas. Entre eles, já vai cavando seu lugar, apesar do curto espaço decorrido desde sua realização, no último dia 29 de janeiro, o debate “Quixote Hoje – Utopia e Política”.

A proposta era proporcionar um painel sobre a utilidade e o conceito de utopia, tendo em conta o quarto centenário do *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes. O debate ocorreu numa manhã de canícula porto-alegrense, no Auditório Araújo Viana com seus 3 mil assentos superlotados, por um público multinacional na maioria jovem, inquieto e irreverente.

Na mesa, alguns dos monstros sagrados do Fórum: Ignacio Ramonet, editor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*; Federico Mayor Zaragoza, espanhol, ex-diretor da Unesco, presidente da Fundação Cultura e Paz Vitoria Malvar; Eduardo Galeano, escritor uruguaio, autor de *As veias abertas da América Latina*; José Saramago, romancista português, Prêmio Nobel de Literatura de 1998. Participavam também Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e, como moderador, Roberto Savio, ítalo-argentino, fundador do Inter Press Service (IPS) e membro do Comitê Internacional do Fórum.

Por que Saramago merece respeito

Em torneios assim nem sempre é a profundidade que triunfa. Às vezes, vence a tirada mais espirituosa, o exemplo mais impactante ou a ironia mais ferina. Desta vez, porém, a fala de maior repercussão coincidiu com a de conteúdo mais sólido. Numa mesa e num ambiente onde prevalecia a visão da utopia como “a verdade de amanhã” (Ramonet), Saramago ousou colocar o guizo no gato:

“Tenho uma má notícia para vocês, não sou um utopista. Acho esse conceito de utopia não só inútil, como coloco no mesmo nível de que quando morremos todos vamos para o paraíso”, foi logo dizendo, à guisa de preâmbulo de um ataque frontal em que chegou a propor que se tirasse aquele verbete do dicionário.

“Tudo o que foi dito antes, poderia ser dito sem a introdução da palavra utopia”, afirmou Saramago, estabelecendo ao mesmo tempo um denominador comum e um diferencial com seus interlocutores. “O discurso sobre a utopia me desagrada porque é um discurso sobre o que não existe”, prosseguiu. “O que transformou o mundo não foi a utopia, mas a necessidade. Se a realização de nossas utopias ocorresse em breve, não seriam chamadas de utopia, mas sim de muito trabalho e dedicação”, insistiu.

E, com humor, na hora de responder à platéia: “Atenção, muita atenção, porque eu vou pronunciar uma frase histórica: ‘o que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia’”.

É sabido que o autor do *Memorial do Convento* não poucas vezes tem deixado em apuros os seus correligionários comunistas, com umas tantas das suas declarações, dentro e fora do Fórum Social Mundial. Volta-se contra os sindicatos e os partidos de esquerda, Cuba e a guerrilha colombiana. Mesmo no debate do Araújo Viana, espicou que a esquerda está “mais do que necessitada” de “uma revisão criteriosa de conceitos” e “o primeiro conceito que tínhamos de rever é o de esquerda”, pois muitos falam da esquerda como quem invoca “o santo nome de Deus em vão”.

No entanto, seu corajoso – quase quixotesco – enfrentamento com os adeptos da utopia mostra que há bons motivos para se respeitar José de Sousa Saramago, além dos seus 82 anos de vida ereta como homem e escritor, do seu notável talento literário que é um sucesso de crítica e de público, ou da sua condição de único Nobel da língua portuguesa. Em política, está provado, ele pode escorregar. Mas não escorrega nos princípios. Não escorrega quando proclama desabridamente seu ateísmo militante, como voltou a fazer no Araújo Viana. Não escorrega quando rejeita a utopia.

Somos todos quixotes e sanchos panças

Para se penetrar no mérito da controvérsia, convém começar destrinchando o tema do debate de janeiro – “Quixote Hoje – Utopia e Política”. Tal como nos pratos de certas cozinhas exóticas – “peixe

frito com vinagre e açúcar" – há aqui uma mistura de ingredientes bem distintos: Quixote, utopia, atualidade.

Começemos por Dom Quixote de la Mancha: tal como saiu da pena de Cervantes, o Cavaleiro da Triste Figura não tem parentesco com a utopia. O "link" só aparece na leitura contemporânea – do Cavaleiro e da utopia.

Saramago, no debate, forçou a tecla ao dizer que "Quixote não era utopista, mas um pragmático no melhor sentido da palavra". Segundo o romancista português, Quixote "vivia um mundo do qual ele estava farto, enlouqueceu e inventou uma paixão, depois voltou a ser Alonso Quija, e volta ao início da alma humana, com a qual temos que viver e aceitar". Embora seja este de fato o fim do fidalgo manchego, salta aos olhos não ser esse desfecho prosaico que lhe dá a estatura sem igual que adquiriu nestes 400 anos de existência.

Aqui vale um parêntese que dimensione esta estatura. Em maio de 2002, o Instituto Nobel e o Clube do Livro norueguês pediram a cem romancistas consagrados da atualidade, espalhados por 54 países, que listassem os dez melhores livros de ficção de toda a história. Cada um escolheu dez obras. O engenhoso fidalgo dom Quixote de la Mancha não só foi o primeiro colocado; bateu por 50 votos o segundo (*Madame Bovary*, de Gustave Flaubert; a lista das 100 melhores obras continha apenas um outro espanhol, Garcia Lorca, com o *Romancero Gitano*, e um solitário brasileiro, Guimarães Rosa, com *Grande Sertão Veredas*).

É um sucesso de 400 anos e são também 400 anos de sucesso daquele que é considerado o primeiro romance moderno. Já em 1605, quando foi publicada a sua primeira parte (a segunda sairia em 1615), o *Quixote* teve seis edições; e logo foi traduzido para o inglês (1612) e o francês (1614).

E quem era esse herói? Um utópico? Um pragmático? Para Cervantes, para os seus contemporâ-

neos e as gerações de leitores que se seguiram, certamente nem uma coisa nem outra.

Numa primeira aproximação, o Engenhoso Fidalgo era um saudosista da Idade Média cavaleiresca que se chocava com a nada cavaleiresca realidade da Espanha do século 17. É esta a "moral da história" de Cervantes, confirmada pelo fim do livro, em que o personagem, agonizante, renega suas fantasias e rende-se ao bom-senso.

Mas aqui o diabrete da literatura escapa da garrafa e põe-se a fazer das suas. O personagem, ao ganhar vida – ao lado de seu parceiro-antípoda Sancho Pança – adquire uma carnatura humana de irresistível simpatia. Ele é patético, é ridículo; é, numa palavra, quixotesco. E, no entanto, os milhões de leitores que já acompanharam suas peripécias são compelidos inexoravelmente a encontrar pontos de identidade com Quixote, e também com Sancho, já que os dois balizam e contêm a raça humana inteira. Nesta outra leitura, empalidece o ideal concreto – cavaleiresco – que o fidalgo persegue; enquanto se agiganta o despreendimento e a bravura da perseguição.

Nesta dimensão pode-se distinguir, sim, um ponto de contato entre o Quixote e o espírito do Fórum Social Mundial, e dos sonhadores, revoltosos e revolucionários que têm povoado a história humana. Mas este é um ponto de contato que não se restringe aos utopistas. Aí, o paralelo buscado pelos organizadores do debate no Araújo Viana claudica, pois, utopistas ou não, somos todos um pouco quixotes, e um pouco sanchos panças.

A "Utopia" de More

Já a utopia possui outra linhagem. A palavra – que vem do grego u-topia, literalmente, "lugar nenhum" – entra no dicionário político-social quase um século antes do *Quixote*, ao servir de título para um também célebre livro, do inglês Thomas More (ou Morus), publicado em 1516. *A Utopia* de More

*O personagem,
ao ganhar vida –
ao lado de seu
parceiro-antípoda
Sancho Pança –
adquire uma
carnatura humana
de irresistível
simpatia.*

descreve uma sociedade perfeita, em uma ilha imaginária.

Esta utopia original (embora haja textos bem mais antigos sobre sociedades perfeitas, desde *A República*, de Platão) tem a ver com a descoberta do Novo Mundo, e especificamente com o Brasil. More situa sua Ilha de Utopia no continente recém-descoberto. O personagem que a descreve, Rafael Hythloday, é um português, companheiro de viagem de Américo Vespúcio.

Rafael faz um implacável retrato da sociedade européia da época, citando diversos países, inclusive a Inglaterra. “Onde quer que a propriedade seja um direito individual, ali onde todas as coisas se meçam pelo dinheiro, jamais se poderá organizar a justiça e a prosperidade social; a menos que designeis como justa a sociedade onde o que de melhor existe é a partilha entre os mais malvados, e estimeis como perfeitamente feliz o Estado onde a fortuna pública torna-se preza de um punhado de indivíduos insaciáveis, enquanto a massa é devorada pela miséria”.

Em *Utopia*, é claro, ocorre o contrário. E Rafael descreve como vigora a república, a propriedade é pública, e os utopianos trabalham apenas seis horas por dia, vivendo mesmo assim na abundância, porque todos trabalham. É um comunismo ingênuo que o livro descreve.

Não se deduza daí que More tenha sido um proto-comunista subversivo. Ele apenas se dava conta das desigualdades e injustiças crescentes da sociedade de sua época, e descrevia sua ilha ideal como imune a todas elas. O livro dedica todo um capítulo, por exemplo, aos carneiros, “estas bestas tão doces”, que, na Inglaterra, “são tão vorazes e ferozes que devoram até os homens, despovoam os campos, as casas e aldeias”. Era o processo de implantação do capitalismo, que mais tarde Karl Marx analisaria, no capítulo do *Capital* dedicado à “Acumulação primitiva”. Mas o mesmo Thomas More inicia sua obra com louvores ao “invencível rei da Inglaterra, Henrique, o oitavo do nome, príncipe de um gênio raro e superior”. É verdade que mais tarde More conheceu o cárcere (como Cervantes, aliás) e terminou decapitado pelo “gênio raro” de Henrique VIII – mas não por pretender a subversão social e sim por recusar-se a trocar a fé católica pela anglicana.

Mas quando *Utopia* foi publicada seu autor era um prestigiado funcionário público de alto escalão. E a obra fez sucesso – para os padrões editoriais da época. A Europa da época consumia avidamente tudo que dissesse respeito ao Novo Mundo.

A ciência do “Manifesto”

A partir da *Utopia* de More, o termo penetrou no vocabulário político-social da época, designando qualquer sistema de governo imaginário, no gênero da *República* de Platão. O capítulo seguinte dessa novela seria aberto mais de três séculos depois, em 1848, pelo *Manifesto do Partido Comunista*.

A obra fundadora da teoria marxista surge polemizando com a “literatura socialista e comunista” que a antecede. E, se não menciona a *Utopia* de More, ajusta contas impiedosamente com a corrente que chama “socialismo e comunismo crítico-utópicos” – nomeadamente Saint-Simon, Fourier e Owen.

O *Manifesto* reconhece que as obras desses pensadores “encerram elementos críticos” e que eles foram, em seu tempo, revolucionários. Mas aponta que, “em vez da ação social, têm que pôr a ação do seu próprio engenho; em vez das condições históricas da emancipação, condições fantásticas; em vez da organização gradual e espontânea do proletariado em classe, uma organização social por eles inventada. Para eles, a história futura do mundo reduz-se à propaganda e execução prática dos seus planos sociais”.

Em 1880, Friedrich Engels publicou um livreto desenvolvendo essas idéias, sob o título *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. A obra logo se tornou a segunda mais popular da literatura marxista, depois do *Manifesto*. E consolidou a conotação pejorativa do conceito de utopia, dentro do movimento operário da época.

“As causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas – afirma Engels – não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce

nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores.”

É, no fundo, a mesma argumentação retomada por Saramago em Porto Alegre.

Um indômito sancho pança

Entretanto, um terceiro capítulo estava por ser aberto na história do conceito de utopia. Em 1929, o acadêmico húngaro radicado na Alemanha Karl Mannheim publicou sua obra mais influente, *Ideologia e utopia*, em que busca, por assim dizer, a reabilitação da utopia.

Para Mannheim, a utopia é “toda orientação que transcende a realidade e quebra as normas da ordem existente, contrariamente à ideologia, que exprime o status quo”. E em outro trecho: “O desaparecimento da utopia conduz a um estado de coisas estático, no qual o próprio homem não passa de uma coisa”.

Ocorre que, na Alemanha de 1929, o movimento operário esposava amplamente a crítica de Marx e Engels à utopia. Ela era partilhada não só pelo forte Partido Comunista da Alemanha como pelo Partido Social-Democrata, que então ainda não rompera de todo com suas origens marxistas. Mannheim constituiu, junto com o alemão Max Weber e o francês Emile Durkheim, a tríade dos pais fundadores da sociologia corrente na academia. Mas teve uma influência apenas marginal nos movimentos sociais da época, dentro ou fora da Alemanha.

Ideologia e utopia foi, portanto, apenas o prólogo do terceiro capítulo. Este só se inauguraria duas gerações mais tarde, no cenário criado com a desaparecimento

da União Soviética e a chamada ofensiva neoliberal.

É a época onde a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher assevera: “Não há alternativa”. E onde o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso cunha a expressão “utopia do possível”, cujo conteúdo é amoldar as ambições de mudança aos limites do neoliberalismo. É, também, quando a derrota da experiência socialista soviética parece pôr em xeque a noção do socialismo enquanto ciência.

É nestas circunstâncias que os utópicos renascem nas esquerdas e nos movimentos sociais. E renascem, por ironia, com o mérito de contestarem Thatcher, proclamando que há, sim, alternativa, ou, conforme o bordão do FSM, que “um outro mundo é possível”.

Assim, um século e meio depois de Marx e Engels, socialistas utópicos e socialistas científicos vêm-se na mesma barricada da resistência antiglobalitária. E firmam uma aliança na luta de idéias em curso, em torno do denominador comum representado pela rejeição da alternativa única de Thatcher.

Mas uma aliança é por definição uma unidade na diversidade. A briga comprada pelos fundadores do marxismo tem sua seqüência em debates como o de janeiro. E Saramago tem razão quando, como um indômito sancho pança do século 21, proclama a sua “frase histórica”: “O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia”.

Há neste enunciado bem mais que uma boutade de debate. Ela remete para a essência do

contraditório entre utopistas e marxistas: a prevalência do ser sobre a consciência, da sociedade real sobre o que os homens pensam sobre ela, da necessidade da transformação sobre a boa-fé transformadora. Pois nenhuma consciência é verdadeiramente livre senão a consciência da necessidade.

*A briga comprada
pelos fundadores
do marxismo
tem sua seqüência
em debates
como o
de janeiro.
E Saramago
tem razão.*

Bernardo Joffily é jornalista, editor do Portal Vermelho (www.vermelho.org.br) e autor do Atlas Histórico Isto É Brasil 500 Anos.

Tão opostos e irmãos

Adalberto Monteiro

*Embora triste, que bela figura!
A lança sempre em riste
E os olhos fundos de mirar as alturas.
Magérrimo – A sina
Dos que abraçam causas tenras
É amargar agruras.*

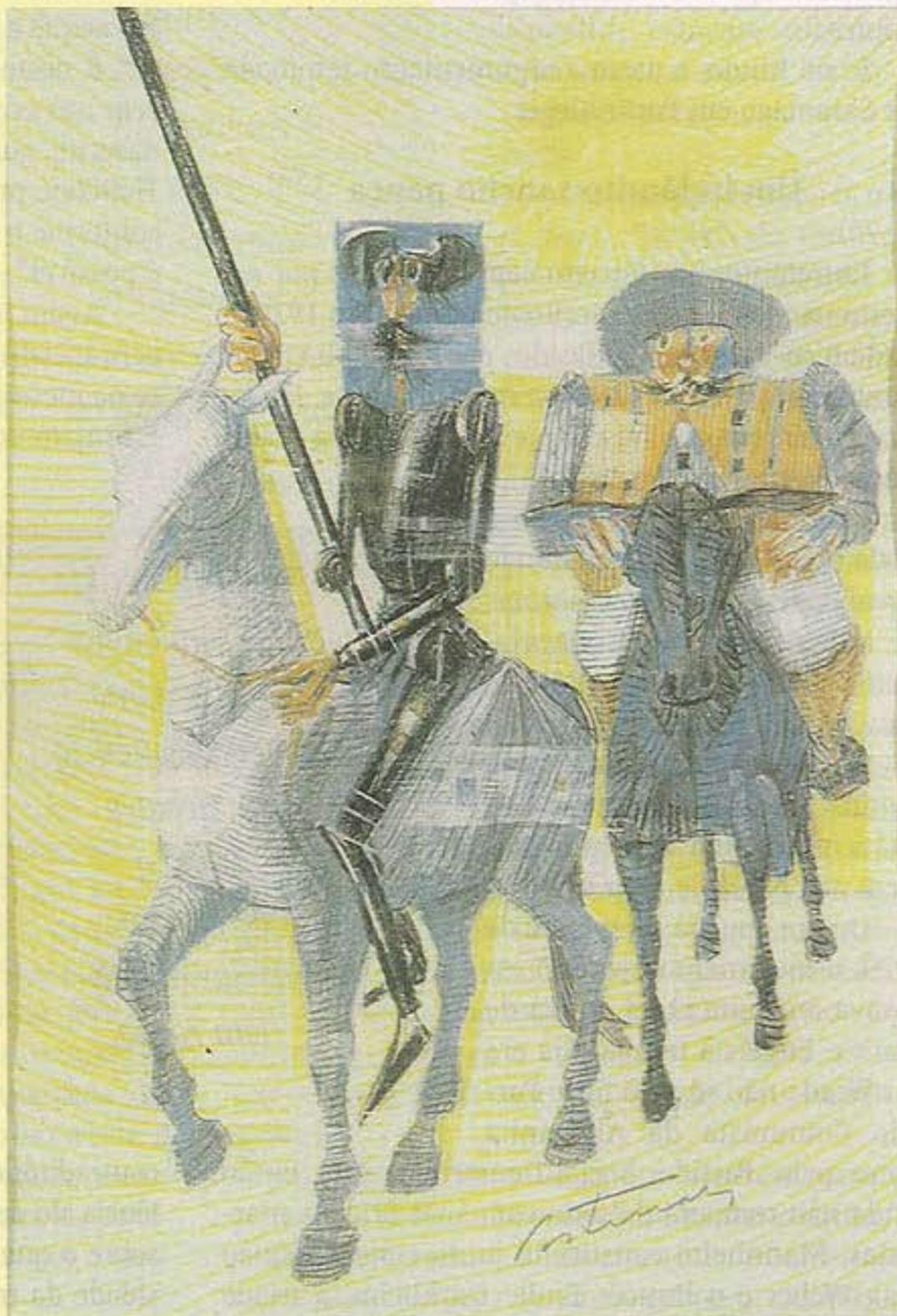
*Os ossos quebrados,
A carne macerada,
A alma sorridente e elevada:
A injustiça soube
O sabor da espada.*

*(Desde Cervantes, se soube:
Para uma vida de combates
É preciso mais
Do que as armas convencionais.
O humor é escudo,
A alegria, a ironia, punhais.)*

*Desde Quixote, dar provas de amor
Não bastam canções.
— Estrangule um dragão,
Encarcere um facínora,
Liberte um simples do cárcere.
Desde ele o amor passou a receber
Presentes que o mercado não vende
— Somente a honra, a paixão
E a bravura os compram.*

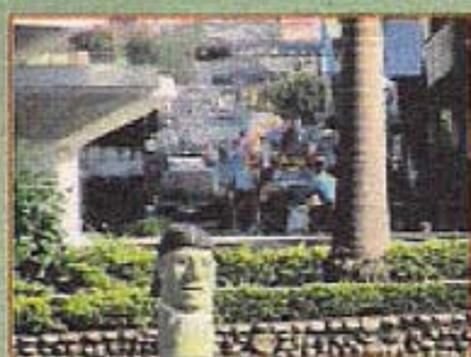
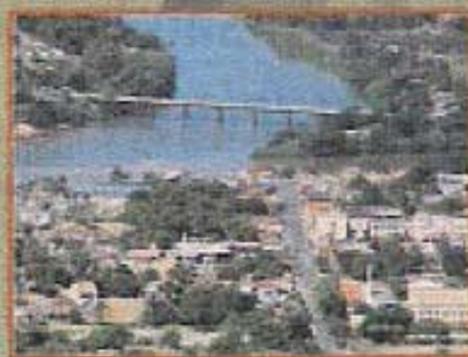
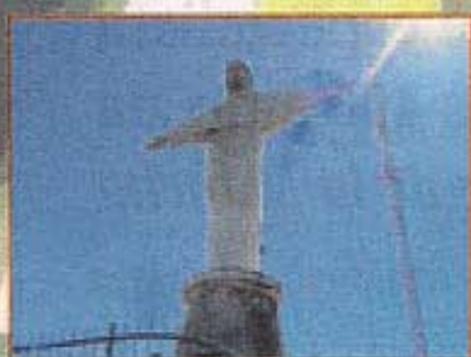
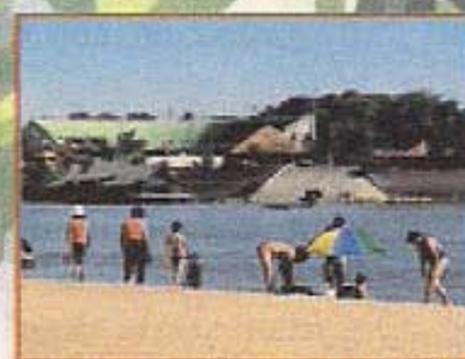
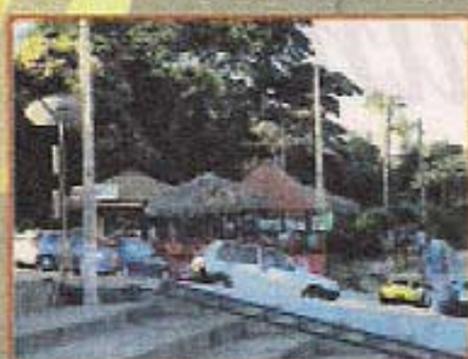
*Mas ele não seria uma bela figura,
Se não tivesse como fiel escudeiro,
Um homem simples afeito à razão.*

*Um amigo é nossa outra parte.
Quixote, cativo das estrelas,
Sancho, prisioneiro do chão.
Tão opostos e irmãos.
Desse entrelace, desse duplo cárcere,
Vislumbra-se a liberdade.*

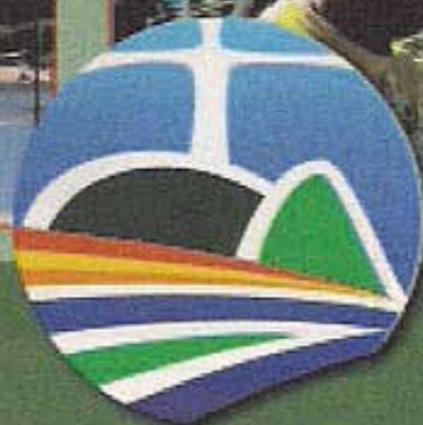


Candido Portinari

Barra do Garças te espera de braços abertos.



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica
e cultural te esperam no coração do Brasil.
Venha desfrutar de nossas maravilhas.
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.



Barra do Garças
Bela e Melhor Para Todos
PREFEITURA MUNICIPAL

ENTREVISTA COM MARIA AUGUSTA VIEIRA

“Ordem no mundo a partir de valores humanitários”

Maria Augusta Vieira, professora de literatura espanhola da Universidade de São Paulo e especialista em Cervantes, fala à *Princípios* sobre os 400 anos da publicação de *Dom Quixote de la Mancha*

POR ADALBERTO MONTEIRO



Candido Portinari

Depois de 400 anos de sua publicação, sucedem-se em vários países novas edições de *Dom Quixote de la Mancha*. Na sua opinião quais as razões da perenidade desta obra?

Maria Augusta Vieira – Na verdade, esta questão é muito ampla e qualquer resposta sempre será incompleta. Seria possível dizer que o *Dom Quixote* traz dentro de si um mundo repleto de variedades, de situações inesperadas, de personagens com perfis muito diferenciados. No entanto, todo esse universo tem uma singularidade fundamental:

ter uma preocupação constante com a própria literatura, com o próprio fazer literário. Toda a história do cavaleiro parte de uma questão literária: a da leitura, própria de um leitor que confunde o mundo ficcional com o mundo real. Talvez, correndo o risco de pecar pela parcialidade, seria possível dizer que sua importância maior consiste no fato de a obra estar centrada profundamente na própria literatura e que o fazer literário se converte em um de seus grandes temas. Além disso, é preciso dizer que a amizade entre Dom Quixote e Sancho sensibiliza o seu leitor por intermédio de suas longas conversas, repletas, muitas vezes, de grandes ensinamentos e, seja pela compaixão gerada pelo universo de equívocos que muitas vezes eles vivenciam, seja pela comichão gerada por suas ações descabidas, a verdade é que tanto a figura do cavaleiro quanto a do escudeiro cativam, de modo particular, as emoções do leitor moderno.

A Sra. percebe ecos dessa obra na literatura brasileira? Quais autores e obras teriam recebido maior influência?

Maria Augusta Vieira – De um modo geral, é preciso dizer que do ponto de vista das formas literárias, o *Quixote* cria os fundamentos de um novo gênero que se desenvolverá plenamente nos séculos 18 e 19, isto é, o romance. Embora esteja muito ligada à estrutura própria dos livros de cavalaria, a obra anuncia essa nova forma literária, na qual a personagem se defronta com um mundo hostil aos seus projetos. Tendo em conta a tipologia do romance estabelecida por Lukács, o *Quixote* é o exemplo máximo do romance do “idealismo abstrato”, em que tendo um projeto de transformação do mundo, o próprio mundo constitui seu grande adversário. Nesse sentido, a obra de Cervantes torna-se a matriz do novo gênero e, assim sendo, todos os romances posteriores, do ponto de vista da forma romanesca, em alguma medida, devem seu tributo à história do Cavaleiro da Triste Figura.

No caso específico da literatura brasileira, e na busca um parentesco também temático, destacaria dois romances que, a meu ver, guardam profundas semelhanças com a obra cervantina: *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto e *Fogo morto* de José

Lins do Rêgo. No caso de *Policarpo*, especialmente pela idéia fixa com nítidos fins sociais, por mais disparatados que fossem; no caso do Coronel Carneiro da Cunha, pela ação um tanto quixotesca de querer pôr ordem e privilegiar princípios no interior nordestino, coalhado de injustiças sociais. Além dessas duas obras, em vários momentos o cavaleiro é lembrado e aludido aqui e acolá em poemas, obras de teatro, ensaios, canções etc.

Para finalizar, gostaria de destacar que a meu ver o escritor brasileiro que provavelmente recebeu maior influência de Cervantes foi Machado de Assis que, tanto na forma quanto no conteúdo escreveu romances e contos muito familiares ao estilo cervantino. Caso único, sem margem a dúvida, no contexto latino-americano do século 19.

O personagem central (Dom Quixote) é relacionado com a luta por utopias, pela dedicação desinteressada a causas nobres. Como analisar o lugar desse personagem na contemporaneidade quando se apregoa a “morte” das utopias.

Maria Augusta Vieira – No corrente ano, tem sido muito difundida, nos quatro cantos do mundo, a importância do romance de Cervantes, graças à comemoração dos 400 anos da publicação da primeira parte. Entendo que o interesse pela obra se deva a um conjunto que engloba tanto a forma literária quanto a história do cavaleiro. Por excelência, Dom Quixote como personagem é a representação de um ideal utópico: colocar ordem no mundo a partir dos valores humanitários. Nesse sentido, tendo em conta a quantidade de edições da obra nos últimos tempos e a multiplicidade de comemorações durante todo o ano em diferentes países, me pergunto se, no fundo, mesmo no tempo em que as utopias parecem desaparecer dos nossos horizontes, de alguma forma elas ainda não palpitam vigorosas em todos nós, a exemplo do cavaleiro. Em outros termos, tudo sugere que no fundo ainda nos vemos representados nessa personagem que acreditou que o mundo poderia ser melhor e ao mesmo tempo lutou e deu sua vida para transformá-lo.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios.

IA propósito dos quatrocentos anos da publicação de *Dom Quixote*, li notícia, aparentemente nova, de que Cervantes chegou a pedir para ser fiscal de tributos no México, em Guadalajara. Não conseguiu. Porém, sua biografia conhecida já informava que cansado, primeiro, de ser soldado, depois, de fazer uma peça de teatro aqui outra ali, queria algo mais fixo. Por isso, consta que também havia pedido ao Conselho das Índias um posto seja na Guatemala ou na Colômbia. Com isso, vejam só, ele quase acabou sendo um autor latino-americano. No entanto, acabou sendo o precursor do realismo fantástico deste continente. O fato é que acabaram lhe dando emprego de coletor de impostos em Granada. E quem lucrou foi a literatura espanhola.

Não foi nada fácil a vida desse rapaz. Antes de aos 58 anos publicar *Dom Quixote* teve uma vida de aventuras. Depois, também não foi fácil. Aliás, já começou mal, pois aos 21 anos por se meter em duelos, como diz sua condenação, “o dito Miguel de Cerbantes, pelos ditos nossos alcaides, foi condenado a com vergonha pública ter cortada a mão direita e em desterro de nossos Reinos por tempo de dez anos”.

Diante dessa ameaça, fugiu. Mas esse trauma ficou impresso em seus medos. Aqui e ali surgem nos textos de Cervantes referências a isso. No prefácio do *Quixote*, por exemplo: “porque posto que averiguem a mentira, não vos hão de cortar mão com que a escrevestes”. Parece que era uma sina o escritor ter problemas com sua mão, pois ela foi praticamente inutilizada na histórica batalha de Lepanto. Ali estava ele, com 24 anos, soldado, dentro do barco “A Marquesa”, enfrentando os turcos. Num trecho do *Quixote* ele narra um episódio que deve ser a narração do que viveu quando duas galeras, proa contra proa, se chocaram, soldados surgiram de todos os lados, arcabuzes e canhões de artilharia soavam, espadas cortavam corpos no ar, muitos precipitavam-se ensangüentados na água. Só no seu navio de guerra, incluindo o capitão, morreram quarenta de seus companheiros.

Textos biográficos dizem que Cervantes estava enfermo, com febre e mandaram que se recolhesse nos fundos do navio. Mas o fato é que recebeu três tiros de arcabuz, dois no peito e um terceiro na mão

esquerda, o que lhe valeu a alcunha de “o maneta de Lepanto”. Quer dizer: primeiro o rei tentou lhe cortar a mão direita, depois, os turcos levaram-lhe a esquerda, mas mesmo assim acabou sendo o maior escritor de língua espanhola, um dos maiores do mundo. O que prova que o escritor escreve mesmo é com a terceira mão, invisível.

Pouco sabemos das coisas de hoje e sobre as de ontem, só imaginando. Pois não é que consta que havia “soldadas” batalhando lá em Lepanto, como uma tal Maria – a Dançarina que, atirando, matou tantos turcos que acabou recebendo homenagens de João da Áustria e que servia no mesmo lote de soldados, chamado “terço”, que Cervantes?

Os escritores – que tanto reclamamos da vida hoje –, deveríamos pedir desculpas a Cervantes, porque ele, sim, tinha todas as desculpas para não escrever seu *Quixote*, ou a *Galatéia* e até mesmo as *Novelas Exemplares*. Em sua agitada vida militar, depois de ter sido camarareiro do cardeal Acquaviva, na Itália, andou com as tropas espanholas por Nápoles, Messina, Loretta Ancona, Veneza, Parma, Asti etc. E em meio à vida e à ação militar vai lendo Virgílio, Horácio, Apuleio e os italianos, como Tasso, Baltazar Castiglione, Guarini, Boardo e Ariosto. Embora haja quem diga que quando jovem cursou a Universidade de Salamanca, foi no cenário da própria vida, que fez sua universidade livre.

Mas sua tumultuada existência teria ainda um capítulo dos mais duros e insólitos. Embarcado com seu irmão, também soldado, ao passar pelas costas da França, direção de Espanha, é feito prisioneiro dos turcos e levado para a Argélia. Aí é convertido em escravo e tem de trabalhar, mesmo maneta, construindo as fortificações do porto e como jardineiro de seu dono Hassan – o Dourador.

Fazer prisioneiro de guerra era o seqüestro daquela época. E negócio lucrativo era o pagamento do resgate. A família se metia em negociações, como hoje. E como eram dois irmãos seqüestrados (ou escravos), a família conseguiu primeiro a libertação de seu irmão Rodrigo. Cervantes ficou por ali mourejando (este é o termo certo) por cinco anos. Consta que tentou fugir várias vezes, mas era logo recapturado. Enfim, um dia sua família e o vice-rei conseguiram os quinhentos escudos. Como a indústria de cativos parecia ser algo comum, a ne-

gociação da liberação foi feita com registro em cartório, com documentos firmados pelo notário Pedro de Ribera. Mas em 1587 seria excomungado, em 1597 de novo preso, quando o banco em que tinha economias quebrou, e, em 1605, ano da edição do *Quixote*, teve problemas com a polícia, pois um homem amancebou morto na porta da casa onde vivia com a mulher e suas irmãs, chamadas de “as Cervantas” e consideradas de má-fama.

A língua ferina do dramaturgo Fernando Arrabal em *Um escravo chamado Cervantes* (Record) faz umas considerações sobre aquelas quinhentas moedas de ouro para o resgate do soldado-escritor e o valor desse prestigioso Prêmio Cervantes, posteriormente instituído pelo governo espanhol: “Quinhentos escudos de ouro valiam duzentos maravedis ou cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais. Ou seja, tim-tim por tim-tim, cinco milhões de pesetas atuais: a exata dinheirama que, por mera coincidência, ganha o premiado hoje”.

Como se sabe, depois que Cervantes escreveu a primeira parte de seu *Quixote*, em 1605, um tal de Avellaneda publicou uma falsa segunda parte do livro, o que forçou Cervantes, em 1615, a publicar uma segunda parte autêntica. Pois, Arrabal, revem e arremata, talvez fazendo uma alusão aos tempos de pós-modernidade onde a cópia é mais valorizada que o original: “Se no século XVII, existido houvesse o Prêmio Cervantes de Literatura, não teria estranhado que o ganhasse Alfonso Fernández de Avellaneda, autor do falso *Quixote*. Cervantes não o teria merecido”.

II

Quem escreveu *Dom Quixote*? Para efeitos legais, foi Cervantes. No entanto, dentro do livro, está dito que o autor é um árabe de nome Cide Hamet Benegueli. Há, portanto, para

começar, uma dupla autoria. A capa aponta Cervantes, um espanhol. A narrativa indica o tal Cide, que teria achado em Alcalá de Toledo, numa rua de comerciantes de seda, uns papéis narrando, em árabe, as façanhas do tresloucado cavaleiro espanhol. Dupla autoria, dupla nacionalidade ou dupla face da Espanha. Os achados manuscritos estavam misturados com outros numa caixa de chumbo enterrada numa ermida.

Mas esse Cide Hamet não é o único “autor” do *Quixote*. O livro sugere ser apenas um, entre muitos que narraram as peripécias do Cavaleiro da Mancha. E aí cria-se já uma situação insólita, pois o livro, paradoxalmente, nos leva a desqualificar o narrador árabe, porque “é típico das pessoas daquela nação serem mentirosas”. Como acreditar na nar-

rativa de um mentiroso?

Percebe-se que o modo de narrar no *Quixote* desestabiliza, explode a noção cêntrica de autoria. Antes que, em 1614, um tal Avellaneda, aproveitando-se do sucesso do livro, lançasse uma falsa continuação do *Quixote*, a estrutura do livro original de Cervantes é já um esperto jogo de espelhos brincando com a idéia de autoria falsa e verdadeira. Não é à toa que na introdução da novela Cervantes declara ser apenas o “padrasto” da obra, criando um simulacro de que outros são os autores do *Quixote*.

Enquanto livros da época apresentavam nas primeiras páginas poemas laudatórios escritos por escritores reais, na abertura de sua história, Cervantes estampa poemas sobre o *Quixote*, que teriam sido escritos por personagens de obras clássicas publicadas antes que o *Quixote* tivesse sido escrito.

Assim Amadis de Gaula e Orlando Furioso são tidos falsamente como contemporâneos de Cervantes e surgem como tendo lido a obra deste antes que ela tivesse sido publicada. E não apenas

*Entre os
inúmeros e
inesgotáveis
temas nessa obra,
um dos mais
intrigantes é o
fato de Quixote,
no final, enfermo,
recuperar
a razão.*

essas figuras lendárias, mas dentro da própria novela o Quixote encontra dois duques que haviam lido o primeiro volume e conversam sobre a própria obra com os personagens. Assim, em Cervantes, personagem é ao mesmo tempo personagem, leitor e comentador da obra em que está inserido.

Desse modo, entramos num jogo de espelhos onde a realidade e a ficção se confundem. Jogo de espelhos, aliás, é uma boa metáfora, posto que foi no período barroco, quando essa obra surgiu, que os espelhos conheceram extraordinária evolução e passaram a ser disseminados nos palácios e residências. Por outro lado, a arte barroca é a arte do "trompe l'oeil", do ilusionismo, do mostra-e-esconde, dos travestismos dos personagens e da ambigüidade. Ambigüidade que começa na dualidade de caracteres que são Quixote e Sancho Pança, e vai se aprofundando, quando nos apercebemos que o próprio Quixote tem vários nomes: Quixote, Quejada, Quesada, Quijana. Há um deslizamento de significados, uma realidade oscilante nos nomes, nas ações e na autoria do livro. Como já se disse, a obra barroca desestabiliza o espectador e o transforma em ator.

E quando, um ano antes de publicar o segundo volume dando continuidade às aventuras de seu personagem, Cervantes foi surpreendido com o surgimento de um Quixote apócrifo, escrito por Avellaneda, intensificou ainda mais esse jogo de falsidades e verdades. Ao invés de simplesmente ficar irado, fagocitou a obra do outro. Colocou dentro de seu livro um personagem do livro falso, conversando com seus verdadeiros heróis. É disso que trata um dos capítulos finais, quando Alvaro Tarfe (do *Quixote* de Avellaneda) defronta-se com os heróis de Cervantes. O Quixote verdadeiro pergunta ao personagem do falso Quixote se ele conheceu mesmo o Quixote. O outro responde que o conheceu e era seu íntimo. O Quixote verdadeiro pergunta-lhe, então, se Alvaro o acha parecido com ele. Nesse irônico confronto entre o falso e o verdadeiro, Alvaro diz que "de maneira nenhuma". E repete o mesmo sobre Sancho, o que deixa este irritadíssimo. O Quixote de Cervantes, então, pondo-se em brios, declara-se como o verdadeiro Quixote e leva Alvaro a um escrivão para que ficasse registrado como falso o

Quixote da "Segunda parte de *Dom Quixote de la Mancha*, composto por um tal Avellaneda, natural de Tordesilhas".

A partir dos anos 70 vulgarizou-se a citação de um conto de Borges (autor que parece personagem de Cervantes), no qual Borges fala de um tal Pierre Menard que queria reescrever o Quixote, mas não consegue a não ser copiando-o identicamente. À revelia de Borges, a pós-modernidade tentou se apoderar desse conto para, distorcendo-o, fazer o elogio do falso. Assim, autores incapazes de criações maiores transformam em pastiche aquilo que Cervantes ironizava.

Entre os inúmeros e inesgotáveis temas nessa obra, um dos mais intrigantes é o fato de Quixote, no final, enfermo, recuperar a razão, reconhecer que vivia na fantasia e condenar acerbamente os livros de cavalaria. Sobre isso, pode-se pensar que ele estaria fazendo concessões aos censores religiosos e políticos da época. Quem examina a abertura do livro vê quantas autorizações eram necessárias para se publicar uma obra. Mas pode-se entender também como a última peça que o autor está pregando no seu leitor, para que este mesmo escolha com quem ficar, ou com o alucinado Quixote ou com razoável Alonso Quijano.

Mas seria talvez pertinente introduzir uma outra via de interpretação. Quando *Dom Quixote* renega suas fantasias, é de se notar que ele está enfermo e com febre. Estranha febre é essa que faz delirar a razão. Que febre de lucidez é essa, que empobrece a vida e a visão do nosso herói?

Então é legítimo supor que ao afastar-se do sonho e aproximar-se da razão o personagem começa a morrer. Por isso, quando ele abomina suas fantasias, os amigos ao pé do leito estranham. E o narrador enfatiza: "Quando o ouviram falar, os três acreditaram que alguma nova loucura havia se apoderado dele". Portanto, é preciso cuidado também com os surtos racionalistas.

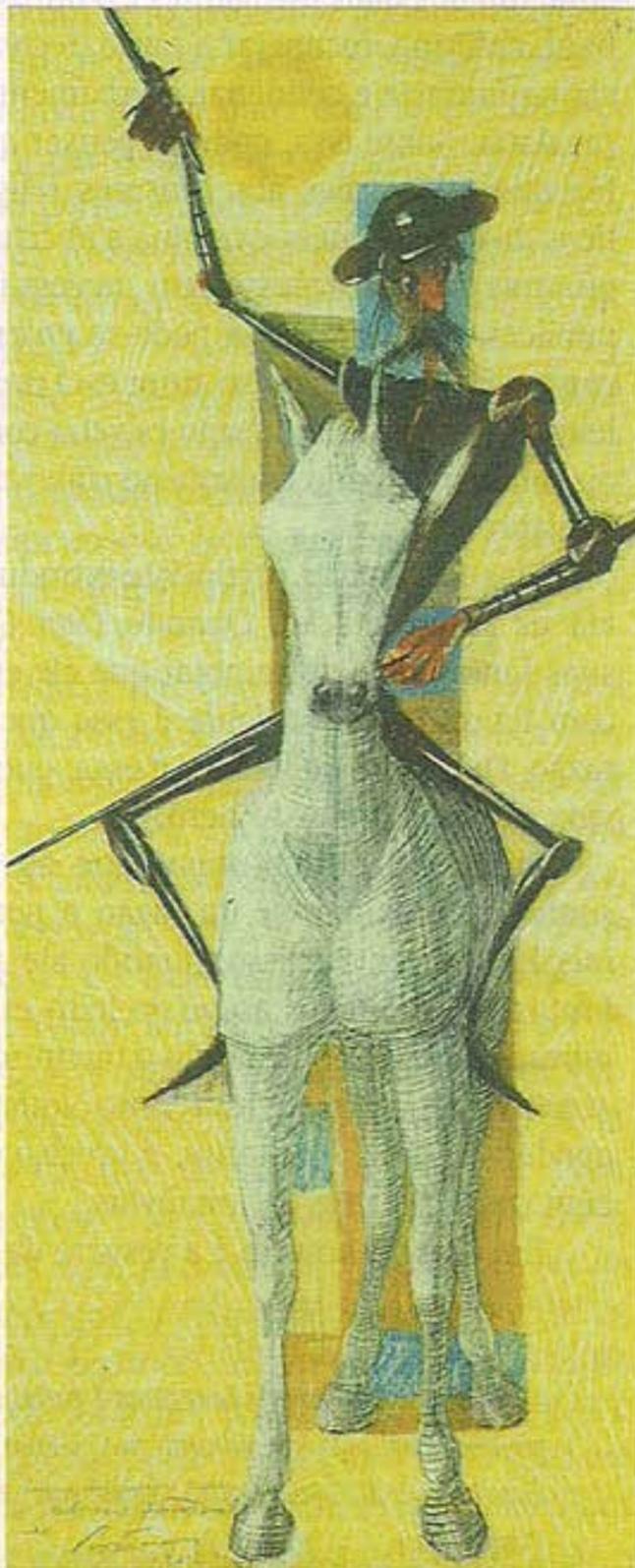
Em *Quixote*, a razão é a véspera da morte.

Afonso Romano de Sant'Anna é poeta, ensaísta, cronista e professor. Publicado originalmente no O Globo em duas partes nos dias 19 e 26/02/2005. Artigo gentilmente cedido pelo autor à Princípios.

Quixote, um maluco beleza

Dom Quixote foi o livro que levei comigo para a cadeia, naquele dezembro de 1968, quando um oficial e dois soldados do Exército invadiram meu apartamento

Ferreira Gullar



Candido Portinari

Cada um de nós, gente de muita ou pouca idade, terá sempre alguma coisa a lembrar ou a contar a propósito de *Dom Quixote de la Mancha*, a obra-prima de Miguel de Cervantes, cuja publicação completa quatro séculos neste ano. Eu também tenho algumas e, neste momento, a que me vem à lembrança tem muito a ver com a história do próprio Cervantes que, por razões diversas, esteve em cana quatro vezes durante sua vida: *Dom Quixote* foi o livro que levei comigo para a cadeia, naquele dezembro de 1968, quando um oficial e dois soldados do Exército invadiram meu apartamento. Era uma edição espanhola, tipo livro de bolso, mas bem volumosa.

Os anos se passaram até que Renato Guimarães – também provado nos cárceres da ditadura –, já então editor, me sugeriu fazer uma tradução do livro famoso adaptada para adolescentes. Tratei de reler o original de Cervantes e logo vi que, para torná-lo acessível ao leitor jovem de hoje, sem lhe trair a essência, ia ter que suar sangue.

Suar sangue é exagero porque, na verdade, ao mergulhar no trabalho, foi tanto o prazer que sentia em cada frase de Sancho e Dom Quixote que a labuta virou divertimento. Mal acordava, debruçava-me sobre o texto de Cervantes com entusiasmo renovado.

Ler para traduzir é diferente de ler por ler, claro. Nesse caso, teria que mexer naquilo que é, no meu entender, o fundamental desta obra: os diálogos. Dom Quixote ficou famoso pelas loucuras que praticou, como lutar contra moinhos de vento julgando que fossem gigantes ou atacar rebanhos de carneiros por achar que se tratassem de um Exército inimigo. São episódios divertidos, cheios de humor. No entanto, onde de fato se apreende o sentido profundo daquelas bravatas, as lições de vida e a sábia insensatez do cavaleiro andante, é nos diálogos.

Ao contrário do que muita gente afirma, não vejo Dom Quixote como um alegórico batalhador pela justiça social ou um visionário defensor dos direitos humanos. Ele é de fato, como afirma seu criador, um sujeito que ficou de miolo mole por tanto ler aventuras de cavalaria e um sectário seguidor das normas que regiam a ação dos cavaleiros. Seus propósitos são os mais altos e os mais nobres, mas a sua ação para pô-los em prática resulta quase sempre desastrosa. Os criminosos que, a mando do rei, estão sendo conduzidos para as galés e que ele liberta logo em seguida o apedrejam, sendo que um deles rouba o burrico de Sancho, deixando-o a pé. E o que dizer do pobre rapaz que estava sendo espancado pelo patrão? Livra-o dos açoites, dita uma lição de moral ao algoz e vai embora, abandonando-o à vingança agora redobrada do espancador. A lição que Cervantes nos passa, através do fundamentalismo de seu personagem, é muito atual, aliás, pois nos mostra que, tanto no século 17 como hoje quem se julga imbuído da verdade pode trazer mais desgraça do que felicidade àqueles que diz defender.

Dom Quixote é unanimemente considerado um dos maiores, senão o maior, livro jamais escrito. Se esse tipo de opinião carece de objetividade, não deixa de refletir alguma verdade e, neste caso, baseia-se tanto no extraordinário interesse que o livro tem despertado através dos séculos como no fato de que influenciou na criação de escritores, artistas plásticos, teatrólogos e cineastas. Algumas das formas mais atuais da construção narrativa na literatura têm sua origem nele. Mas, por incrível que pareça, ao que tudo indica, não era pretensão de Cervantes criar obra de tamanha importância.

Satirizar os romances de cavalaria com seus heróis e heroínas implausíveis, este foi o propósito pri-

meiro do escritor. Por isso, no lugar dos cavaleiros lindos e intemoratos, pôs um fidalgo decadente e maluco, que elegeu dona de seu coração a uma camponesa gorda e rude, transformada por ele numa dama nobre e linda. Calçou tanto nesse lado antiromântico dos personagens que, temendo afugentar os leitores, entremeou as aventuras de seus dois protagonistas com histórias românticas que pouco ou nada têm a ver com eles. Essas histórias eu as excluí de minha adaptação.

Alguém já disse que os grandes livros são aqueles escritos não só pelos autores mas também pela vida. *Dom Quixote* é um exemplo disso. Ao eleger como tema de seu livro o conflito entre a realidade do mundo e a necessidade humana de ultrapassá-la, Cervantes passa a lidar com matéria extremamente rica, tanto mais que encarnada por personagens de comovedora humanidade. A visão satírica do autor, personificada num fidalgo abilolado, muda à medida que Cervantes se identifica com ele, comove-se com seus disparates. Por isso, no final do livro, quando Quixote readquire a sensatez, é o sensato Sancho Pança quem lhe implora a que volte às aventuras de antes, volte às bravatas e maluquices que, se resultavam em surras e desventuras, tornavam a vida bem mais divertida e emocionante.

Só mesmo um personagem como este e uma história como esta, para nos exporem à nossa própria e invencível contradição: queremos a sensatez que protege, mas não resistimos à loucura que arrebatava. E, por isso, inventamos a arte, que nos permite experimentar a loucura sem correr o risco de ir parar num hospício.

Ferreira Gullar é poeta e escritor.

DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

De Miguel de Cervantes

Tradução e Adaptação

de Ferreira Gullar

Editora Revan

224 páginas

A realidade e seus simulacros

A corrida de colecionadores e leitores para comprar lançamentos de novas traduções e reedições de *Dom Quixote* leva a indagações sobre (re)leituras desta obra emblemática

Romilda Mochiuti



Candido Portinari

Com as festividades de comemoração do quarto centenário de publicação do primeiro volume de *Dom Quixote de la Mancha*, a corrida de ávidos colecionadores e leitores às livrarias para comprar lançamentos de novas traduções e reedições dessa obra mestra da literatura universal,

apontada por muitos estudiosos como a que inaugura o romance moderno ocidental, leva-nos a muitas indagações não somente sobre o futuro e o papel dos livros e da literatura contemporânea, mas, também, sobre as possíveis (re)leituras dessa obra emblemática e suas (re)interpretações.

É inegável a ajuda que vários de nossos grandes escritores nos prestam quando decidimos seguir os passos desse engenhoso fidalgo que enlouquece e decide aventurar-se tal qual um cavaleiro andante. Monteiro Lobato introduz, já em nossa infância, Dom Quixote em uma visita ao Sítio do Pica-pau Amarelo. A fina ironia do narrador machadiano nos ensina a sermos leitores cúmplices. Drummond, por sua vez, leva-nos através de seu palmilhar errante da paisagem mineira ao seu sentimento “gouche”. Não nos custa muito, como leitores brasileiros modernos, superar a metáfora do “lutar contra os moinhos de ventos” descontextualizada, que se cristalizou como representativa dessa emblemática obra. Ou, ainda, perceber que a imagem de um homem já idoso – quarenta anos, idade já avançada para uma época cuja expectativa de vida era de trinta, que enlouquece de tanto ler romances de cavalaria –, torna-se, cada vez mais, uma metáfora cabível na nossa sociedade.

Entretanto, o fato de um tal Alonso Quijada ou Quesada fazer-se cavaleiro andante – figura de seu tempo, extinta há séculos – e sair numa cruzada idealista e aventureira, cujos sucessos lhe servem de pretexto para render homenagem à figura de

uma dama por quem cultiva um amor platônico, é a metáfora mais bem aproveitada da literatura ocidental. O personagem Raskolnikov, de Dostoiévski, e a Madame Bovary, de Flaubert, que quixotesicamente perdem o equilíbrio entre a realidade social e a sua realidade psicológica por lerem os livros de moda em suas respectivas sociedades, são outros dois grandes ícones dessa tradição.

O que vemos, então, é o idealizado mundo da ficção, no qual vive Dom Quixote, em confronto com uma realidade, que tanto o narrador como os demais personagens fazem questão de nos apresentar e, ao mesmo tempo, dissimular ante os olhos do ilustre cavaleiro manchego.

Mas o engenho dessa obra se pauta também e, sobretudo, na forma como ela se estrutura. Como assinala Irene Machado, ao referir-se ao emprego da linguagem como tema estrutural da narrativa (*O romance e a voz*, 1995, 60), “a impotência do rigor da norma culta sobre a linguagem do romance, marcado muito intensamente pela dialogia interna da linguagem. Esse é o aspecto principal do discurso de Cervantes, precursor inegável da polifonia articuladora do romance. A ele coube o mérito de inserir, no interior do

discurso enobrecido, expressões vivas da língua interativa, dando à linguagem culta, um revestimento grotesco, sobretudo quando o discurso enobrecido, pronunciado pelo personagem, é oferecido como memória de um discurso lido, não vivenciado”.

O que vemos, então, é o idealizado mundo da ficção, no qual vive Dom Quixote, em confronto com uma realidade, que tanto o narrador como os demais personagens fazem questão de nos apresentar e, ao mesmo tempo, dissimular ante os olhos do ilustre cavaleiro manchego.

Esse jogo de simulacros, trabalhado também no nível da linguagem, é estabelecido dessa forma para que Dom Quixote, o representante do herói e, por que não, do crítico moderno, possa representar sua “farsa”, ou melhor, (des) mascarar através de uma paródia bem humorada dos romances de cavalaria – cujas aventuras, costumes e proações põem em

xeque com uma fina ironia que se aproxima ora da tragédia ora da comédia burlesca – o teatro de relações humanas e das produções literárias da época.

Guardadas as devidas reservas sobre tempo, espaço e leituras, sobre as quais remetemos o leitor ao brilhante conto borgeano *Pierre Menard, el autor del Quijote*, vamos nos deter, especificamente na possibilidade de leitura que nos dá Bakhtin ao analisar *O asno de outro*, de Apuleio.

Segundo o estudioso, trata-se de um “romance de aventuras e costumes”, cujas aventuras se originam a partir da metamorfose de Lúcio em asno e são apresentadas tanto no enredo principal como na novela intercalada sobre Amor e Psique. Assim sendo, a história intercalada – ou novela – que não passa de uma variante semântica paralela, serve para reforçar a trama principal.

Em concomitância com o clima de farsa, que se estabelece para que nosso herói moderno possa atuar, estão incluídas também à narrativa algumas histórias interpoladas que servem, como sugere Bakhtin com relação ao romance de Apuleio, para reforçar tanto a estrutura narrativa como também o clima paródico, enquanto tema de releitura da sociedade. A partir desse pressuposto – a farsa ou a teatralidade –, vamos nos concentrar na novela interpolada *El curioso impertinente* (caps. XXXIII – XXXV).

O triângulo amoroso, enquanto tema, parece ser recorrente na literatura universal. Apesar de já terem se passado quatro séculos da publicação do primeiro volume de *D. Quixote*, é espantoso constatarmos que o tema continua sendo motivo de polêmica tão lida como temida por seus ávidos leitores.

Ao enquadrá-lo no que Bakhtin classificou como narrativa de aventura e costumes, teremos, ao menos, uma provável explicação do interesse por temas que envolvem as relações humanas e como ele se

desenrola ao longo do tempo e espaço literário. Jorge Luis Borges (*La intrusa*), Machado de Assis (*A Cartomante, A Causa Secreta, Dom Casmurro*), Juan Rulfo (*Talpa*) são alguns dos autores que contribuíram para enriquecer esse universo geométrico dessas relações humanas.

Com relação à estrutura, o leitor, ainda que inexperiente na análise literária, pode notar que, embora as relações presentes em várias narrativas desse tradicional tema apresentem suas peculiaridades, o ponto em comum é que o “problema” ou a “questão” da traição sempre se “desenvolve” a partir de um vértice feminino. Não que a mulher tenha voz na narrativa, ou que o ponto de vista narrativo se proponha a partir da voz feminina, ao contrário, parece ser ela o ângulo que coloca a perder a relação de amizade que no início da narrativa parecia ser ideal. Por essa razão, nosso enfoque se voltará ao ângulo feminino das relações.

Nessa novela intercalada do romance cervantino é Anselmo, marido de Camila, que, perturbado pela idéia fixa de colocar à prova o amor e a fidelidade de sua mulher, pede a seu melhor amigo, Lotario, que o ajude em sua empreitada. Relutante e duvidando um pouco da sanidade mental do amigo, Lotario tenta, em vão, dissuadi-lo. Anselmo, por sua vez, aposta na chantagem emocional para convencer o amigo que, diante da ameaça de que a negação de sua ajuda implicaria na inclusão de um desconhecido, cede ao seu pedido. O que não se oculta, entretanto, nesse desejo incontido e perverso de Anselmo é o anseio de ver sua mulher sendo cortejada pelo amigo, tal qual os preceitos do amor cortês livremente propagados pelas novelas de cavalaria, tão em voga na época e ironicamente criticados por Cervantes.

A trama começa a ganhar corpo quando o

*Guardadas
as devidas
reservas sobre
tempo, espaço
e leituras,
vamos
nos deter,
especificamente,
na possibilidade
de leitura que
nos dá Bakhtin.*

narrador se detém na descrição de Camila, “una doncella principal y hermosa de la misma ciudad, hija de tan buenos padres y tan buena ella por sí” e na ansiedade de Anselmo para fazer valer essas qualidades sem, entretanto, perceber que também estaria submetendo à mesma prova a amizade que tinha não só laços indissolúveis, como a narrativa nos deixa transparecer, como também um caráter simbiótico; a narrativa se refere a eles como “los dos amigos”.

Seria, num primeiro momento, conveniente pensar que Anselmo teria mais apreço e confiança em Lotario que em sua mulher. No entanto, temos de notar que sob essa elucubração inicial, o que se oculta é o desejo pueril e egoísta que aquele possui em continuar praticando os jogos de cumplicidade que antes do casamento praticava com seu amigo. Portanto, ao propor a Lotario que se submeta a fazer parte desse jogo, ele se condena à roda da Fortuna, colocando Camila como uma intrusa na relação dos dois amigos – tal como Borges séculos depois o propõe.

Essa perversão alcança requintes de crueldade, como a narrativa mesma trata de nos demonstrar. Anselmo se compraz ao ver a dor de Camila: “Escondido, pues, Anselmo, con aquel sobresalto que se puede imaginar que tendría el que esperaba ver por sus ojos hacer notomía de las entrañas de su honra, íbase a pique de perder el sumo bien que él pensaba que tenía en su querida Camila.” (p.421 – grifos nossos) y “pero detúvole el deseo de ver en qué paraba tanta gallardía y honesta resolución” (p.422 – grifos nossos).

Ao que tudo indica, Anselmo não quer Camila senão para satisfazer sua perversidade, notemo-lo em suas próprias palavras: “(...) le dijo [a Lotario] que no tuviese pena del suceso de Camila, porque, sin duda, la herida era ligera, pues quedaban de concierto de encubrírsele a él” (p. 428). Não se

importa com os sentimentos de sua mulher, antes, nunca os leva em consideração.

A descrição de Camila, por sua vez, vai ganhando os contornos do juízo de valores da época:

“no hay joya en el mundo que tanto valga como la mujer casta y honrada, y que todo el honor de las mujeres consiste en la opinión buena que de ellas se tiene”

“la mujer es animal imperfecto, y que no se le dé poner embarazos donde tropiece y caiga, sino quitárselo y despejalle el camino de cualquier inconveniente, para que sin pesadumbre corra ligera a alcanzar la perfección que le falta, que consiste en el ser virtuosa.”

“la buena mujer [es] como espejo de cristal luciente y claro, pero está sujeto a empañarse y escurecerse con cualquiera aliento que le toque” (p. 403 – grifos nossos)

*Nós,
enquanto
leitores
desocupados,
podemos forjar
o teatro e rir
com a farsa
da representação
da vida ou,
ainda,
desiludir-nos.*

Ao comparar a mulher a um espelho – metáfora que nos pode levar a várias considerações – o narrador lhe acrescenta um refrão popular e, como na tragédia grega, produz um efeito de predição oracular à narrativa, que se cumpre tragicamente. No entanto, sua realização se concretiza através da encenação de uma farsa, que se vale de um elemento irônico edêmico: a sedução se deixa seduzir.

Não é o personagem feminino o primeiro a se deixar corromper pela luxúria. É o masculino. É Lotario, o melhor amigo, quem se deixa seduzir por todas as qualidades de Camila e se transforma em um homem apaixonado que procura saciar seus desejos.

A partir dessa mudança de Lotario, tanto a amizade entre “los dos amigos” quanto o casamento de Anselmo se transformam em um simulacro, ou seja, em uma convenção social feita de aparências e cenas que se aproximam à farsa. Tanto assim, que os dois amantes têm oportunidade de encená-la para Anselmo, com o intuito de perversamente enganá-lo

ou, antes, satisfazê-lo em seu desejo: ver a mulher sendo seduzida pelo melhor amigo e resistindo bravamente às suas investidas.

Camila – como Lotario – tenta, ao princípio, fugir dessa fatalidade, mas como o marido não lhe dá chance ou, antes, empurra-a para que cumpra seu desejo, também se deixa levar pela situação. O amor cortês prevalece sobre as convenções sociais e os laços de amizade. A farsa dissimula a realidade que não se quer enxergar.

As mudanças na forma de se comportar de Camila, entretanto, são mais profundas que as de Lotario. A personalidade que Camila nos revela se aproxima à das femininas já bastante conhecidas do leitor da narrativa espanhola: Camila não apenas passa a ser adúltera, mas, sobretudo – extremamente astuta no uso de suas qualidades inicialmente descritas como um simulacro, contando ainda com uma criada celestina para ajudá-la e perdê-la – toma tanto gosto de encenar a farsa e burlar-se de seu marido que, seu agora amante, inclusive, espanta-se com a naturalidade como se comporta e por um momento começa a tratá-la como uma adúltera qualquer – quase colocando a perder o teatro de ambos.

É interessante notar que o juízo de valor posto no final da narrativa nos leva a crer que Camila, enquanto personagem feminino, não sofre transformações. Suas atitudes, antes de tudo, são provas cabais do amor devotado a Lotario. Portanto, ela não perde suas qualidades, apenas as transforma em favoráveis ao seu ardil.

“Pero, como naturalmente tiene la mujer ingenio presto para el bien y para el mal, más que el varón, puesto que le va faltando cuando de propósito se pone a hacer discursos, luego al instante halló Camila el modo de remediar tan al parecer irremediable negocio(...)”. (p.421)

Apesar de a narrativa nos levar a crer, em seu desenrolar, que os dois amantes se amam, ou que pelo menos Camila ama Lotario – a demonstração de ciúmes de Lotario, a situação a que se submete Camila –, não há nenhum indício de que os dois desejassem se relacionar de outra forma que não a de amantes. Não lhes é conveniente romper com a

relação mantida com Anselmo, por razões que o texto mesmo denuncia. Entretanto, nem a força da lei e dos valores sociais, nem a consciência de cada um lhes servem como freio para a concretização do adultério; ao contrário, aparentemente servem de mola propulsora para que, inclusive, aflorem suas perversões.

É interessante notar a visão final que a narrativa nos oferece de Camila: a única culpada: “La confusión en que Camila puso a Lotario fue tal, que no le sabía responder palabra” (p. 435 – grifos nossos). E, como os valores continuam sendo os do amor cortês, o que leva “los dos amigos” à morte é a mácula em sua honra de nobres – uma vez que ambos morrem arrependidos de verem concretizadas suas perversidades – o que mata Camila; entretanto, não o arrependimento, mas o abandono do amante.

Ao terminarmos a leitura dessa novela interpolada, salta-nos aos olhos como e em que momentos essenciais de ruptura e crise o homem – no caso, os personagens – transforma-se radicalmente em outro. A idéia fixa, posta em prática, pode causar grandes transtornos com requintes irônicos de uma comédia irresistível.

De um lado, um visionário que, com sua loucura, monta uma farsa com total aval dos demais personagens e narrador, fazendo valer as palavras de São Paulo: “deixai que aquele que dentre vós parece sábio se faça louco, a fim de que por fim se faça sábio (...). Pois a loucura de Deus é mais sábia que toda a sabedoria dos homens”. De outro, a perversão individual que desperta a dos demais, colocando em xeque as relações e convenções sociais.

Nós, enquanto leitores desocupados, podemos forjar o teatro e rir com a farsa da representação da vida ou, ainda, desiludir-nos com a certeza de o que salva a verdade é uma grande mentira, com requintes de teatro do século de ouro. A realidade erige simulacros.

Romilda Mochiutti é professora de literatura espanhola e hispano-americana da PUC-SP e de língua espanhola da UNICAMP e doutoranda em literatura espanhola pela USP.

ENTREVISTA COM HECTOR SOTO, VICE-MINISTRO DA CULTURA DA VENEZUELA

“Se a revolução não for cultural, não é revolução”

Os rumos da cultura na Venezuela, em tempos de Revolução Bolivariana

Por Mônica Simioni

Qual é a importância da cultura para a revolução bolivariana?

Hector Soto – Se a revolução não for cultural não é revolução. O povo fala cultura. E definimos como cultura o que fomos, o que somos e o que queremos ser. Como políticas gerais temos três idéias fundamentais: massificação, deselitização e democratização da cultura. Estamos reivindicando o caráter integrador em toda a sede de saber do povo. Para nós, essa é a definição de cultura. E também a tradição culinária, com relação à comida, assim como as tradições orais, religiosas, o artesanato, a cultura popular.

Por isso, afirmo: a política do novo ministério de cultura venezuelano contém essa bandeira a que chamamos deselitização, envolvendo a democratização e a integração. Pelo nosso planejamento, o tema cultural tem de ser apropriado pelas massas, pelo povo. Queremos quebrar o conceito anterior equivocado de que a cultura é conceito de um grupo, que controla a informação. Por isso, temos programas de massificação importantes e muitos planos para o futuro.

Por exemplo, distribuímos 25 milhões de livros de diversos autores venezuelanos, nas praças públicas da Venezuela, totalmente grátis com o objetivo de promover o interesse pela leitura. O nosso maior

teatro é o Tereza Carrenho, uma pianista venezuelana do século passado, muito conhecida nacional e internacionalmente. Esse teatro havia se tornado um símbolo exclusivo das apresentações dos grupos de elite para uma parte da sociedade a um custo enormemente alto, de impossível acesso para as bases. Então, ele – como muitos outros teatros da Venezuela –, se tornou um teatro de portas abertas, onde acontecem apresentações de espetáculos de toda natureza, desde música clássica, com orquestra sinfônica, até músicas populares. E totalmente gratuito à população.

Com relação à política cultural no país, o que mudou?

Hector Soto – O presidente Chávez tem sido muito coerente. Faz três anos que foi criado o vice-ministério da Cultura, associado ao ministério da Educação. Dois anos depois, ele lhe deu caráter de ministro de Estado, que até então não existia. A cultura na Venezuela era para uma parcela muito pequena, centralizada em um centro muito pequeno chamado Conselho Nacional da Cultura – o que nunca ocorreu porque se concentrava em Caracas e era controlado por muito poucos. Não havia política nacional para a cultura massiva. E agora, faz um mês, acaba de criar um Ministério estruturado com verba e organizado como Ministério de Cultura, com Francisco Sesto, arquiteto de alta sensibilidade social e política, um dirigente político muito importante, como ministro. E esse ministério funciona com três vice-ministérios: o de Preservação e Resgate da Identidade, do Patrimônio cultural; o de Desenvolvimento Humano, que tem a ver com a formação e a capacitação das pessoas pelo conceito mais amplo de cultura, o martiano (José Martí), de ser culto para ser livre. E o da Indústria e da Economia Cultural, um pouco para dar ao setor organização e possibilidade de desenvolvimento econômico ao grupo cultural.

Os grupos culturais de base não conseguem financiamento, não só na Venezuela, mas no mundo todo. Eles vão ao Ministério implorar ou mendigar cotas de dinheiro todos os anos. Estamos trabalhando na Venezuela pelo fomento da indústria cultural e para que o próprio movimento cultural tenha pos-

sibilidade de viver de sua atividade. Esse é o novo desenho da política cultural venezuelana.

Estamos lançando o projeto Missão Cultura, que é a formação de 28 mil ativadores culturais, posicionados até na última paróquia (menor unidade política depois do município). Ela tem como objetivo formar os ativadores com projeto sócio-cultural baseado nas necessidades da comunidade. É um programa de nível superior, de licenciatura, em convênio com a Universidade Simón Rodríguez – numericamente a maior do país, representada em 20 estados e com mais de 60 mil estudantes –, e o Ministério da Cultura. No ano que vem, também firmaremos o convênio com a Universidade Bolivariana.

Esse projeto tem três tarefas. A primeira é levar cada uma das manifestações culturais a cada uma das paróquias onde vivem. Entendendo como manifestação cultural a importância do que a comunidade diz ser importante para a cultura. Não por especialistas ou acadêmicos que decidam o que é importante.

A segunda é fazer um censo do patrimônio cultural, buscando a história local, da comunidade e dos bairros. Como se constituíram; qual sua trajetória; quem foram seus fundadores; que música é tocada ali; que comida comem; quais os personagens populares de maior importância. Não só a história escrita, mas também a oral. Então, os ativadores culturais têm de entrevistar nosso ancião antes que morra para que conte sua história ainda não registrada. Todo esse conhecimento será incorporado nos planos de estudo da escola de educação primária e secundária [o correspondente a nosso básico e fundamental] dessa região. As crianças de um bairro particular não podem estudar a história só pelos fatos gerais mundiais e nacionais. A história tem de ser ensinada também pelos personagens que as crianças conhecem em seus bairros.

E a terceira, é que esses 28 mil ativadores estão recebendo uma profunda formação política e ideológica. No bom sentido da palavra, nem partidista, nem politqueira. Eles estão hoje conhecendo e transmitindo nos bairros onde vivem o pensamento de Simon Bolívar e Simon Rodríguez; mas também discutem sobre a Alca, os danos que ela pode trazer no sentido político, econômico, social e eco-

lógico. Estão discutindo na comunidade as novas alternativas multilaterais como a Alba – uma proposta venezuelana de integração latino-americana. Então, não estamos escondendo que esses 28 mil ativadores são quadros que estão se formando política e ideologicamente.

Alguns setores da Igreja Católica apoiaram o golpe contra Chávez em 2002. Na época, essa ação foi assumida pela cúpula isoladamente. Hoje, como o governo se relaciona com esses segmentos?

Hector Soto – A cúpula da igreja foi muito comprometida com o passado, recebia ajudas econômicas nos outros governos, a ponto de o cardeal Ignacio Velazco – morreu e está onde tinha de estar –, ter sido um dos assinantes da ata do governo de Pedro Carmona, o golpista. E muitos componentes da alta igreja continuamente dão declarações incitando o desconhecimento da legitimidade do governo revolucionário. Mas isso é uma batalha da cúpula. Nós estamos muito satisfeitos com a atitude dos padres e religiosos nos bairros da periferia.

Na Venezuela, temos experiência com os párocos. Os padres que estão nas favelas, que sabem da necessidade do povo e estão incorporados ao trabalho, por reivindicação do povo, de alguma maneira fazem seu trabalho de orientação espiritual sempre a favor dos menos favorecidos. A massificação do pensamento neoliberal quer, inclusive, liquidar a variedade na religião que tem o povo venezuelano. A Venezuela é um país multiétnico e pluricultural como o Brasil. Aqui convivem crenças de todo tipo, como a magia, a lenda indígena, a cultura africana, com seu próprio santo e sua própria maneira religiosa de se expressar. Mas também temos uma comunidade evangélica muito importante. Por sinal, ela se incorporou muito bem ao processo revolucionário. Mas também temos

uma comunidade católica importante. O presidente Chávez tem uma profunda fé cristã, do que nós compartilhamos, mas vendo Cristo ser humano, não Cristo mitificado. Nós acreditamos no Cristo revolucionário, o lutador pelos pobres, o defensor. Eu mesmo sou vice-ministro da Cultura na Venezuela e sempre carrego a minha imagem de Cristo no peito.

Passados cinco meses do referendo revogatório (em que Chávez saiu vencedor com o apoio de 60% da população), como está a relação com a oposição? No âmbito da cultura, essa disputa tem quais conseqüências?

Hector Soto – Quando se fala de oposição na Venezuela, temos de diferenciar duas coisas. Uma porcentagem importante de venezuelano, quase 3 milhões e meio, votou no referendo contra o presidente e isso representa uma posição legítima. Mas 7 milhões disseram sim. Nós vivemos numa democracia e na democracia existem posições diferentes que devem conviver e tomara que convivam.

Esses 3 milhões e meio de venezuelanos não têm uma posição homogênea. Há uma cúpula pequena que toma os caminhos da violência, da conspiração, da insurreição e até do magnicídio. Então, esse grupo, que não passa de duas mil pessoas, tem um grande poder econômico e está vinculado aos meios de comunicação. Temos apresentado o problema no âmbito internacional, à própria OEA (Organização dos Estados Americanos), de que ele é financiado pelo Departamento de Estado norte-americano e pela CIA (Companhia de Investigação dos Estados Unidos da América). Esse é o motivo de estarmos apelando ao mundo. Porque a oposição venezuelana não tem dinheiro para ir ao Brasil e falar sobre o presidente Chávez. Alguns sim, mas estou falando de maneira geral.

Apenas propomos uma sociedade coletivista, para enfrentar a nova sociedade individualista do neoliberalismo.

Aqui, a Fox, dos Estados Unidos, lhes tem dado grande abertura. E nós estamos monitorando seu caráter antidemocrático e a repressão relacionada ao governo venezuelano nos canais norte-americanos. De cada 100 pessoas que eles convidam para falar, 90 são dessa oposição teimosa e dez são personagens do governo ou vinculados à posição chavista. Isso é o que estamos vivendo na nossa América Latina. Todos conhecem a posição das grandes cadeias dos meios de comunicação. Acredito que o próprio governo de Lula no Brasil também esteja enfrentando esse problema da tentativa de desprestígio permanente dos meios de comunicação vinculados ao centro econômico mundial.

Contudo, a revolução bolivariana avança. E internamente estamos muito fortalecidos. O próprio presidente está cumprindo uma tarefa também de recorrer ao mundo, para divulgar as conquistas e a posição da revolução bolivariana: democrática, pacífica e gradual.

Em relação à cultura, estamos coordenando o programa vinculado à cultura de uma maneira muito ampla. No projeto de distribuição de 25 mil livros em praças públicas, já citado, há vários títulos de autores declarados contrários ao projeto bolivariano. Mas são excelentes escritores, romancistas, poetas, e nós não vamos convertê-los, nem pretendemos fazê-lo, em inquisidores da criação cultural. Isso seria repetir um erro e não o queremos. Precisamente o que fazia a direita na Venezuela era nunca dar espaço a nossos escritores de esquerda, poetas, pintores etc. Nós abrimos espaço a esses cultores e preservamos o que já tinham.

Chávez tem afirmado nos últimos meses que a revolução bolivariana é socialista. Como é esse socialismo?

Hector Soto – Nós temos uma forte tendência de pensamento socialista. Basta ler a Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Nela há um caleidoscópio ideológico e pode-se sentir a presença de muitas doutrinas. Na nossa revolução bebemos de diversas doutrinas as coisas que nos parecem ser úteis. Mas temos claro haver uma orientação ideológica geral maior: o coletivismo. Apenas propomos uma sociedade coletivista, para enfrentar a nova so-

cidade individualista do neoliberalismo. Estamos construindo, acreditamos, o novo socialismo, a que nós chamamos socialismo do século 21, que se está discutindo e aberto à discussão.

Na Constituição está o objetivo estratégico para o lançamento da nova etapa da revolução. E esse é o objetivo que já temos claramente expressado. Nós sabemos e pensamos não estarmos construindo o comunismo na Venezuela. Mas sim uma economia diferente, igualitária, solidária, com sensibilidade social. Um socialismo novo, baseado na preservação dos recursos coletivos e não privatizados. Uma sociedade onde convive a propriedade privada, mas regulada com uma lei antimonopólio. Uma sociedade onde todos se expressem. Na Venezuela não vamos fechar nenhum meio de comunicação, mesmo que a mídia tenha trabalhado duro para atrapalhar o governo. Aqui não há presos políticos. Nem um só preso por sua forma de pensar. Há um grupo escasso de presos vinculados ao golpe militar, responsáveis por mortes no dia do golpe militar; mas aqui não se persegue pela idéia política. Nós acreditamos num novo socialismo que inclui o desenvolvimento endógeno, que inclui o desenvolvimento econômico social das comunidades, e não um país monoprodutor associado apenas ao petróleo e amarrado aos desígnios dos grandes compradores de petróleo, como a grande potência dos Estados Unidos, nossos primeiros compradores de petróleo.

Assim é o socialismo em que acreditamos. Em que diversifica a economia, desenvolve o turismo, a economia cultural popular, em que as pessoas se apoderem de conhecimento. Estamos falando de um novo socialismo, mas o estamos discutindo e o construindo. Nós temos um forte componente do pensamento marxista. O marxismo não é um programa político senão um método de análise. Lembre-se, Marx dizia que o econômico determina em grande medida o comportamento sócio-histórico do povo. E a Constituição Bolivariana toma esse pensamento e planifica muito bem sua economia. Uma economia solidária, onde está o corporativismo, e estejam descentralizados os recursos.

Mônica Simioni é jornalista e mestranda em Ciências Sociais pela PUC-SP.

Uma Cultura Viva desescondendo o Brasil profundo

É preciso transformar a cultura em política pública efetivamente apropriada por seu povo

Célio Turino

Precisamos descobrir o Brasil!⁽¹⁾ Precisamos desesconder o Brasil, mostrá-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil; no lugar de conceitos rígidos, noções líquidas, no lugar da reta, a curva. Precisamos nos fundir com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas⁽²⁾. Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem no contato com a realidade viva. Para compreender o Brasil, precisamos nos transformar em poetas⁽³⁾. Precisamos transformar o Brasil!

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, nasce desse desejo. Por

enquanto, o Cultura Viva é um programa do Ministério da Cultura, do governo do Brasil, mas nosso objetivo é consolidá-lo como política de Estado, desenvolvendo ações transversais entre ministérios, estados e municípios. A primeira ação foi assinada com o Ministério do Trabalho e vai garantir 50 mil bolsas anuais para jovens do Primeiro Emprego; na sequência, parceria com os Ministérios das Comunicações⁽⁴⁾ e os Correios (ligação por internet em Banda Larga – G-Sac – e distribuição de produtos culturais produzidos pelas comunidades); Meio Ambiente (Salas Verdes); Educação (Escola Viva); Desenvolvimento Social (Erradicação do trabalho infantil e Fome Zero); Ciência e Tecnologia (Casa Brasil e Telecentros); Defesa (Projeto Rondom); e todos os outros programas e ações onde a cultura couber. (E a Cultura cabe em todo lugar.)

Para transformar o Brasil é preciso ir além de uma política de Estado, afinal, o Estado ainda é de tão poucos. É preciso transformar o Cultura Viva em política pública efetivamente apropriada por seu povo. “A sociedade é produzida por nossas necessidades, o governo por nossa perversidade” (Thomas Paine, *O Bom Senso*). Mais que oferecer serviços públicos “para” o povo, é preciso compartilhar, unir afeições, promover felicidade. “A alegria é a prova dos nove” (Oswald de Andrade, *Manifesto Antropofágico*). Qualidades que o povo brasileiro tem de sobra. Porém, o caminho não é fácil.

Ao mesmo tempo em que olhamos para o Brasil e encontramos criatividade e solidariedade, nos defrontamos com iniquidade, injustiças, maus cheiros, maus tratamentos... Milhões habitando periferias, favelas e cortiços; outros tantos em municípios desassistidos; trabalhadores sem emprego; camponeses sem terra; famílias sem teto; jovens sem perspectiva de futuro; estudantes sem ensino de qualidade; índios sem direitos; um povo mestiço, mas sem igualdade racial; os esquecidos,

os desvalidos... Os sem Estado.

Mesmo assim, o país resiste na solidariedade popular. Mães sem emprego cuidam dos filhos das mães que encontram trabalho. Aos domingos, amigos fazem mutirão para construir casas; ao fim da jornada, churrasco, samba e cerveja. Os brasileiros são inventivos, empreendedores e alegres. “Serão os atenienses da América se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo” (José Bonifácio de Andrada, Patriarca da Independência do Brasil). Precisamos moldar o Estado à imagem de seu povo.

O Cultura Viva deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um Estado Ampliado. É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia. Há muitas ações de combate à exclusão social, cultural e digital já acontecendo. Fala-se da criminalidade e do tráfico de

Ao mesmo tempo em que olhamos para o Brasil e encontramos criatividade e solidariedade, defrontamo-nos com iniquidade, injustiças.

drogas nas favelas do Rio de Janeiro (e em todas as outras grandes cidades), mas as pessoas envolvidas com isso são minoria. Muito mais gente se mobiliza para recuperar os morros, desenvolver música, dança, teatro... E com estética inovadora! Quem assistiu ao filme *Cidade de Deus*, se impressiona com a narrativa ágil e atores vibrantes. Gente das favelas. Na maior favela de São Paulo, Heliópolis, as casas estão sendo pintadas com cores vivas, unindo comunidade, um conceituado arquiteto e empresas. No morro da Mangueira, o samba é fator de inclusão, mas vem junto com uma orquestra de violinos, emissoras de rádio e TV comunitárias e grafiteagem colorindo paredes e muros. No campo, trabalhadores sem terra criam suas próprias escolas educando mais de 120 mil crianças, além de alfabetizar jovens, adultos e velhos. Em um lixão em Maceió há um circo-escola e valentes guerreiras

lutando contra a exclusão social. Uma nova postura vai sendo construída em um Brasil escondido.

Por isso potencializar o que já existe. Acreditar no povo, firmar pactos e parcerias com o que o Brasil tem de melhor: o brasileiro. "O melhor do Brasil é o brasileiro" (Câmara Cascudo, folclorista). Mas isso não significa um simples "deixar fazer", porque, neste caso, os gostos e imposições da indústria cultural acabariam por prevalecer. Da mesma forma, querer levar "luzes", selecionar cursos e espetáculos que julgamos mais adequados e sofisticados, também continuaria reproduzindo a mesma relação de dependência e subordinação e apenas trocaríamos o dirigismo de mercado pelo de Estado.

Com o Cultura Viva vamos experimentar uma outra alternativa: o desenvolvimento aproximado entre Pontos de Cultura. Nossa idéia é de que a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura, aconteça num contato horizontal entre os Pontos, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas. Um Ponto auxiliando outro Ponto. Alguns oferecem uma experiência mais avançada em teatro, outros em dança; ações sócio-educativas aprendem com a vanguarda estética que se encontra com a tradição e ajudam a construir o novo. Uma troca entre iguais que aprendem entre si e se respeitam na diferença.

O papel da coordenação do programa é localizar e formar mediadores na relação entre Estado e sociedade, aproximando as diferentes formas de expressão e representação artística, bem como as diferentes visões de mundo. O programa Cultura Viva ainda não tem uma resposta acabada a todo esse processo que apenas se inicia, mas tenta, ao menos, identificar caminhos. Ou pelo menos, identificar aqueles que não devem ser trilhados.

De partida, evitamos uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na

burocracia pública. Menos consensos fabricados (e sonhos roubados) e mais conexões de trabalho que respeitem a diversidade e a busca de micro-soluções no fortalecimento de redes sociais. Para sedimentar essas redes, os Pontos de Cultura.

O nome Ponto de Cultura surge do discurso de posse do ministro Gilberto Gil: "um do-in antropológico, um massageamento de pontos vitais da nação". E que nação é essa? De certo não é uma massa compacta e estática, muito menos um conjunto de estereótipos e tradições inventadas. A nação para qual olhamos precisa ser vista como um organismo vivo, pulsante, envolvido em contradições e que necessita ser constantemente energizado e equilibrado. Uma acupuntura social que vai direto aos Pontos. "Quando há vida, há inacabamento" (Paulo Freire, educador), mais processo e menos estruturas pré-definidas, menos fossilização e mais vida.

A rede Cultura Viva deve ser maleável, menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade e por isso ágil e tolerante; como um organismo vivo. O objetivo é fazer uma integração dos Pontos em uma rede global que acontece a partir das necessidades e ações locais. A interação entre o global e o local⁽⁵⁾ deve respeitar o crescimento das ações desenvolvidas em cada Ponto de Cultura, de modo que eles ganhem musculatura e estrutura óssea e conquistem sua sustentabilidade e emancipação. Esse modo de pactuar com a sociedade foi definido como Gestão Compartilhada e Transformadora e envolve os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social. Enquanto nos afastamos das velhas "neo"cartilhas, clareamos os conceitos à medida que a experiência social avança e os fenômenos vão sendo explicitados. Menos recitadores e mais educadores; este parece ser um bom caminho.

Neste artigo estão algumas idéias, conceitos e ações que nos permitiram iniciar a caminhada⁽⁶⁾: O Ponto de Cultura como espaço de sedimentação da

*Assim,
mergulhamos
em um
Brasil
profundo,
escondido.
Esse é o
caminho que
escolhemos.*

macro-rede Cultura Viva, de organização da cultura no nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade; a Cultura Digital como um instrumento de aproximação entre os Pontos que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (por isso, o software livre como opção tecnológica e filosófica); os Agentes Cultura Viva como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma cidadania emancipatória; a Escola Viva como uma ação que integra o Ponto de Cultura à escola, apontando para um outro modelo de envolvimento social com a educação, que vai além dos muros escolares na busca de uma cidade educativa.

Definidas essas quatro ações (Ponto de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva e Escola Viva) observamos que faltava uma integração dialética entre tradição, memória e ruptura. Tradição enquanto ponto de partida, memória enquanto re-interpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro. Assim, incluímos uma quinta ação, o Griô, que será lançada até o final de 2005 e oferecerá bolsas para os velhos mestres do saber popular: os organizadores de quadrilhas, de folias de reis, congadeiros, artesãos, paneleiras, rendeiras, repentistas, rabequeiros,

contadores de histórias, construtores de brinquedos, baianas do acarajé, mestres de capoeira... Velhos brasileiros que tanta sabedoria têm a nos oferecer. Cada um receberá um salário mínimo por mês para formar jovens aprendizes e continuar fazendo exatamente o que já fazem. Griô foi a forma abasileirada que encontramos para a expressão em francês Griot, que designa artistas e narradores de história da África Ocidental, homens que caminhavam (e caminham) de aldeia em aldeia repassando a história de seu povo. Ao transformarmos o Griô em uma ação do programa Cultura Viva pretendemos nos aproximar ainda mais do saber popular e nos encontrar com a África. Unindo esse conjunto de ações, um programa na televisão, uma revista, cartaz mural e portal pela internet, efetivando a integração em rede e o protagonismo dos Pontos de Cultura.

Assim, mergulhamos em um Brasil profundo, escondido. "Um outro mundo é possível" (Fórum Social Mundial). Esse é o caminho que escolhemos e para o qual convidamos todos, brasileiros ou não, a caminhar conosco, por uma Cultura Viva.

Célio Turino é mestre em história pela UNICAMP e ensaísta. Atualmente exerce o cargo de Secretário Nacional de Programas e Projetos do Ministério da Cultura e coordena o programa Cultura Viva.

Notas

- (1) Verso extraído do poema *Hino Nacional*, de Carlos Drummond de Andrade.
- (2) "Águas são muitas", da *Carta do Descobrimento*, de Pero Vaz de Caminha.
- (3) "O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta", conclusão de Roger Bastide, sociólogo francês e um dos primeiros professores da Universidade de São Paulo, in: Prefácio ao livro *Brasil, país de contrastes*.
- (4) Assinada no dia 14 de março de 2005.
- (5) Quem sabe com isso não estaremos criando uma nova palavra, "glocal", que poderia expressar um conceito diferente de globalização, estabelecido a partir das necessidades e particularidades locais e não por imposição de um centro único.
- (6) Quem se interessar por informações mais detalhadas do programa pode consultar o catálogo de apresentação do programa Cultura Viva na página eletrônica do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br). Até o momento há 262 Pontos de Cultura em processo de conveniamento.

Reforma Sindical pluralidade e autonomia privada para os acordos trabalhistas

João Batista Lemos e Flávio Tonelli

“O capital é poder social
concentrado; já o proletariado
dispõe unicamente de sua
força de trabalho.
O ajuste entre capital e trabalho
não pode, pois, apoiar-se em
condições legítimas.”

(Karl Marx)

Na Mensagem ao Congresso ao governo Lula para 2005, a reforma sindical foi considerada “estrutural”, “um novo paradigma nas relações sindicais” e “o primeiro passo para um amplo reordenamento jurídico-institucional do sistema de relações de trabalho (...) [envolvendo] o direito sindical, a legislação do trabalho, os órgãos de administração pública do trabalho, a Justiça do Trabalho e o direito processual do trabalho”. Em março, o governo apresentou – com essa reforma – uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 369, de 2005). O seu complemento, um projeto de lei de mais de duzentos

artigos, tramitará após a aprovação dessa emenda.

Em sua essência, são duas as alterações básicas propostas na PEC 369: nos direitos sociais, as disposições relativas às relações sindicais; e no Poder Judiciário, a competência da Justiça do Trabalho. Instituem-se a pluralidade sindical e a liberdade de negociação coletiva e reserva-se a Justiça do Trabalho para a solução de conflitos envolvendo o cumprimento dos contratos.

É notório que o movimento sindical passa por inúmeros e graves problemas, inclusive de legitimidade. Os baixos índices de sindicalização dificultam a ação sindical e o financiamento das próprias entidades. Há razões de sobra para as mudanças. Mas que mudanças levar adiante? Como distinguir os problemas estruturais do movimento sindical dos resultantes da precarização e da terceirização do mercado de trabalho, do alto e persistente desemprego? Naturalmente, uma reforma sindical digna de apoio tem de estar voltada para o resgate da capacidade de luta dos trabalhadores e, por conseguinte, da valorização do trabalho.

O fortalecimento das entidades sindicais não será um processo simples ou instantâneo, resultante de uma reforma constitucional. Diante da atual precariedade das relações de trabalho, a recuperação do poder de compra dos salários não se resolverá imediatamente, por meio de negociações coletivas. Somente com muita luta, com proteção mínima da lei e da Justiça, com políticas voltadas para a geração de emprego e distribuição de renda, os trabalhadores e seus sindicatos poderão reverter a precária situação em que se encontram. Assim, é urgente buscar compreender o conteúdo e o significado da reforma sindical em curso.

A falsa igualdade do liberalismo, um mito pró-exploração

Foram necessários muitos e muitos anos para os trabalhadores compreenderem que a revolucionária igualdade liberal pregada no século XVIII era meramente formal e construía, a cada dia, uma sociedade mais desigual. A plena liberdade de contratar era falsa, estava restrita à aplicação de um direito altamente desproporcional, não abrangia a

criação do direito, não havia igualdade de oportunidades.

Somente no século XX a igualdade e a liberdade foram acompanhadas de direitos sociais e de proteção ao trabalho, mesmo assim após a revolução de 1917 e, em grande parte, como uma resposta aos movimentos sociais. Já em Weimar (1919), a atividade econômica foi subordinada à garantia de existência digna; o trabalho foi colocado “sob a particular proteção”.⁽¹⁾

A partir de então, o conceito de hipossuficiência jurídica foi se aprimorando: com a diminuição do livre direito de contratar e a intervenção do Estado nos próprios contratos privados; a vinculação entre direitos sociais e cidadania; a proteção do trabalhador; a função social da propriedade; as garantias ao consumidor etc. Mas, parafraseando Hobsbawn, esse século XX foi breve. A partir dos anos 90, o capitalismo vai recuperando a sua velha forma, questionando e alterando as relações sociais, desconstituindo direitos.

Hoje, segundo dizem, os pontos que inibem a livre contratação entre capital e trabalho precisam ser flexibilizados. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) localiza na “paternalista regulação das relações de trabalho no Brasil” o empecilho à negociação entre as partes, que retira a capacidade de decisão do que é melhor para eles⁽²⁾. A total desregulamentação dos mercados quer que a mão-de-obra possa livremente ser negociada como qualquer outro insumo. Assim, é preciso desenvolver idéias que restabelecem a igualdade entre o capital e o trabalho, nos bons e velhos moldes do liberalismo clássico.

A reforma sindical e a negociação

Um dos aspectos mais importantes da reforma repousa na concepção de que a negociação e o diálogo social entre o capital e o trabalho vão fortalecer e dinamizar as relações de trabalho. Pretende-se incluir na Constituição uma associação entre a representatividade da entidade sindical e o atendimento a requisitos voltados para a negociação coletiva. Consta da PEC 369/2005 a seguinte modificação para o art. 8º:

“Art. 8º. É assegurada a liberdade sindical,

observando o seguinte:

(...)

“II – O Estado atribuirá personalidade sindical às entidades que, na forma da lei, atenderem a requisitos de representatividade, de participação democrática dos representados e agregação que assegurem a compatibilidade de representação em todos os níveis da negociação coletiva”

A negociação coletiva em todos os níveis torna-se o principal instrumento de regulação dos direitos trabalhistas, num cenário de “autonomia privada coletiva” e “estimulando a composição voluntária dos conflitos”⁽³⁾. A autonomia privada permite maior liberdade do que a esfera pública: inúmeros direitos e garantias podem ser suprimidos, contratualmente, sobretudo se considerados patrimoniais.

O capital vê na livre negociação coletiva as portas para a flexibilização dos direitos trabalhistas. Para muitos setores de esquerda, fora do ambiente estatal, haveria espaço para o avanço dos direitos dos trabalhadores. Mas, afastado o Estado, as forças sociais voltam-se para os seus conflitos dentro dos parâmetros do próprio mercado. Um dos ideólogos desta reforma sindical, José Francisco Siqueira Neto, discorrendo sobre a flexibilização do direito do trabalho afirmou⁽³⁾:

“Flexibilizar o Direito do Trabalho quer dizer torná-lo mais ajustável à situações fáticas, menos rígido. (...) Sinteticamente, pode-se dizer que a flexibilização do Direito do Trabalho é o processo de adaptação de normas trabalhistas à realidade cambiante.

“A Flexibilização pode decorrer de Lei ou da a Autonomia Coletiva, atingindo conforme o caso, o ordenamento jurídico de forma genérica ou somente os contratos de trabalho em execução”.

Um dispositivo que determinava a prevalência

da disposição mais favorável ao trabalhador, diante de contradições entre a legislação e a matéria acordada, nem consta mais da regulamentação da reforma sindical. Disposições semelhantes hoje existentes na CLT serão também revogadas pela regulamentação.

Mas, o que mais impressiona nessa formulação é quão distante estamos de uma entidade voltada para o embate cotidiano entre o capital e o trabalho. Quer do ponto de vista específico, enquanto entidade que organiza os trabalhadores para essa luta, fomenta a conquista dos direitos; quer do ponto de vista mais geral, no crescimento do sentimento de classe, na formação ideológica do trabalhador.

A reforma e o pluralismo sindical

A PEC é radical em pôr fim à unicidade sindical; revoga, inclusive, a definição do município como base territorial mínima da representação. Ao Estado caberá atribuir personalidade sindical às entidades,

evitando uma multiplicidade que impediria a negociação coletiva. Hoje, o Poder Público apenas registra as entidades. Estabelecer a outorga sindical como competência ao Estado é uma grande mudança, imposta pelo modelo de pluralismo sindical adotado. É paradoxal, mas os defensores dessa liberdade sindical acabam dando mais poder ao Estado para interferir na organização dos trabalhadores.

O fim da unicidade não assegura o fortalecimento das entidades, muito ao contrário. A

regulamentação constrói um modelo que mescla a exigência de representatividade direta, pautada em filiações, com a indireta – derivada da vinculação a outras entidades de grau superior, as chamadas entidades orgânicas.

A exclusividade de representação, que impede a constituição de outras entidades sindicais naquela esfera de representação, somente é admitida enquanto um dispositivo transitório, cabível exclu-

O fim da unicidade não assegura o fortalecimento das entidades, muito ao contrário, tende a enfraquecê-las.

sivamente às entidades pré-existentes à reforma e que atenderem a outros requisitos fixados em lei. Com o tempo, esse modelo implanta efetivamente o pluralismo.

Um ponto importante desta reforma é a exigência de democratização interna para as entidades sindicais. No entanto, ela está restrita às entidades com exclusividade de representação, pela regulamentação ela não é extensiva a todas as entidades sindicais. A democratização interna deveria ser uma exigência para todas as entidades sindicais e não um ônus da exclusividade de representação.

A reforma e a nova Justiça do Trabalho: composição voluntária de conflitos

Parte das modificações na Justiça do Trabalho já ocorreu com a Emenda Constitucional nº 45 (4), mas a PEC da reforma sindical também trata desse assunto. A EC 45 foi positiva ao ampliar a Justiça do Trabalho para abranger todas as relações de trabalho. Antes, era restrita às ações entre trabalhadores e empregadores – apenas parte das relações de trabalho. A abertura é benéfica, mas será definida na regulamentação e pelos julgados ao longo do tempo.

Publicamente, a Reforma do Judiciário estava centrada na transparência (criação do controle externo etc) e na busca da celeridade (súmula vinculante, súmula impeditiva de recurso etc). Mas, suprimiu o poder normativo da Justiça do Trabalho e ainda restringiu a capacidade de solucionar conflitos, condicionando o dissídio coletivo de natureza econômica ao comum acordo entre trabalhadores e empregadores.

Pior, ainda, porque o fim do dissídio e do poder normativo precedeu a instituição dos novos modelos de negociação coletiva e de arbitragem pública e privada. Não que a adoção simultânea resolvesse a questão, mas a forma adotada colocou os trabalhadores em uma situação criticamente desfavorável.

A exigência de “comum acordo” das partes é o fim do dissídio coletivo. A Justiça deixará de ser o árbitro natural, o último refúgio, para onde se dirigem as pretensões exatamente diante da recusa

da parte contrária em negociar ou acordar. A reforma trabalhista de FHC já vinha dificultando o acesso individual à Justiça do Trabalho ao exigir prévia discussão nas Comissões de Conciliação Prévia. O que essa reforma implementa é um novo obstáculo intransponível para o ajuizamento das demandas coletivas pelos trabalhadores – a prévia anuência do patronato.

Sem negociações e sem Justiça do Trabalho, prevalecem as condições vigentes da contratação, inclusive o congelamento dos salários, rebaixados pelo efeito da inflação e dos ganhos de produtividade. Em geral, em todos os tipos de contratos, pode-se recorrer ao Judiciário para a repactuação das condições, especialmente para recompor o equilíbrio econômico em seus contratos. Sem essa recomposição, o prejuízo imposto a uma das partes resulta em enriquecimento sem causa à outra. Pela reforma, restará ao trabalhador, se inconformado com a recusa dos patrões à negociação, pedir demissão – o que nem sempre é opção.

Um posicionamento frente à PEC de Reforma Sindical

Amplios setores, pelos mais diversos motivos, pretendem pôr fim à unicidade sindical e, especialmente, viabilizar o processo de negociação coletiva, fundamental para a reforma trabalhista. Há quem defenda reformas visando democratizar e fortalecer o movimento sindical e a luta dos trabalhadores por melhores salários. Mas, é por outros motivos que essas reformas constam da agenda e dos acordos dos vários organismos internacionais.

Um ponto importante para o enraizamento e o fortalecimento da estrutura sindical é a criação e a disseminação da representação sindical por local de trabalho. Nesse caso, houve um avanço na nova redação da PEC: suprime da Constituição serem essas representações fóruns “com a finalidade exclusiva de promover-lhes [dos trabalhadores] o entendimento direto com os empregadores”. Mas, na regulamentação contida no anteprojeto de lei ainda está presente essa grande restrição, colocando as estruturas por local de trabalho mais identificadas

com as atuais Comissões de Negociação Prévia do que com o movimento sindical propriamente dito.

A preocupação com a democratização das entidades também não está plenamente incorporada na nova reforma. Pelo anteprojeto de lei, a democratização não é um pressuposto universal aplicável a todas as entidades – ficará restrita àqueles sindicatos que adotarem a exclusividade de representação.

A proposta dos comunistas preconiza a universalização da democratização das entidades, abrangendo eleições, estatutos e a própria gestão das entidades e o aprimoramento da unicidade, concedendo a todos os trabalhadores o direito à opção da exclusividade, sem restrições, tanto para os atuais sindicatos, quanto para os que vierem a ser formados.

É acertada a estratégia que coloca a reforma sindical, visando ao fortalecimento e à democratização do movimento sindical, precedendo os debates ou movimentos de reforma trabalhista. Esta, inclusive, deveria aguardar ainda um cenário de crescimento econômico que diminuísse o desemprego e criasse melhores condições para a atuação e o fortalecimento das entidades. Mas, não há garantias para o seu sucesso; veja a grande pressão do empresariado. A PEC não trata diretamente da reforma trabalhista. Contudo, durante a sua tramitação pode haver resultados indesejáveis. E o cenário surgido com a eleição da nova Mesa da Câmara dos Deputados somente reforça esses receios.

A PEC do Executivo tramitará em conjunto com outras propostas que buscam também alterar o art. 8º da Constituição Federal (que trata da questão

sindical). E existem várias delas, muitas de autoria de parlamentares do PT. A tramitação em conjunto significa, dentre outras questões, que o conteúdo constante de todas as proposições poderá ser tratado como uma única matéria.

Tomemos por exemplo a PEC nº 252, de 2000, de autoria do deputado federal Ricardo Berzoini. Uma modificação contida nessa proposta altera o mesmo art. 8º para introduzir um inciso com a seguinte redação:

“VI – o contrato coletivo de trabalho por ramo de produção é a base do sistema jurídico do trabalho, podendo ocorrer a contratação complementar por empresa, por região ou local de trabalho, sendo obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações e nas contratações coletivas de trabalho (...)”

Uma redação como essa, ou outra similar que transforme o contrato de trabalho na base do sistema jurídico do trabalho, resume uma reforma trabalhista, colocando inclusive a prevalência do contrato sobre a legislação mínima de direitos e de proteção ao trabalho.

Todas essas questões indicam que essa reforma não pode tramitar assodadamente, nem é possível qualquer compromisso com o seu conteúdo atual. É indispensável ampliar a mobilização contra a PEC 369.

João Batista Lemos é coordenador da Corrente Sindical Classista e Flávio Tonelli Vaz é assessor técnico da liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

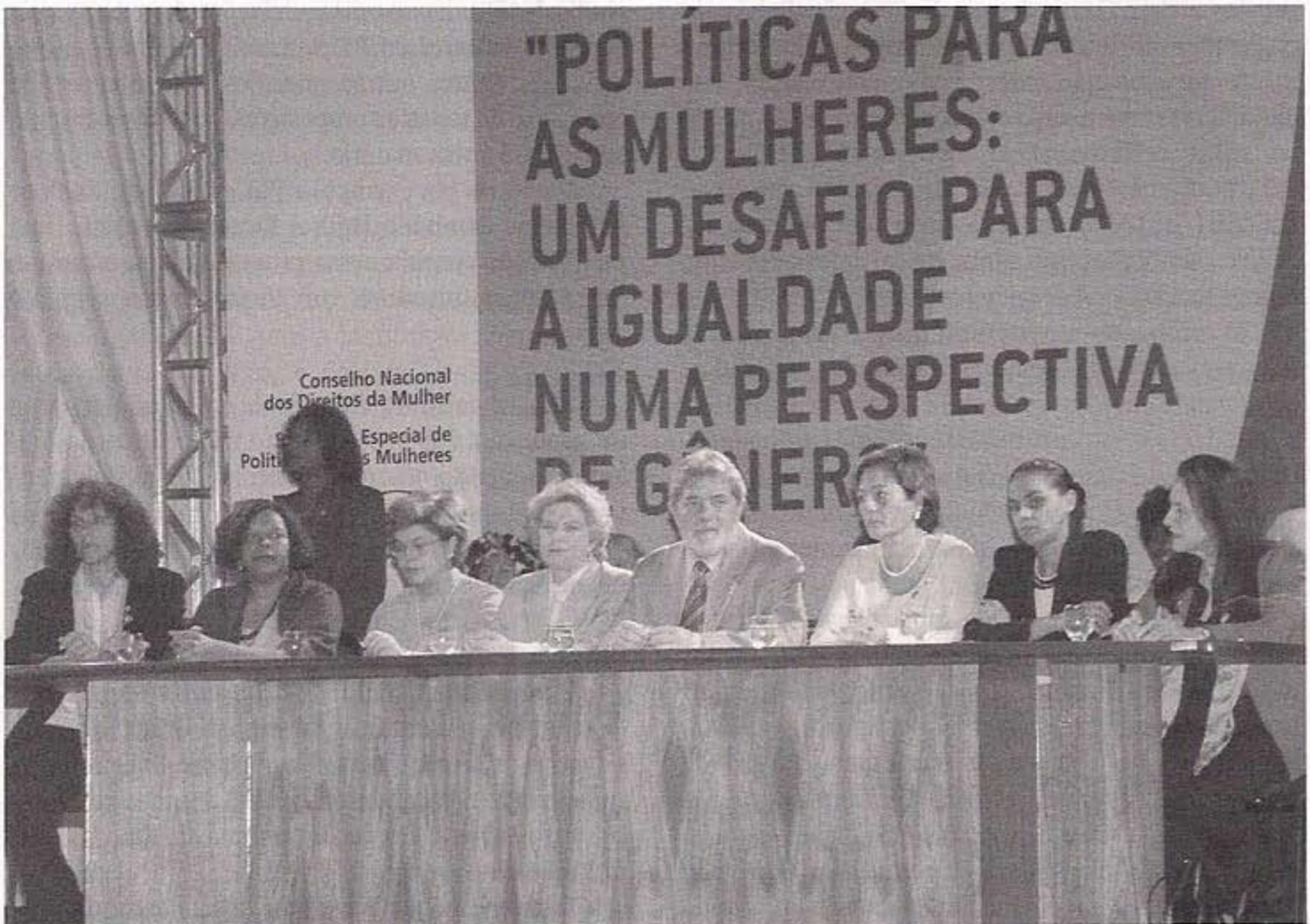
Notas

(1) Nota Técnica nº 4 – A REGULAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: obstáculo ao aumento da renda e do emprego – CNI – janeiro de 2005.

(2) Essas expressões aparecem tanto na Mensagem do Presidente para abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional, quanto nos documentos do Ministério do Trabalho e do Emprego.

(3) Siqueira Neto, José Francisco; *Direito do trabalho e democracia*; p. 229 e ss; São Paulo; LTr; 1996.

(4) A reforma do Judiciário iniciou-se em 1992; mas somente em 1999, com a CPI do Judiciário, ganhou corpo e atenção. A Câmara concluiu as votações em 2000, enviou a proposta ao Senado, onde tramitou até novembro de 2004. Parte do texto foi promulgado, com a Emenda Constitucional nº 45; partes controversas ainda tramitam.



Mesa da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

“A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela progressão das mulheres em direção à liberdade (...)
O grau de emancipação da mulher é a medida da emancipação em geral”.

Charles Fourier

Impacto da ideologia neoliberal na subjetividade feminina

Ana Rocha

É hora de reforçar a luta política e acentuar o papel de cidadã da mulher

No último dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, corri à banca de jornais e comprei todas as revistas da semana e jornais diversos para ver o que se falava sobre a situação da mulher nos dias de hoje e que comemorações lhe eram atribuídas, com foco, é claro, no Brasil. Fiquei decepcionada. Poucas referências e reportagens, sobretudo, se se leva em conta que se discutia na ONU mais uma década de avaliação de políticas para as mulheres. Como parece distante o

ano de 1975, quando foi decretada a primeira Década da Mulher pela ONU! – fato histórico que coincidiu com o processo de redemocratização no Brasil, trazendo a público e com força o debate sobre a questão da discriminação da mulher na sociedade e a proliferação de grupos de estudos sobre a questão, desaguando em jornadas de lutas de norte a sul do Brasil, levando a conquistas importantes, como a dos registros importantes na Constituição de 1988, e à criação de órgãos de governo para combater a discriminação da mulher na sociedade.

Será que as mulheres já chegaram aonde que-

riam? Será que a discriminação desapareceu? Onde se situa a questão da mulher no mundo neoliberal? Que tipo de mulher interessa a essa nova ideologia do capital? E onde se situa a mulher na resistência que cresce no mundo e em especial nos países latino-americanos à política neoliberal? Qual o impacto que terá para as mulheres a onda obscurantista de Bush? Sabe-se que sua emenda conservadora foi derrotada pelas mulheres de todo o mundo na ONU. Esse já foi um bom sinal de que as mulheres estão atentas para impedir o retrocesso conservador que parte do imperialismo estadunidense.

Longe de mim querer responder nestas poucas páginas a todas essas indagações. Mas acho que vivemos um momento crucial da história onde o pensamento único neoliberal se alastrou fazendo estragos, inclusive para as mulheres. E no momento em que a resistência a esse pensamento cresce, precisamos localizar o foco da resistência das mulheres hoje. Que as mulheres avançaram não há dúvida, mas que conflitos, que impasses elas enfrentam hoje para avançar rumo a um futuro melhor?

A sociedade encara com naturalidade a presença das mulheres no parlamento, nas direções de sindicato, nos partidos políticos (O PCdoB hoje tem 4 mulheres presidentes estaduais, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará), nos ministérios (o governo de Lula tem 4 mulheres ministras), mas parece ter esquecido que esse espaço foi o coroamento de muita luta organizada e historicamente construída e fruto de muitos sacrifícios pessoais, advindos de uma história secular de opressão da mulher na sociedade.

Essa naturalidade se esvai quando vemos que ao lado das mulheres que chegaram ao podium, apesar dos obstáculos que a sociedade não vê, crescem os índices de mortalidade materna, de violência doméstica, de precarização das condições de trabalho e manifestações de distúrbios como a síndrome de pânico, depressão, doenças cardíaco-vasculares etc.

Volto a dizer: nos poucos artigos que garimpei no mês de março, encontrei convergência nessas minhas preocupações. Um deles foi da *Isto É*, "Mulheres com o mundo nas costas" ou melhor "Elas não agüentam mais tanta responsabilidade". Esta matéria chega a dar dicas para reduzir o estresse e para afastar a obrigação de se ser super em tudo. Analisa que as

vitórias obtidas pelas mulheres nos últimos 40 anos são fabulosas. O mercado de trabalho já é partilhado quase de igual para igual com os homens e elas ocupam postos-chave de grandes empreendimentos. Também ganharam respeito, cidadania, voz. Porém, todo esse progresso, afirma a revista, veio acompanhado de um ônus considerável: elas ainda recebem 30% a menos do que eles, segundo o IBGE, e convivem com uma cobrança maior por resultados. Além disso, hoje são tão provedoras quanto os homens, mas assumem a maior responsabilidade pela criação dos filhos. E é por conta dessa segunda jornada que as mulheres vêm apresentando mais estresse do que os homens.

A pesquisadora norte-americana Judith Warner afirma que a maioria das mulheres que pesquisou sente "um desconforto existencial" causado pela obsessão em relação à maternidade. Nunca estão satisfeitas com a própria dedicação. O eterno dilema trabalho x maternidade permanece. Como diz Naomi Wolf em seu livro *O Mito da Beleza*: "Milhares de mulheres estão neste exato momento suspirando, na saudade da carreira deixada de lado ou no sonho de filhos que nunca terão".

Há outro artigo do caderno de Idéias do *Jornal do Brasil*: "Que fim levaram os homens?". Nele, a socióloga Rose Marie Muraro afirma que a mulher brasileira deste início do século 21 representa 42% da força de trabalho. É responsável por 2/3 das atividades universitárias, 24% do mercado executivo e 13% do Congresso. Um avanço incontestável se comparado às décadas passadas. Mas, afirma Rose, ao lado da inserção crescente da mulher no mercado de trabalho, o impasse da dupla jornada ainda aparece como um problema crônico.

A vida privada ficou à margem dos avanços no espaço público, a sociedade continua organizada como se nada tivesse acontecido, como se a mulher estivesse apenas em casa, conclui Rosiska Darcy de Oliveira. Mas, apesar desse impasse, a mulher está longe de pensar em abrir-mão das conquistas alcançadas. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, 39 % delas relacionaram a condição feminina à independência econômica e 33% à independência social.

Um artigo d'*O Estado de S. Paulo* também vai nessa linha. Sob o título "Mulher honesta" – e outros

absurdos –, Simone Iwasso começa dizendo: “A mulher brasileira tem carro projetado para atender às suas necessidades, mas não dispõe de uma lei específica para punir o homem que a espanca. Aproveita a independência financeira e a liberdade no exercício de sua sexualidade e, contudo, é julgada moralmente quando sofre abuso sexual. Pode se beneficiar de uma série de inovações médicas, porém, teme mais a violência doméstica do que o câncer de mama, conforme pesquisa do IBOPE”.

No ano em que deixou de ser “honesta” no Código Penal, está com seu corpo e os direitos relativos a ele, em evidência, no centro do debate atual: a revisão da criminalização do aborto, a ampliação do acesso ao planejamento familiar aos métodos contraceptivos, a briga por uma lei própria para julgar seus agressores e a titularidade em programas sociais e moradias populares. Há muito ainda o que conquistar. Como afirma a socióloga Wânia Pasinato, do Núcleo de Estudos da Violência contra a Mulher da USP, “Olhando a imagem que é vendida da mulher, parece que os direitos estão consolidados e reconhecidos por todos, quando, por trás dessa imagem de vitória, beleza e sucesso, há violência, injustiça e muito preconceito, inclusive nas esferas legais”.

E o neoliberalismo, onde fica nessa história?

Vimos que a mulher avançou sua presença no espaço público, mas que a questão da dupla jornada permanece como um problema crônico que tem afetado a vida da mulher, aumentando seus impasses, estresse e sobrecargas. Para entendermos como o neoliberalismo aprofundou essa sobrecarga e traz uma ameaça de retrocesso na condição feminina é necessário abordarmos em que consiste a vitória ideológico-cultural do neoliberalismo no mundo. Segundo Atilio Boron, essa vitória assenta-se na derrota das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista e se manifesta em quatro dimensões:

O projeto ideológico do neoliberalismo é essencialmente conservador. Procura defender e aumentar os privilégios de uma ínfima minoria em nível mundial.

a) A avassaladora tendência à mercantilização de prerrogativas conquistadas pelas classes populares ao longo de mais um século de luta, convertido agora em “bens” ou “serviços” adquiríveis no mercado. A saúde, a educação e a seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadorias intercambiadas entre “fornecedores” e compradores à margem de toda definição política.

b) O deslocamento do equilíbrio entre mercado e Estado, um fenômeno objetivo que foi reforçado por uma ofensiva no terreno ideológico que “satanizou” o Estado ao passo que as virtudes dos mercados eram exaltadas.

c) A criação de um “senso comum” neoliberal, de uma nova sensibilidade e de uma nova mentalidade que penetraram profundamente no chão das crenças populares.

d) Importante vitória no terreno da cultura e da ideologia, ao convencer amplíssimos setores das sociedades capitalistas de que não existe outra alternativa. Essa operação ideológico-cultural é o coroamento da ofensiva econômica e política do grande capital: não apenas se diz que a escravidão do trabalho assalariado não é assim, mas que é a “ordem natural” das coisas, como é rejeitado como ilusórias fantasias todo discurso que se atreva a dizer que a sociedade se organiza de outra maneira.

A evolução da realidade desde o início dessa política vai evidenciando que o projeto ideológico do neoliberalismo é essencialmente conservador. Procura defender e aumentar os privilégios de uma ínfima minoria em nível mundial. Ganhou espaço em meio à crise do capitalismo, do esgotamento do modelo do estado benfeitor e do fracasso de experiências socialistas. É conservador por querer impor um pensamento único ao mundo e decretar o fim da história. Essa visão é conservadora na cultura e nos costumes para perpetuar o *status quo*. Esse conservadorismo se expressa no tratamento que dá à questão de gênero, revestindo de novas roupagens

o espaço doméstico para a mulher.

A idéia do Estado mínimo levou à redução dos equipamentos sociais como creches e à precarização das políticas públicas na educação, saúde, habitação e saneamento. Essa redução levou a um aumento da sobrecarga doméstica para as mulheres. Além disso, a exclusão social, efeito da política neoliberal, trouxe um aumento do desemprego e a flexibilização no mundo do trabalho, com maior impacto para as mulheres. Estas passaram a enfrentar a maior precarização do trabalho formal: têm menor índice de registro em carteira, o menor índice de contribuição para a previdência, o menor índice de sindicalização. Cinqüenta e um por cento das brasileiras que integram o PEA não possuem renda mensal regular.

A precarização das condições de vida favoreceu a desagregação do núcleo familiar, sobrecarregando ainda mais as mulheres que, em grande parte, passaram a ser chefe de família (25% das famílias são chefiadas por mulheres).

Se a luta pela sobrevivência empurra a mulher para o mercado de trabalho e se nas condições de crise do capitalismo e de aplicação de seu ideário neoliberal reduz a responsabilidade pública dos equipamentos sociais, essa realidade afeta a subjetividade feminina, produto de uma história de opressão, educada para os afazeres domésticos e carregada de culpa pela impossibilidade de conciliar sua realização profissional e a perfeição dos papéis seculares que lhe foram atribuídos como rainha do lar. Como afirma Rosiska Darcy de Oliveira: "A família sempre foi o lugar não apenas do sustento material, ninho, abrigo, mas, sobretudo, o lugar primeiro da educação, ali onde os seres humanos são iniciados à sua própria humanidade".

Assumida essencialmente pelas mulheres nas sociedades tradicionais, no momento em que essas sociedades entram em decadência e que as mulheres investem tempo integral no mercado de trabalho, a atenção de pessoa a pessoa se vê esvaziada. É nesse momento que intervém o pensamento conservador, sempre pronto a acusar as mulheres de todos os males do mundo, das taras sociais, da perdição dos jovens ao abandono dos velhos.

O pensamento conservador sempre dividiu o mundo em esferas estanques, em que as mulheres cuidavam das pessoas e os homens de ganhar dinhei-

ro. A ideologia neoliberal, de cunho conservador, resuscita o velho discurso de que às mulheres cabe a responsabilidade das tarefas domésticas. E, como não há hoje esse caminho de volta, fica a punição da mulher: multiplicar-se em muitas, ao longo do mesmo dia – acompanhada permanentemente pelo sentimento de culpa ou incompetência em tudo o que faz. A partir de Vigotski, a Psicologia sócio-histórica propõe estudar os fenômenos psicológicos como resultado de um processo de constituição social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. A partir dessa visão de subjetividade é que podemos procurar entender as mudanças ocorridas no cotidiano das mulheres com o advento do neoliberalismo e seu impacto na subjetividade feminina.

Essa compreensão é fundamental porque ela afeta a educação informal, o futuro dos jovens e a realidade dos idosos. O neoliberalismo coloca um novo impasse para a sociedade: se o Estado abre-mão de seu papel nas políticas públicas, não pode culpabilizar ou responsabilizar a mulher para assumir essa responsabilidade. Uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho torna-se necessária para que se possa preservar o direito de ambos os sexos de usufruir ambos os mundos, sem sacrifícios individuais. A revalorização da vida privada não deve passar pelas mulheres, mas é um desafio do conjunto da sociedade. O avanço das mulheres de participar da vida pública não basta.

Torna-se necessária a desconstrução/reconstrução para mulheres e homens, dos valores e as práticas predominantes. Como afirma Clara Araújo, seria necessário um novo enfoque sobre a cultura de gênero, que repensasse como homens e mulheres poderiam compartilhar do mesmo modo e, igualmente, todas as modalidades existentes de trabalho produtivo e reprodutivo. Nesse caso, haveria de ser considerada, de modo mais profundo, a existência de uma "subjetividade coletiva" e de uma dimensão ideológica que não respondem de forma tão rápida quanto as mudanças na superestrutura jurídico/política.

Além das ações reguladoras, são fundamentais as ações educativas e transformadoras. Essa realidade será alcançada com mudanças radicais e de fôlego. O grande marxista Lênin já afirmava: "A tarefa principal

do movimento operário feminino consiste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, arrancá-la da “escravidão do lar”, liberá-la da subordinação embrutecedora e humilhante ao eterno ambiente da cozinha e do quarto das crianças. É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos usos e costumes”.

Desafios para o avanço

O contraditório se impôs na vida da mulher. Há quem diga que elas foram com muita sede ao pote da liberdade e das novas responsabilidades sociais e que muitas delas estariam percorrendo o caminho de volta ao lar. Mas, na verdade, a mulher atravessou uma fronteira e o caminho percorrido historicamente não tem volta.

O retorno ao lar à moda antiga, não é mais possível. Não dá para ignorarmos, no entanto, que o avanço da mulher em seu papel social acarretou contradições, conflitos, condições de vida adversas, com grandes sacrifícios pessoais, que em determinados momentos implicam recuo em sua ascensão profissional, social e política. São as amarras de uma libertação inconclusa, próprias de uma sociedade de exploração da força de trabalho, marcada por uma ideologia dominante de opressão, que reforça o papel de submissão e de objeto da mulher.

O papel de provedora do lar é reforçado num mundo de poucos empregos e de quase nenhum su-

porte social do Estado. Qualquer tentativa de negar o papel social da mulher hoje só pode vir de uma ideologia conservadora alienante para acomodar os excluídos e impedir sua conscientização da necessidade da luta política por mudança. Como em toda a história de opressão da mulher, ela é alvo preferido da ideologia alienante para impedir os avanços sociais. Por isso, mais do que nunca devemos estar atentos em reforçar as conquistas das mulheres e sua luta nas diversas esferas de atuação, contestando as visões equivocadas e o rebaixamento de seu papel, seja na dimensão individual ou na de sujeito da história, na resistência ao atraso e em prol do avanço social.

No momento em que a resistência ao neoliberalismo cresce, sobretudo na América Latina, onde governos democráticos como o de Lula se propõem implementar políticas públicas para as mulheres, descortinam-se novos espaços de conquistas e avanços. É bom lembrar que o movimento de mulheres ganhou visibilidade política e conquistou direitos nos momentos de ascenso das lutas democráticas e populares, como no período Constituinte. É hora de reforçarmos a luta política, acentuarmos o papel de cidadã da mulher, comprometida com os destinos políticos de Brasil e de seu povo, para derrotarmos o neoliberalismo e abriremos caminho para uma nova era de avanços.

Ana Rocha é psicóloga, jornalista, presidente estadual do PCdoB-RJ e da Comissão Política Nacional do PCdoB.

Notas

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, 2ª ed., São Paulo, 1989. Brasiliense.
- ARAUJO, Clara, “Marxismo e feminismo, tensões e encontros de utopias atuais”, *Crítica Marxista* nº 11.
- BOCK, Ana, GONÇALVES, Maria da Graça M. (org). *Psicóloga sócio-histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)*, 2ª ed., 2002, São Paulo, Cortez.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, *Reengenharia do tempo*, Rio de Janeiro, 2003, Rocco.
- PEIXOTO, Madalena G. *Pós-modernidade, democracia e educação*, PUC-SP, 1997.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo II, Que Estado para que democracia?* Petrópolis, 1999, Vozes.
- SCHNITMAN, Dora Fried (org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. 9ª ed., Porto Alegre, 1996.
- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, 2002, Mulheres.
- VIGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

A questão agrária e o desenvolvimento brasileiro

Apresentar a “vocação natural” ou as vantagens comparativas na agricultura como justificativa do abandono das políticas de crescimento industrial já significava algo reacionário em 1930

FERNANDO SAMPAIO E MARLON CLOVIS MEDEIROS

I A questão agrária sempre foi tema de intenso debate entre aqueles que se preocuparam com o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. De tempos em tempos esse debate volta a ser centro de grande aten o, com novas roupagens, mas com a temática central que sempre esteve presente, ou seja, com a importância da resolu o dos problemas agrários como forma de resolver problemas da distribui o de renda e justiça social.

O abandono das matrizes teóricas clássicas (Marx, Lênin, Kautsky) ou uma leitura equivocada de suas preocupa es principais têm levado parte da esquerda brasileira a levantar como bandeira de lutas as propostas vinculadas à pequena propriedade, ao “modo de vida camponês” e   necessidade de

políticas que proporcionem meios de segurar o homem no campo. Procuraremos neste breve artigo tentar demonstrar que algumas dessas propostas políticas estão equivocadas e não correspondem a uma bandeira de luta progressista, mas apenas realizam uma análise equivocada sobre os reais problemas brasileiros da atualidade. Para isto, além dos autores acima citados, tomaremos como base a análise da questão agrária brasileira de um de nossos principais pensadores: Ignácio Rangel.

II O ponto central do pensamento de Ignácio Rangel é a sua tese sobre a dualidade da economia brasileira e os pactos de poder firmados com a mudança das dualidades. A primeira corresponde a

uma tese de história e economia política do Brasil, busca as especificidades das leis de formação social brasileira e tem no materialismo histórico seu principal eixo para o entendimento dessa formação social. A partir do entendimento da dualidade Rangel faz seu estudo da questão agrária brasileira.

A análise inicial de Rangel acerca dessa questão data do início da década de 1960⁽¹⁾. Para o autor, o centro da questão agrária estaria na formação simultânea de superpopulação rural e superoferta agrícola. A superpopulação rural relativa (oriunda do rompimento do complexo rural) convertia-se em superpopulação urbana relativa pela crise econômica. Nos períodos anteriores (1940-50) o crescimento industrial absorvia imenso contingente de mão-de-obra, amenizando os efeitos da crise agrária. Isso dá à questão agrária brasileira um caráter cíclico. A esse problema soma-se um segundo: a superprodução de determinados produtos voltados ao mercado externo (como o café). Contudo, aponta Rangel, havia escassez de mão-de-obra agrícola nos períodos de maior necessidade e, também, de determinados alimentos, gerando crises de abastecimento.

Para Rangel estava claro que a superação dos problemas da crise agrária brasileira deveria vir pelo recurso a novas formas de produção com o aprofundamento da divisão social do trabalho: *“Dia virá em que esse modo de produção estruturado na fazenda capitalista terá que ceder o passo a algo de mais progressista ainda, mas esse novo esquema será ou a fazenda coletiva, ou a fazenda do Estado, nunca o retorno à pequena produção familiar de mercadorias, como teria resultado se nós, os revolucionários dos anos 30, nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, tivéssemos podido impor nosso ponto de vista de então”* (Milagre e Antimilagre, p.91).

Assim, a fazenda capitalista é algo progressista em relação ao antigo latifúndio semifeudal, que mantinha no seu interior a família camponesa com sua produção de subsistência e baixíssima produtividade (tanto da mão-de-obra quanto da terra). O capitalismo na agricultura traz novas possibilidades técnicas que distanciam as condições de produção da fazenda e da pequena produção de mercadorias, com a introdução de inovações mecânicas e aplicação de conhecimentos da biologia e da química para o tratamento dos solos e desenvolvimento de novas plantas.

O aspecto progressista das novas técnicas na

agricultura já havia sido percebido por marxistas clássicos, como Lênin e Kautsky, como uma possibilidade de se quebrar o isolamento do homem rural pondo-o em contato com novas e melhores condições de produção. Um dos grandes esforços de Lênin, após a Revolução, foi o desenvolvimento da mecanização na agricultura soviética.

Atualmente parece haver entre as esquerdas uma aversão, e condenação, à tecnologia para a melhoria das condições de vida no campo.

Para Rangel, o desenvolvimento capitalista sob a hegemonia da terceira dualidade gerou transformações na agricultura que provocaram grande crise agrária. A modernização gerou um excedente de mão-de-obra no campo desestruturando o complexo rural, onde a unidade familiar tendia à auto-suficiência. À medida que o processo de industrialização promove a modernização da indústria pesada – ao mesmo tempo em que ocorre a modernização do campo –, a questão agrária, antes só manifestada nos períodos de crise, torna-se permanente.

Diferentemente do pensamento corrente na esquerda de então, para Rangel a solução não viria da recomposição da economia camponesa, mas sim do incentivo ao uso capitalista da terra para enfraquecer o latifúndio atrasado e combater o alto preço da mesma. Além disso, propunha a sustentação do complexo rural através de lotes onde a família pudesse obter uma produção de autoconsumo complementar, aplicando o seu excedente de mão-de-obra.

A realização ou não de uma reforma agrária e o seu modelo estaria ligada a uma melhor estratégia levando em conta a dualidade em que o país estaria vivendo. Dessa forma, a reforma agrária (ou o modelo de reforma) não seria uma bandeira de todos os tempos, mas era motivada pelas características econômicas da época em que é proposta.

III Na última década, há a idéia – que de tão repetida parece ter se tornado uma verdade incontestável, especialmente nos meios da esquerda ligada à igreja –, de que a produção de alimentos no Brasil é realizada pela “agricultura familiar” e de que esta se constitui numa forma alternativa e “mais justa” de desenvolvimento. Tornou-

se sinônimo de “ser de esquerda” a defesa da pequena propriedade e da família. Isso, por um lado, reflete a força que a igreja adquiriu, em setores dos movimentos sociais, após a ditadura militar, impondo aos mesmos seu próprio projeto e, por outro, o abandono do estudo dos autores clássicos da questão agrária, levando militantes de movimentos sociais e partidos de esquerda a embarcarem, sem referencial, no velho projeto cristão da recriação de um mundo de “vida simples”, de economia de subsistência, ou seja, a uma volta ao “campesinato”. Outros setores, ligados a organizações de produtores e sindicatos de trabalhadores rurais (compostos em maioria por pequenos proprietários rurais), repetem a não menos velha chancela de que a agricultura nos países desenvolvidos (em especial nos Estados Unidos) é predominantemente familiar. Alegam ainda que esta é a responsável pelos setores mais modernos e dinâmicos da agricultura desses países. Tais teses não correspondem à realidade.

O agronegócio não pode ser analisado a partir da estrutura fundiária dos produtores agrícolas responsáveis por determinados produtos, como carne de frango, leite e arroz. Estes são predominantemente produzidos em pequenas propriedades, mas dependem de sua ligação com o setor industrial e de equipamentos, como ordenhadeiras mecânicas e comedores automáticos, para poderem ser produzidos. Isso sem falar que as matrizes de frango, por exemplo, são reproduzidas por empresas (responsáveis pelo melhoramento genético), sendo entregue ao produtor o “pintinho de um dia”⁽²⁾. O que demonstra o caráter capitalista da agricultura é seu grau de inserção (e dependência) na divisão social do trabalho (que é capitalista). Em que medida a agricultura vai ao mercado para levar adiante a produção, adquirindo equipamentos, insumos e crédito e para escoar a produção em boa medida reduzida à matéria-prima industrial? A agricultura tornou-se *mais um elo* da imensa cadeia da divisão social e técnica do trabalho. Por isso, é, no mínimo, um despropósito avaliar a agricultura dos EUA (altamente mecanizada e inserida na esfera financeira) como “familiar”. Essa tese foi profundamente demonstrada por Lênin já em fins do século XIX (em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*) e no início do século XX (em *Capitalismo e Agricultura nos Estados*

Unidos) e a atualidade a confirma irrefutavelmente.

Lênin apontou a fraqueza do conceito de “agricultura baseada em trabalho familiar”, pois o trabalho realizado pela família pode ser realizado em um sistema feudal, camponês, ou em uma exploração com alto grau de composição orgânica do capital. Ou seja, o plantador de mandioca e feijão que trabalha com a família no sertão do nordeste ou na Amazônia seria colocado lado a lado com o moderno produtor de frango integrado às grandes agroindústrias no sul do Brasil, que também trabalham apenas com sua família. A diferença entre os dois é gritante frente ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e sua integração ao mercado, mas são colocados lado a lado para reforçar a idéia da “agricultura familiar”.

Outro equívoco, também muito comum, é se iniciar a análise a partir do tamanho da propriedade e não a partir do valor da produção. Isso permite, em última instância, falar que a produção de alimentos é feita pela pequena propriedade. Ora, os hortifrutis, frango, fumo, arroz, entre outros produtos onde a composição orgânica do capital é intensa, necessitam de áreas pequenas para produzirem em grande quantidade, ou seja, o fundamental é analisarmos a aplicação de capital (na forma de equipamentos e insumos) e o valor da produção, tendo em vista se estamos tratando de uma pequena produção ou de uma grande produção. Vale lembrar que um aviário de 100 metros produz mais de 20 mil frangos por lote. De forma alguma se trata de uma grande propriedade e muito menos de uma pequena produção.

Os argumentos acima demonstram, ainda, o equívoco de uma das teses centrais dos defensores da agricultura familiar: de que esta é a responsável pelo abastecimento do mercado interno e de que o agronegócio produz apenas para exportação. Devemos lembrar que o desenvolvimento dos complexos agroindustriais no Brasil foi fundamental para a regularização do abastecimento alimentar dos centros urbanos e para pôr fim às crises de abastecimento tão comuns até a década de 1970. A questão da produção para exportação versus produção de mercado interno é falsa ainda por dois motivos: a) os setores exportadores são concomitantemente os que mais desenvolveram o consumo no mercado interno nas últimas décadas (laranja, frango, açúcar, frutas,

entre outros); e b) não há falta de produção de alimentos para o mercado interno. O que há é uma escassez tópica de alguns alimentos pela falta de política agrícola e pela extrema pulverização dos produtores voltados exclusivamente ao mercado interno (arroz, feijão, hortaliças, hortifrutí, entre outros), como apontou há décadas Ignácio Rangel.

IV Tornou-se comum nos meios acadêmicos e jornalísticos uma falsa dicotomia entre a defesa do chamado agronegócio e a agricultura familiar. Equivocadamente, “ser de esquerda” é entendido como defender a agricultura familiar; e qualquer defesa ao agronegócio seria algo automaticamente vinculado ao pólo reacionário “de direita” dentro do país. Tomando como base as matrizes teóricas leninistas e rangelianas, cujo compromisso com o desenvolvimento das forças produtivas em direção ao socialismo é inquestionável, procuramos estabelecer algumas considerações em defesa da grande produção.

Para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo no campo gera contradições no seio do campesinato. Este, como classe, desaparece na luta, dentro do próprio processo de produção e comercialização, entre os que progressivamente se caracterizarão como burguesia rural, proprietários e proletariado rural. O capitalismo revoluciona as formas de propriedade e posse da terra. Impulsiona a aplicação e o desenvolvimento da técnica. Induz à especialização e à socialização do trabalho. Traz para o âmbito da agricultura, para a “paz social” do mundo rural, as suas crises inevitáveis.

O processo chamado de Modernização da Agricultura Brasileira, ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970, nada mais é que o processo de aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com sua própria dinâmica e especificidades, comandado e apoiado pelas políticas de incentivo do Estado. No entanto, o principal aspecto da modernização é altamente progressista, ou seja, a transformação do latifúndio semifeudal em latifúndio capitalista (ou, como chamamos hoje, o agronegócio) e o aprofundamento da divisão social do trabalho (agroindústria, indústria de equipamentos, mecanismos de comercialização entre outros).

A modernização da agricultura agudiza e deixa

mais transparentes as contradições de classe presentes no capitalismo. Esse fato levou alguns autores a entenderem que a modernização teve um caráter conservador por ter sido excludente e concentradora de renda. O caráter “conservador” da modernização foi criar melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo no campo, proporcionando o triunfo da grande produção, aumentando a produtividade e a qualidade dos produtos. A exclusão social e a concentração de renda são apenas características do capitalismo brasileiro tornadas mais visíveis com a modernização.

Vale lembrar que, numa perspectiva baseada no marxismo-leninismo a transformação desejável no campo é o triunfo da grande produção, que proporciona a penetração de relações capitalistas no campo e o aprofundamento das contradições capital-trabalho, pois é isso que cria as condições do desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade da superação dialética do modo de produção. A partir desse novo latifúndio – o capitalista –, fruto da “modernização”, altamente integrado com a indústria, teremos o novo sócio do pacto de poder firmado a partir dos anos 1970.

O novo pacto de poder firmado entre a burguesia industrial e o latifúndio capitalista (ou agronegócio), conforme apresentado por Rangel, passa a ser a característica do início da quarta dualidade. É importante ressaltarmos que, com o fim da ditadura e a ofensiva neoliberal dos anos 1990, a burguesia industrial é praticamente retirada do pacto de poder dando lugar a uma burguesia financeira internacionalizada que administra o Estado de acordo com os seus interesses especulativos.

V Da mesma forma, como nos ensina Marx⁽³⁾, que é a partir da anatomia do homem que temos a chave para entender a anatomia do macaco, a chave para entender os problemas agrários está na cidade. É a cidade que possui condições para alavancar o desenvolvimento agrícola e não o contrário. Apresentar a reforma agrária como solução para todos os problemas brasileiros é apenas desviar o foco da necessidade de políticas industriais, de crescimento econômico e de geração de empregos (na cidade ou no campo). Essa é a política mais progressista que

podemos apresentar na atual conjuntura.

A Reforma Agrária, embora seja importante, não é a solução para os problemas do Brasil. Apresentar a "vocação natural" ou as vantagens comparativas na agricultura, como justificativa para abandonar as políticas de crescimento industrial em nome do desenvolvimento de uma agricultura de exportação, já significava algo reacionário nos anos 1930. No entanto, como nos ensina muito bem Ignácio Rangel, devemos analisar o pacto fundamental de poder para vislumbrarmos quais políticas são possíveis em determinados momentos. Qualquer tipo de reforma agrária hoje deve ter em vista uma agricultura moderna e altamente tecnificada, que vise à geração de melhores empregos no campo e nos setores produtivos a este ligado. Não podemos mais propor a distribuição parcelária e familiar de propriedades, com o ilusório objetivo de volta aos "velhos e bons tempos" de uma integração maior do homem com a natureza. Isso é apenas romancear a realidade, acreditando-se estar produ-

zindo o socialismo. Para isso basta lembrarmos o que Marx e Engels chamaram de Socialismo Clerical e Feudal:

"Do mesmo modo que o pároco e o senhor feudal marchavam sempre de mãos dadas, o socialismo clerical marcha lado a lado com o socialismo feudal. Nada é mais fácil que recobrir o ascetismo cristão com um verniz socialista. Não se ergueu também o cristianismo contra a propriedade privada, o matrimônio, o Estado? E em seu lugar não predicou a caridade e a pobreza, o celibato e a mortificação da carne, a vida monástica e a igreja? O socialismo cristão não passa de água benta com que o padre consagra o despeito da aristocracia" (Manifesto do Partido Comunista).

Fernando Sampaio é doutor em Geografia Humana pela USP e Marlon Clovis Medeiros é mestre em Geografia Humana também pela USP. Ambos professores do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

Notas

- (1) Os trabalhos de Rangel sobre a questão agrária foram reunidos no livro: RANGEL, Ignácio. "A questão Agrária Brasileira". In: _____, *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- (2) Para uma análise profunda do setor de produção de frango, ver ESPÍNDOLA, Carlos José. *As Agroindústrias de Carne no Sul do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (Tese de Doutorado em Geografia).
- (3) MARX, Karl. "O Método da Economia Política". In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Bibliografia

- LENIN, Vladimir Ilitch. "O Capitalismo na Agricultura (O Livro de Kautsky e o Artigo do Sr. Bulgákov)". In: GRAZIANO DA SILVA, José, STOLKE, Verena. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.
- MARX, Karl. "O Método da Economia Política". In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. São Paulo: Bial, 1963.
- _____. "A História da Dualidade Brasileira". In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, n° 4, outubro-dezembro/1981.
- _____. *Economia: Milagre e Antimilagre*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Bial, 1990.
- _____. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Bial/IR, 1999.
- RANGEL, Ignácio. "A questão Agrária Brasileira". In: _____, *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

A presente coletânea, a exceção do último artigo – “A formação do Estado burguês no Brasil” –, de Augusto Buonicore, é o resultado das conferências proferidas na II Semana Interdisciplinar de debates sobre Concepções de Estado, realizada na Universidade Católica de Goiás, em novembro de 1998. As exposições versavam sobre a constituição e particularidades do Estado brasileiro, especialmente no período republicano.

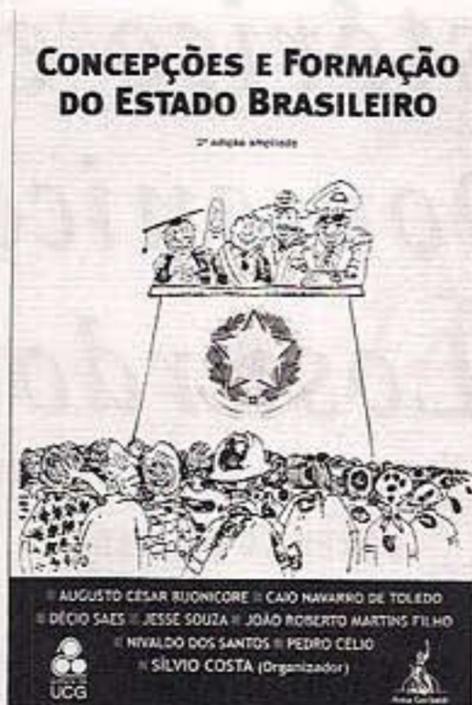
No Brasil, os estudos sobre o Estado, apesar da existência de importantes trabalhos, ainda são poucos desenvolvidos. Essa lacuna possibilitou a esta coletânea ocupar um lugar de destaque entre as publicações sobre o tema, levando, em curto período, a seu esgotamento, e a continuar a ser procurada, motivando uma segunda edição ampliada.

No primeiro artigo, “Positivismo e República”, Nivaldo dos Santos e Sílvio Costa introduzem referências sobre o positivismo, especialmente através de Comte. Num segundo momento, tratam de sua influência no processo de proclamação e consolidação da República. Em seguida, Pedro Célio Alves Borges desenvolve o tema “Estado autoritário no Brasil”, que constitui num dos mais estimulantes filões do pensamento social no Brasil ocupado em desvendar o caráter do poder político brasileiro.

Em “Estado e militarismo: revisitando as análises sobre a ditadura militar”, João Roberto Martins Filho, demonstra que o golpe de 1964 foi apenas o primeiro ato de um drama mais amplo, vinculado à constituição do ciclo das ditaduras militares na América Latina nos anos 1960-70.

Jessé Souza em “Max Weber, patrimonialismo e a singularidade cultural brasileira”, analisa uma geração de políticos e pensadores preocupados em compreender as causas do atraso brasileiro, usando como referência os EUA. Afinal, como eles, havíamos sido colonizados “tardamente”, tínhamos uma dimensão

Estado no Brasil



continental e um padrão de povoamento comparável.

No artigo “Estado Nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil”, Caio Navarro examina a perspectiva teórica e ideológica de intelectuais e setores políticos atuantes na sociedade brasileira nos anos 1950-60. Concentrando-se no exame da atuação dos intelectuais do ISEB, faz algumas referências às análises da Cepal e do Partido Comunista do Brasil acerca da questão do papel do Estado, da ideologia nacionalista, das classes sociais no projeto de desenvolvimento nacional.

Décio Saes, em “Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil”, propõe um esquema marxista de interpretação da evolução do Estado no Brasil. Inicia seu artigo através da evocação de outras

concepções sobre esse processo que permite o estabelecimento de um claro contraste entre dois campos: o da teoria marxista e não-marxista. O procedimento metodológico de explicitação desses contrastes teóricos é particularmente importante; porque as Ciências Sociais tendem fortemente a uma prática do ecletismo, muito distinto daqueles que incorporam, de forma crítica, as contribuições de outras correntes; porém, em um esquema teórico já bem definido.

Finalmente, Augusto Buonicore, em “A formação do Estado burguês no Brasil”, estabelece os pressupostos teóricos da concepção marxista de Estado para depois se deter na exposição sobre as origens e particularidades do Estado burguês no Brasil. O autor conclui pela predominância de uma “via prusiana”, que seria responsável pelo teor conservador do desenvolvimento capitalista e pela impossibilidade de realização das principais tarefas de uma revolução democrática burguesa.

Concepções e Formação do Estado Brasileiro, Sílvio Costa (Org.), Editoras Anita Garibaldi e Universidade Católica de Goiás. 2ª edição ampliada – 2004

Sílvio Costa

“**E**m contrapartida, as revoluções proletárias, como as do século XIX, criticam-se constantemente a si próprias... voltam ao que parecia terminado, para começar de novo...” (Marx, *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*).

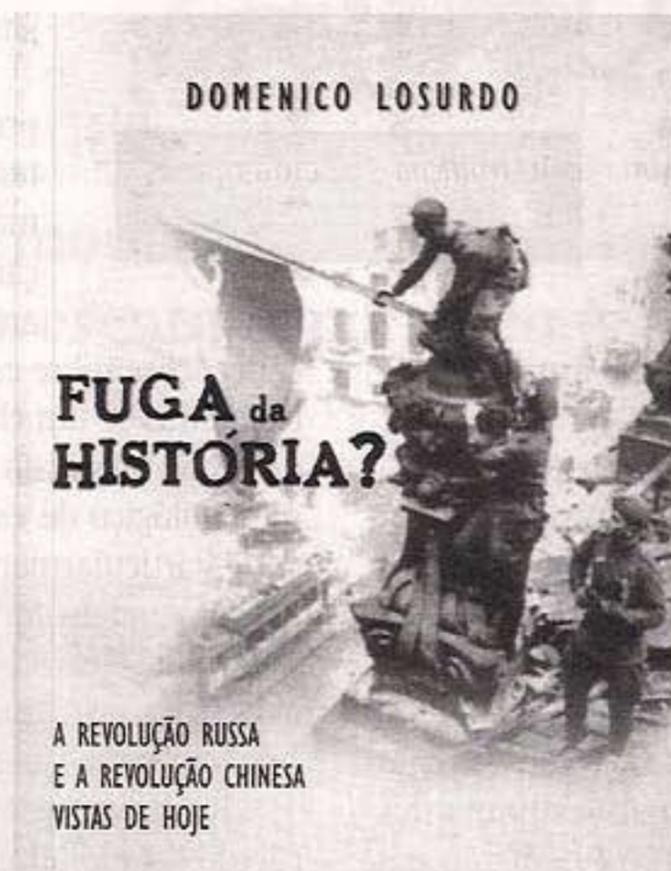
A enorme força da ausculta dialética da história, em Marx, irrompe nessa indelével obra quando, antes, lá explica que, distintamente, as revoluções burguesas do século XVIII avançavam impetuosamente, obtendo êxito uma após outra! Sonoras ondulações da história.

É que para a apreensão analítica da verdade histórica – ensinara depois Marc Bloch, o mestre da Escola dos Annales –, antes da interpretação dos fenômenos vem a sua descoberta; surgindo daí a utilidade do método da história comparada. Com efeito, nele pode se encontrar semelhança e dessemelhança, historicamente, entre fatos observados e os meios onde os mesmos ocorreram. Porém – afirmara Bloch –, “antes do mais, há que desembaraçar o terreno das falsas semelhanças, que muitas vezes não são mais do que homonomias” (*História e Historiadores, Teorema*, 1998, p.p. 120-132).

O que ele quer dizer com desembaraçar-se de falsidades? Observe-se o jogo de palavras do historiador Jacob Gorender, em seu *Marxismo sem utopia* (Ática, 1999, p. 103), livro inspirado numa tenebrosa desilusão:

“[Lênin e Trotsky] mancharam seus nomes e a

Revoluções e materialismo histórico em Domenico Losurdo



causa, que pretendiam defender, com a apelação ao fuzilamento de operários grevistas, com a inauguração de campos de concentração (...) de fazer reféns e de executá-los como ato de intimidação e represália (no que se anteciparam aos nazistas)”.

Não, a falsidade a qual nos referimos não é, digamos, especificamente ideológica, dado o sentido absolutamente direitista do julgamento do autor:

a) foram trabalhadores “grevistas” caminhoneiros, em 1973, no Chile, que, em ação golpista comandada pela CIA, aceleraram a operação que matou Salvador Allende. Igualmente, grevistas da petroleira PDVSA, na Venezuela, em 2000, encabeçaram entre os trabalhadores um golpe de Estado contra o presidente Chávez;

b) os campos de concentração da era moderna foram “inaugurados” pelos britânicos, durante a violenta guerra contra os colonos holandeses,

Boêrs (1899-1902), na África do Sul, quando morreram aproximadamente 30 mil pessoas, incluindo mulheres e crianças; campos considerados tão terríveis quanto os dos alemães, na II Guerra Mundial. Jogo de palavras...

Pois bem, o filósofo italiano Domenico Losurdo – em *Fuga da história?* –, exhibe pleno domínio sobre as marcas profundas da tempestade contra-revolucionária que desabou sobre a condição comunista militante, desde 1989-91; interpreta polemicamente a derrota sistêmica da construção socialista, bem como o insolúvel desengano de

náufragos em ataque violentíssimo às experiências revolucionárias – como esse exemplificado acima; e ainda aborda de maneira criativa êxitos e vicissitudes da grandiosa epopéia em defesa de uma sociedade socialista, superior à infâmia da irracionalidade do capital – ou, acusara Karl Polanyi, ao “moinho satânico” liberal burguês. De fato, neste livro, o culto marxista italiano **reposiciona** lentes às jornadas revolucionárias na Rússia e na China.

Vasta cultura marxista de Losurdo – aliás, lembremos (entrecruzadamente ao nosso argumento precedente) que já brilhantemente desvendara o reacionarismo da intelectualidade feudal (Burke, Haller), e a cruzada de Hegel contra esses invocadores da “natureza”, ou surfistas na onda jus-naturalista, contrapostas ao vigor da Revolução Francesa e especialmente à sua bandeira de *igualdade*. Do ataque enveredou-se por uma cultura e ideologia da reação, cevada pelos “teóricos da reação” – esgrime Losurdo (*Hegel, Marx e a tradição liberal*, Unesp, 1998, p.p.94-96).

Brilhantismo que Losurdo resgata, por exemplo, na análise de Norberto Bobbio, dos anos 1950-60, creditando aos Estados Socialistas do pós-2ª Guerra, o início de uma nova fase de progresso civil em países politicamente atrasados, ao introduzir, além dos tradicionais institutos da democracia (sufrágio universal), outros de “democracia substancial, como a coletivização dos instrumentos de produção” (Bobbio, apud Losurdo, *Democracia ou bonapartismo*, Unesp, 2004, p.p. 258-9).

Assim, *Fuga da história?* além de comprovar sólidas confluências teóricas e corajosa tomada de posição, é obra de raro enfoque à reflexão dos revolucionários; principalmente por começar denunciando “a devastação espiritual que tal fracasso [o colapso do “socialismo real”] produziu em determinados setores do movimento comunista” (p.p. 18-19). Asseverando que o desabamento do socialismo real ocorreu nos marcos de “uma cruel prova de forças”, onde os objetivos da “guerra fria” abarcavam todo o planeta e se prolongariam por décadas.(p. 27).

Defendendo o direito à violência revolucionária – vista por ele como “terror” – à época de Lênin e Stálin, Losurdo enxerga um ambiente internacional então intensamente carregado, o qual periodiza

numa “segunda Guerra dos Trinta Anos”, cujo caminho percorrido vai de 1914 a 1945.

O regime soviético – enfatiza o professor italiano – “foi obrigado a enfrentar uma permanente situação de exceção”, onde, de 1917 a 1953 (ano da morte de Stálin), aconteceram “pelo menos quatro ou cinco guerras, e duas revoluções” (p.p. 43-44). A propósito, ao lado da dura crítica de Losurdo a Stálin – “ditador”; “horrores” do stalinismo –, ataca os que o igualam a Hitler: “deixemos essa comparação tão absurda aos anticomunistas profissionais” (p.49); acusa os comunistas que “demonizam” Stálin (p.p. 50-51); e pergunta: seria possível imaginar “a radical mudança” ocorrida no mundo, em relação a raça e racismo “sem a contribuição da URSS de Stálin?” (p. 51).

Acerca da revolução resultante na China contemporânea, as opiniões de Losurdo já são conhecidas pelos leitores de *Princípios* (Ver: “A esquerda, a China e o imperialismo”, n° 58, 2000). Mas o livro traz um amplo painel, que adentra às características da sociedade chinesa à época da revolução; descreve a estratégia vitoriosa de Mao e o PCCh; atualizando ainda a análise sobre os desastres da “Revolução Cultural”: “Foram anos do triunfo, de fato, do bonapartismo” (p.64), fulmina Losurdo.

Uma NEP gigantesca e inédita – é assim que formula a revolução chinesa sinteticamente nosso autor e professor em Filosofia da História (Urbino, Itália), ao caracterizar seu atual estágio. Onde, diante da “grave derrota sofrida pela perspectiva socialista”, teórica e internacionalmente, da globalização e do *apartheid* tecnológico, a tentativa dos comunistas chineses de “construir uma economia socialista de mercado se dá em condições muito difíceis e se configura como uma luta bastante complexa” (p. 95).

Enfim, *Fuga da história?* é indispensável crítica à capitulação frente à crise do socialismo, uma fecunda defesa das revoluções proletárias.

Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje, Domenico Losurdo, Revan, 2004, 206 p.p.

A. Sérgio Barroso

A maior homenagem que Olinda pode receber da gente já está sendo feita. Todos os dias.

Para cuidar de um lugar que é patrimônio histórico da humanidade é preciso, primeiro, conhecer sua história. Só assim se aprende a valorizar suas origens e preservar sua memória. É isso que o povo de Olinda sempre desejou para sua cidade. É isso que a Prefeitura Popular de Olinda faz. Parabéns, Olinda, pelos seus 470 anos.



Cesar Lattes

1924 - 2005

Cesar Lattes foi o físico brasileiro de maior destaque no cenário científico internacional, descobridor da partícula méson-pi e deu grande contribuição para a ciência moderna.

Para ele, em carta enviada a seu amigo Gilberto Gil, "a ciência é uma irmã caçula (talvez bastarda) da arte"

CIÊNCIA E ARTE

Tu és meu Brasil em toda parte
Quer na ciência ou na arte
Portentoso e altaneiro
Os homens que escreveram tua história
Conquistaram tuas glórias
Epopéias triunfais
Quero neste pobre enredo
Reviver glorificando os homens teus
Levá-los ao panteon dos grandes imortais
Pois merecem muito mais
Não querendo levá-los ao cume da altura
Cientistas tu tens e tens cultura
E neste rude poema destes pobres vates
Há sábios como Pedro Américo e César Lattes

(Samba-Enredo da Estação Primeira de Mangueira para o carnaval de 1947, composto por Cartola e Carlos Cachça em homenagem a Lattes e outros cientistas brasileiros de renome)

